

6 RESISTÊNCIA À CENSURA

A Censura Prévia incidia, oficialmente, apenas sobre os temas referentes “ao sexo, moralidade pública e bons costumes”. Editoras que julgavam que seus livros não tratavam de assuntos sujeitos à censura, poderiam publicá-los sem autorização, correndo riscos por sua própria conta e responsabilidade.

Essa exceção teve algumas explicações. A primeira foi à pressão vinda da sociedade; a segunda, o fato de não haver pessoal suficiente para tarefa tão abrangente e volumosa; a terceira pode ter sido a ameaça conjunta de grande número de escritores brasileiros de passarem a “publicar todos os seus futuros livros no exterior”. Esta declaração foi feita por Jorge Amado, que encabeçava este movimento junto com Érico Veríssimo, ao jornal português “Tempo”. Em 1975, muitos editores afirmaram que a publicação, em jornal ou revista, de textos do livro a ser publicado, e que não provocasse reação da Censura, representava garantia de que o livro poderia ser publicado.³⁴¹

Para as editoras, submeter um livro à Censura Prévia era, praticamente, admitir sua culpa e, ainda, corriam o risco da futura publicação ficar retida por vários meses, enquanto a burocracia estudava uma decisão. Embora a lei estabelecesse um prazo máximo de 20 dias, esse prazo muitas vezes não era respeitado, como se queixou o editor José de Barros Martins. Disse ele que o livro de Jânio Quadros

³⁴¹ HALLEWEL, L., op. cit., p. 494

“Dois Mundos das Três Américas”, que não tinha nada de condenável, foi submetido à Censura porque o ex-presidente era malvisto pelo regime, o que significou a retenção do livro durante meses. Ênio Silveira manteve “uma obstinada recusa em submeter à aprovação qualquer original, fosse ele qual fosse”.³⁴²

A maior parte dos editores das chamadas “grandes editoras”, seguiram o exemplo de Ênio Silveira. Ao se analisar os processos com pedido de censura prévia a livros, além de representarem um número muito pequeno verifica-se que a maior parte foi feita por autores individualmente e não por editoras.³⁴³ Esses autores individuais se submetiam à Censura com medo de serem punidos posteriormente.³⁴⁴

Outro fato que confirma esse indicativo é o reduzido número de editoras importantes que tiveram seus livros proibidos. Grande parte dos livros proibidos, a partir da instituição da Censura Prévia, em 1970, é de editoras desconhecidas e que não figuram no livro de Hallewel, tido como referência para se localizar as “grandes editoras” nacionais, desde 1747 até 1983.

As pequenas editoras, mesmo com essa repressão, ousavam enganar a fiscalização, como foi o caso da Editora Edrel, que teve 17 livros eróticos proibidos. Responsável pela impressão de várias revistas, tendo alguns pedidos de registro negados por parte da censura. Esta editora, no dizer da DCDP, passou a “usar de malicioso artifício para burlar a fiscalização, colocando em publicações não registradas as capas de outras que obtiveram registro”.³⁴⁵ Com isso, os registros concedidos às revistas: “As Mais Quentes Piadas”, “Magazine Popular” e “Revistas do Terror”, foram cancelados porque circulavam com o ‘corpo’ das publicações com registros negados: “Seleções de Piadas”, “Revistinhas”, “Almanaque de Seleções de Piadas”, “Mil Piadas” e “Almanaque de Terror”.³⁴⁶ Os fatos mostram uma resistência

³⁴² HALLEWEL, L., op. cit., p. 494.

³⁴³ De 52 pareceres analisados apenas 4 são textos a serem publicados.

³⁴⁴ Entrevista com o Professor e Editor Briquet de Lemos e o livreiro Vitor Moreira ambos de Brasília em maio de 2002.

³⁴⁵ Este artifício usado pela Edrel, em 1973, já era usado em meados do século XVIII pelos livreiros que encomendavam livros à “Societe Typographique de Neuchâtel”, editora atacadista sediada na fronteira da França com a Suíça. Ao encomendarem livros ilegais, pediam para “casar com os outros livros”. “Casar significava misturar as páginas de um com as de outro”. Isso era possível porque os livros eram despachados em folhas soltas, os livreiros é que as encadernavam. “Entressachar” era outro termo usado pelos livreiros, quando pediam que colocasse “outro título” diferente da obra e “entressachasse” com obras proibidas. Foram solicitados, por exemplo, “casar” ou “entressachar” o livro “Fanny Hill”, conhecido livro pornográfico, com o “Evangelho”. (DARNTON, R. Os Best-Sellers da França Revolucionária. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 33-34.

³⁴⁶ Portaria nº 30 de 29/8/73, D.O. 6/9/73 nº 172, p. 8964.

concreta à Censura Prévia, nos exemplos citados acima e nas importadoras, como foi o caso da Noblet, em 1974. Resta a pergunta: se era tão arriscado importar livros sujeitos às penalidades do DL 1077, por que as importadoras o faziam? Logicamente porque havia demanda garantida que compensava os riscos. Provavelmente era possível - nem sempre - burlar a vigilância na Alfândega. Embora não tenhamos dados ou registros sobre o comércio clandestino de livros – apenas indícios – arriscamos dizer que havia um comércio de livros e revistas proibidos que o DPF não conseguia controlar, fazia “vista grossa” ou não queria proibir.³⁴⁷ Até porque a proibição tornava atraentes estas publicações, aumentando a demanda.

Darnton, a respeito da literatura clandestina francesa no século XVIII, calcula que, entre 1770 e 1789, uma média de menos de cinco livros por ano foram condenados.³⁴⁸ No entanto, circularam centenas de livros ilícitos durante esses anos e as autoridades não os entregavam à censura porque sabiam “não haver nada melhor que um auto-de-fé para transformar um livro, em tremendo sucesso”. Darnton, recorrendo a Diderot, recomenda que suas palavras devam ser levadas a sério:

Vejo, no entanto, que quanto mais severa é a proscrição, mais aumenta o preço do livro, mais ele é comprado e lido [...] quantas vezes o livreiro e o autor de uma obra privilegiada, se tivessem ousado, não teriam dito ao magistrado de polícia: ‘Senhores, por favor, um decretozinho que me condene a ser dilacerado e queimado embaixo de sua escadaria!’. Quando se grita a sentença de um livro, os trabalhadores da tipografia dizem: “Bom, mais uma edição!”³⁴⁹

Para ilustrar, no Brasil de 1974, o mesmo que Diderot já dizia no século XVIII, temos um exemplo paradigmático com o livro “Emanuelle”. O jornal “Estado de Minas” noticiou a proibição do livro e o fazia muito bem. Dizia que, apesar da

³⁴⁷ Exemplifica esse indício o escritor Luís Fernando Lima de Miranda que aparece na lista dos livros proibidos com apenas um título, sob o nome: LIMA, Miranda. Teriberé, o Místico do Sexo. São Paulo: Cátedra, 1976. Este escritor produziu mais livros – considerados pornográficos – do que Cassandra Rios e Adelaide Carraro, campeãs de vendas desse gênero. (MORAES, E. P., op. cit., p. 39)

³⁴⁸ DARTON, R. Edição e Sedição: O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 15.
No Brasil, de 1964-1978, foram proibidos aproximadamente uma média de 37 livros por ano. Considerando-se como ponto de partida o ano de 1970 – data da instituição censura prévia que intensificou extraordinariamente a censura dos livros – até 1978, chega-se a uma média de 65 livros/ano.

³⁴⁹ Denis Diderot, Enciclopedista Francês, que também escreveu alguns romances pornográficos. Citado por DARTON, R. (1992), op. cit., p. 15.

proibição do ministro Armando Falcão, o livro “Emanuelle” - cuja venda aumentou repentinamente logo que saiu a proibição – ainda era encontrado em pelo menos quatro livrarias do centro de Belo Horizonte, ao preço de trinta cruzeiros. Os livreiros da cidade, embora já soubessem da proibição da venda deste livro e de mais outros 34, considerados como “pornográficos”, mantinham em seus estoques pelo menos o “Emanuelle”. Uma das livrarias informava que tinha apenas um exemplar do livro, e que vendera rapidamente o seu estoque. Os gerentes de outras livrarias da rua Bahia afirmavam que tinham o livro à venda. Em uma delas o referido livro ainda estava empacotado, mas à disposição de quem o quisesse comprar. A notícia dizia também que, enquanto isso, o Departamento de Censura da Polícia Federal local aguardava uma determinação de Brasília para apreender os livros proibidos. A censora Laci afirmava que tinha conhecimento da proibição de mais 35 livros, “mas antes de qualquer comunicação de Brasília não podia entrar em ação”. Declarava, ainda, “nós trabalhamos de acordo com as determinações de Brasília”.³⁵⁰

O livro *Emanuelle* tem a seguinte trajetória. Em 14/11/74 o chefe do SCDP – SR/GB sugeria ao diretor do DCDP a interdição dos livros “Emanuelle – a Virgem” de *Emanuelle Arsan*, publicado pela editora Artenova e “Um Caso de Sexo Especial” de D. M. Perkins, publicado pela editora Nova Época Editorial porque, ambos, segundo ele, se enquadravam no DL 1077. Esclarecia que os citados livros estavam sendo lançados no Brasil, como uma prévia dos filmes que a esta altura, já estavam sendo exibidos na Europa: *Deep Throat* e *Emanuelle*. Este último livro citado, tinha sido objeto de reportagem recente da Revista “*Manchete*”, com o título “Cinema sem Censura”. A sugestão de proibição do diretor era acompanhada do respectivo parecer do técnico de censura José Vieira Madeira e alertava para os filmes adaptados dessas obras. O parecer do censor traçava o perfil do “Emanuelle” como um livro autobiográfico que descrevia a caminhada erótica de uma jovem francesa pela sociedade de Bangcoc. Segundo a autora, misturava descrições de sua vida íntima com filosofia, procurando dar conotação mais séria ao trabalho. No entanto, o erotismo se acentuava ao descrever as cenas e atos sexuais, mostrando a permissividade de uma sociedade. Informava que o romance havia sido traduzido em onze línguas e já vendera um milhão de exemplares. Apesar de estar ciente de que a publicação podia ser enquadrada no DL 1077, o censor foi cauteloso. Sugeriu

³⁵⁰ Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 dez. 1974.

uma consulta para saber se a obra fora examinada, antes de qualquer ação com relação à proibição do livro. O parecer concluía que talvez o livro pudesse ser vendido com a indicação de se tratar de obra para adultos.³⁵¹

Em relação ao livro “Um Caso de Sexo Especial”, o censor não vacilou, foi categórico ao dizer que o livro tinha o “único e vulgar propósito de descrever orgias sexuais”, a “pretensa obra literária extremamente pornográfica” atentava contra os valores éticos e morais da nossa sociedade. Segundo ele, a obra contrariava frontalmente o DL n 1077. Sugeriu medidas para a sua apreensão e proibição.

Os dois pareceres do censor diferiam um do outro. No primeiro, ele é vacilante e conclui pela permissão apenas para adultos, ou seja, ficava na fronteira do legal vizinho do ilegal. No segundo, não há dúvidas, sua venda contrariava claramente o DL 1077 que regula a “moral e os bons costumes”. Ficava claramente no terreno do ilegal e do proibido.

O parecer do censor da SCDP-SR/GB é enviado, em 19/11/74, para o Ministro da Justiça e este, em 12/12/74 concorda com o parecer do censor e sugere uma “liberação com precauções”: invólucro plástico e declaração de impropriedade para menores, no caso do “Emanuelle”. Acrescentava que não havia proibição à publicação do livro.

Mesmo com essa concordância, o Ministro, em 26/12/74, solicitou um parecer da Consultoria Jurídica do MJ. Finalmente, em 7/1/75, após dois meses percorrendo gabinetes, e sendo notícia de jornal, o livro “Emanuelle” teve seu destino selado pelo Consultor Jurídico, Dr. Ronaldo Poletti. Em seu despacho, o consultor diz que leu os livros e chegou à conclusão de que todos eles eram contrários à moral e aos bons costumes e que a sua divulgação afrontava tanto a Constituição como a legislação vigente. Resolvía, portanto, sob aspecto jurídico, proibir a circulação, determinando a busca e apreensão de todos os exemplares com base no DL 1077/70. Ressaltava que os livros já tinham circulado produzindo parte considerável de seus efeitos e que era necessário que o órgão policial, encarregado de executar a medida, se determinada, cuidasse de fazê-lo de maneira a evitar que, cessado o impacto da proibição voltassem a ser vendidos, sem qualquer obstáculo, **“como vinha acontecendo em relação a outras obras proibidas pelo mesmo motivo”**. (grifo nosso). Os livros “Emanuelle”, e “Um Caso de Sexo Especial”,

³⁵¹ Processo MJ nº 67149/74. ANB. DCDP. Censura Prévia. S. Publicações.

tiveram sua publicação e circulação proibidos e ordem de apreensão de todos os seus exemplares em 13/01/1975.³⁵²

A queixa final do consultor jurídico confirma os indícios de que livros proibidos continuavam sendo vendidos, o que caracterizava a ineficiência da Censura Prévia e a existência da publicação ilícita de livros ou o que Darnton chama de “mercado literário ilícito”.

Proibição e transgressão andavam juntas, tanto na França do séc. XVIII como no Brasil do séc. XX. Ambos os países exibiram comportamentos que confirmam essa “ação e reação”. Quando se trata de filmes, no entanto, essa relação fica mais evidente. Por exemplo, o filme “O Crime de Cravinhos”, produzido em São Paulo em 1919 e apreendido pela polícia, foi posteriormente, liberado. Seus produtores, através de reintegração de posse, anunciavam: “Venham ver! Sensacional! O Filme que a polícia proibiu finalmente liberado!”. O filme fez um enorme sucesso. Quando o DIP proibiu a grande obra de Chaplin “O Grande Ditador”, provocou o seguinte fenômeno. De várias cidades do Rio Grande do Sul corriam trens especiais para o Uruguai com levas de curiosos para assistir ao filme. No início dos anos 70, a classe média de algumas cidades se desloca para Montevideo e Buenos Aires para assistir filmes proibidos aqui tais como: “O Último Tango em Paris”; “Laranja Mecânica” e outros, que ainda não tinham sido proibidos por lá.³⁵³

Em meados de 1975, parecia que a Censura Prévia (preventiva) e a Censura a posteriori (repressiva) perdiam a guerra contra o que denominavam de obras que “atentavam contra a moral e os bons costumes”.

A Censura Prévia do Ministério da Justiça, não funcionou pois livros reconhecidamente de temas eróticos continuavam a ser produzido. Na realidade, a Censura Prévia nunca funcionou. Pelo que já foi exposto até aqui neste trabalho, corroborado por depoimento de pessoas que acompanharam a censura no período, esta nunca atingiu os seus objetivos.³⁵⁴

A derrota é reconhecida, em 5/6/75, pelo assessor especial do Ministro da Justiça, Fernando B. Falcão. Sugeriu que a Consultoria Jurídica fosse ouvida a respeito da instauração de inquérito policial, visando apurar as responsabilidades

³⁵² Despacho de 13/1/75 DOU nº 9 de 14/01/74, p. 563.

³⁵³ SIMÕES, I., op. cit., p. 28-29.

³⁵⁴ Entrevista com o Professor Briquet Lemos e o livreiro Vitor Moreira em Brasília.

dos editores, distribuidores, importadoras, livrarias e bancas de jornal. Transcrevemos, a seguir, sua análise da situação.

Com a informação do Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, verifica-se que, a despeito dos esforços envidados por aquele órgão, continua a proliferar, em todo o território nacional, a edição ou a importação de livros e revistas de conteúdo atentatório à moral pública e aos bons costumes, com notório efeito nefasto sobre a população.

A conclusão a que chegamos é que as medidas presentemente adotadas – proibição e apreensão – se têm mostrado insuficientes para deter ou desestimular esse comércio amoral.

Mister se faz, pois, a meu ver, a adoção de medidas coercitivas ou punitivas mais rigorosas.

Pelo exposto, permito-me sugerir, a V. Exa. que recomende ao Departamento de Polícia Federal adotar como norma, a abertura de inquérito policial, para a apuração da responsabilidade criminal, toda vez que tais “obras” sejam proibidas.

Sugiro, mais, que igual procedimento seja adotado aos responsáveis por distribuidoras, importadoras, livrarias, bancas de jornal ou outros estabelecimentos similares, quando importem ou coloquem em circulação literatura proibida ou que não tenham o necessário registro no Serviço de Censura de Diversões Públicas.

Para a verificação da viabilidade legal da medida proposta, peço vênha para sugerir a prévia audiência da Consultoria Jurídica deste Ministério.³⁵⁵

Nesse clima de impotência dos órgãos censores, o jornal “O Estado de São Paulo” publica uma longa nota divulgando a estatística da Censura Federal sobre suas atividades, desenvolvidas no período de janeiro a julho de 1975.³⁵⁶ Entre os 1.113 filmes destinados à exibição, dez haviam sido interditados; os 3458 longas-metragens para televisão passaram incólumes, enquanto um único curta-metragem da série “Havaí 5-0” fora vetado. A nota ironizava:

(...) Sobrou-lhe vigor para se exercer sobre os livros, proibiu a todos os brasileiros alfabetizados o acesso a 48 títulos. Moral desse órgão do Ministério da Justiça: o consumo em massa de enlatados e celulóides não traz ameaça maior à moral pública e aos bons costumes, nem infringe a Lei de Segurança Nacional. O risco está na leitura, que exige concentração e um mínimo de senso crítico. É perigoso ler (...)

³⁵⁵ Processo MJ 59021/75. ANB. DCDP. Censura Prévia. S. Publicações, Cx. 13.

³⁵⁶ CENSURA e Critérios Fundamentais. O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 jul. 1975.

A crítica à censura continuava, ao longo da nota. Questionava, no mesmo tom, como em um país – onde o consumo “per capita” de papel de imprensa era irrisório e onde o polegar era a assinatura de milhões – introduziu-se a censura prévia desde 1970, um dos feitos de Alfredo Buzaid, na pasta da Justiça. Na Igreja Católica, durante a vigência do “Index”, preservava-se o direito de professores, estudantes e pesquisadores terem acesso aos livros proibidos - ateus, ímpios, hereges e outros - que eram citados pela fonte original e em primeira mão. No entanto, no Brasil, se algum sociólogo ou filósofo quisesse saber o que Lenine disse em “Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo”, ou em “A Catástrofe Iminente e os Meios de Conjurar” teria que recorrer aos “sebos”, ou aprender de oitiva com os censores que os leram e recomendaram a interdição.³⁵⁷

É bom lembrar que o assunto censura era proibido de ser veiculado nos meios de comunicação, desde 1969. Este comentário do Estado de São Paulo sobre ela, só foi possível a partir de janeiro 1975, quando foi retirada, oficialmente, a censura prévia deste jornal.

A centralização da censura foi outro complicador para o governo. O efeito produzido pela centralização da censura de livros no MJ pode ser visto através da comunicação que sua assessoria especial fez ao chefe do Gabinete, em 28/11/75. Informava que ali se encontravam onze processos, sem qualquer parecer, encaminhados pelo DPF, relativos à apreensão de livros ou a proibição de sua publicação e circulação. Alguns desses processos aguardavam análise desde

³⁵⁷ CENSURA e Critérios Fundamentais. op. cit.

1970.³⁵⁸ Pelo tempo decorrido, a assessoria sugeria que fossem devolvidos ao DPF, uma vez que, na maior parte dos casos, passara a oportunidade de sua apreciação. O chefe de gabinete e o Ministro concordaram com a devolução, desde que fossem reexaminados.³⁵⁹

O Serviço de Orientação do DCDP era outra tarefa centralizada em Brasília, constituía possivelmente, mais uma sobrecarga burocrática. Tinha como função responder às dúvidas das Superintendências Regionais do DPF. Recebia pedidos de orientação, como o do chefe do Serviço de Censura e Diversões do Espírito Santo, em 4/9/75: através de radiograma, pediu instruções de como proceder em relação a apreensões de álbuns de figurinha, que não continham editora responsável, nem registro na DCDP. Sobre essa dúvida, o chefe do SO/DCDP orientou no sentido de apreensão – por ser uma medida legal – diante das infrações praticadas pela editora do álbum.³⁶⁰

Outro pedido de orientação feito ao SO/DCDP veio, em 3/10/75, da sede do SCDP/SR/AM, em Manaus. Desta vez a consulta era sobre “Colis Postaux”. Nele a superintendência informava que era de praxe, há anos, que este tipo de envio postal, após ser examinado pelas autoridades alfandegárias, fossem reexaminadas

³⁵⁸ 1 – Processo MJ-10 481/71 – Livro “Uns Fesceninos”, de Oswaldo Lamartine de Farias, impresso em 1970 em única edição especial para venda fora de mercado.

2 – Processo MJ-65 357/70 – livro “Ao Encontro de Jesus”, publicado por Moraes Editora, Lisboa, em 1970.

3 – Processo MJ-40 204/70 – com originais do livro “Basta de Bastardos”, de Helio de Almeida, encaminhados ao MJ pelo Delegado Regional do DPF/GB para “verificação prévia” em dezembro de 1970.

4 – Processo MJ-55 287/71 – livro “O Cometa de Halley”, de autoria de Jesus de Aquino Jayme, 1971.

5 – Processo MJ-62 410/71 – livro “O Som dos Cavalos Selvagens” de Adelmo de Oliveira, de 1971 e apreendido pela Delegacia Regional do DPF/BA por não constar, na obra, indicação do nome do editor ou mesmo da oficina gráfica em que foi impresso.

6 – Processo MJ-63 356/72 – livro “Os Caminhos do Absurdo”, de Eduardo Jordão, de 1972.

7 – Processo MJ-59 372/72 – com os originais do livro “Despertamento da Graça”, de Bartolomeu Ciro Pimentel Quaresma, encaminhado para “verificação prévia” em 1972.

8 – Processo MJ-51 102/73 – com provas tipográficas do livro “A Jumentinha do Balão” de Fredy Kunz, encaminhadas para “verificação prévia” em 1973.

9 – Processo MJ-58 820/73 – com solicitação da Editora Sublime Ltda de autorização para importação da revista “Playboy”, edição italiana.

10 – Processo MJ-57 308/73, com os originais do livro “Quatro Contos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados”, de Álvaro Alves de Farias.

11 – Processo MJ-61 585/73, com o livro “A Grain of Mustard Seed” de Márcio Moreira Alves, de 1973.

³⁵⁹ Processo 40204/70 ANB. DCDP. Censura Prévia. 1970. S. Publicações. Cx. 3.

³⁶⁰ A medida era amparada, em 1º lugar, pela Lei de Imprensa nº 5250 de 9/12/67, art. 2º, 8º, 9º e 11º, em face de clandestinidade com que circulava, sem dados que a identificassem. Em segundo lugar pela Portaria nº 209, de 16/4/73 par. 2º do art. 70 sujeitava as publicações periódicas que circulavam no país, a registro na DCDP. (Ofício parecer nº 029/75 – SO/DCDP. ANB. DCDP Censura Prévia 1975 S. Publicações Cx. 13).

pelo SCDP, onde ocorreram apreensões de discos, fitas gravadas, livros e outros. No entanto, havia dúvidas sobre a legalidade de tal procedimento do SCDP. Poder-se-ia apreender esse material endereçado a particulares? Qual a legislação que autorizava tal procedimento? A DCDP aconselhava a continuidade da execução de tal serviço pela SCDP/SR/AM? A estas dúvidas a seção de orientação afirmava que era legal o procedimento do SCDP e que deveria continuar procedendo aos exames. A apreensão era legal, desde que a lei fosse infringida.³⁶¹

Não só pedidos de orientação eram encaminhados ao SO/DCDP. Enviavam-se sugestões e reclamações, como as do chefe do SCDP/DPF/SR/BA, que sugeria que livros e publicações sobre sexo, de caráter erótico, tivessem sua venda limitada exclusivamente às livrarias, proibindo vendas em bancas de jornal, supermercados e outros locais, onde o manuseio fácil tornava impossível uma fiscalização maior e mais efetiva por parte das autoridades. Justificava a medida porque não só atenderia aos objetivos do governo no que tangia a restrições às exteriorizações sobre sexo e erotismo, como facilitaria um melhor controle na distribuição e venda dessas publicações. Além disso, atenderia, também aos livreiros que, com esta limitação, venderiam mais. A venda em bancas e supermercados desse tipo de livros e revistas propiciava manuseio e aluguel, prática comum, em Salvador, por parte das bancas sem que houvesse o lucro necessário.

Sugeria também como medida paralela, com o objetivo de controle, a de obrigar as distribuidoras a fornecerem xerox das notas fiscais da aquisição e venda das publicações. Com isso o DPF ficaria sabendo quantos livros ou revistas teriam sido recebidos, quantos distribuídos e para quem, o que facilitaria nas apreensões, a exemplo dos tóxicos.³⁶²

O chefe do SCDP/DPF/SR/BA dizia que, desde que assumira a chefia, vinha observando que a falta de critério e conhecimento de alguns Técnicos de Censura ao examinarem peças teatrais, causavam sérios transtornos ao DPF e, conseqüentemente, ao Governo. O Censor despreparado preferia errar pelo excesso de zelo a assumir a responsabilidade de liberar um texto sem cortes. Esse despreparo e a falta de responsabilidade profissional, segundo ele, vinha da falta de uma melhor orientação prática nos cursos da Academia Nacional de Polícia, que

³⁶¹ Ofício – parecer nº 034/75 – SO/DCDP. ANB. DCDP. Censura Prévia. 1975. S. Publicações, Cx. 13.

³⁶² Ofício 3198/75 SCDP/DPF/ SR/BA. ANB. DCDP. Censura Prévia. 1975. S. Publicações, Cx. 13.

estava voltada para a formação do Técnico de Censura “acadêmico” e a falta de permanentes seminários da DCDP/DPF que atualizassem seus funcionários com os problemas políticos e culturais no Brasil e no mundo, bem como os objetivos nacionais no que tangia à censura. Ilustrava suas justificativas com o caso da peça “Caramuru”, de autoria do poeta e jornalista Ildazio Tavares, censurada por técnicos da DCDP. Dizia que, ao encaminhá-la para Brasília, tivera o cuidado de anexar dois pareceres elaborados por censores locais (baianos), para que servissem de subsídios, face aos regionalismos e aos fatos históricos desenrolados na Bahia, presentes no texto. Para surpresa sua, além da impropriedade máxima estabelecida, fizeram cortes injustificáveis como os de “Rio Vermelho” e “Mariquita”, nomes de bairros existentes em Salvador (BA). Parecia-lhe que o censor cauteloso os confundiu com algo “subversivo” ou “andrógeno”.

Ressaltava, ainda, que o autor pretendia encenar a peça, sob o patrocínio do Governo Estadual, em praça pública. Sugeriu revisão nos critérios adotados para o estabelecimento de impropriedade, cortes e interdições e mais responsabilidade por parte dos Técnicos de Censura. No exercício da sua função, o censor teria que ler o texto e procurar entendê-lo e não se livrar do texto como uma simples obrigação funcional do tipo “bola pra frente” ou “não meto a mão em cumbuca”.

Reivindicava, por outro lado, a realização periódica de seminários internos no âmbito da DCDP, com a participação dos chefes dos mais importantes SCPs (RJ, SP, BA, MG, RS, PE, AM). Seria uma oportunidade de atualização para técnicos e funcionários do DCDP dos problemas regionais inerentes à função, bem como conhecimento dos costumes e cultura de cada região desconhecidos em Brasília. Isso evitaria que textos de peças teatrais e letras musicais viessem a conter gírias e palavras que em algumas regiões são pornográficas ou pejorativas, assim como cortes desnecessários, como no caso exemplificado.

Na resposta ao descontente censor baiano, o novo chefe da DCDP/DPF, Coriolano de Loyola C. Fagundes informava que já estava sendo descentralizada a censura teatral através das SRs do Rio de Janeiro e São Paulo.³⁶³ Em duas reuniões com censores, instruíra-se como proceder quanto aos cortes e a censura em geral,

³⁶³ Censor e Autor do livro FAGUNDES, C. de L. C. Censura e Liberdade de Expressão. São Paulo: EDITAL, 1975. 406 p. Ex-Professor de Inglês da Casa Thomas Jefferson (USIS) de Brasília e da Academia Nacional de Polícia.

“**Plano**” ao Ministro da Justiça, justificando que fora concebido com o objetivo de dinamizar a ação do MJ e, ao mesmo tempo, evitar críticas como as do jornal “O Estado de São Paulo”, citado no item anterior.

A justificativa do “**Plano**”, defendido pelo jurista do MJ, era a de que: “de tempos para cá”, as livrarias e bancas de jornal foram invadidas por uma avalanche de literatura pornográfica, presente em jornais, revistas e livros. Ao seu lado, infiltrou-se a literatura subversiva”. Segundo ele, essas manifestações anti-sociais (obscenidade e subversão) não se confundiam e deviam ser combatidas pelas diferentes armas legais.³⁶⁷

Destacava o fenômeno do deslocamento do combate a essa literatura, para o âmbito federal, com o conseqüente retraimento das autoridades estaduais.³⁶⁸

A centralização, na sua ótica, produzia vantagens e desvantagens, respectivamente. Como vantagem, podia-se contar com o comando coerente da campanha, através das portarias ministeriais, **garantindo-se ampla difusão perante a opinião pública – deixando claro que o Governo Federal estava vigilante, e sua tônica era a austeridade** (grifo nosso). Como desvantagem, o acomodamento de setores espalhados por todo o país. Outra desvantagem: o número desses livros, no mercado mundial, era imenso, e a proibição de sua circulação atingiria a casa dos milhares, o que, além de difícil execução, poderia gerar críticas de setores culturais, “embora improcedentes”, mas com o poder de indispor a opinião pública contra o Governo. Finalizando sua justificativa, propunha – “ao invés de apenas proibir a circulação de livros”, uma nova estratégia, **mais silenciosa e eficaz, de repressão às fontes de tais publicações** (grifo nosso). Com isso se evitaria, a necessidade de proibir a circulação de livros que faziam a

³⁶⁷ 1 – Constituição Federal, art. 153 § 8º.

2 – Ato Institucional nº 5, art. 9º;

3 – A Lei de Segurança Nacional (DL nº 898, de 29/9/1969);

4 – Código Penal (Art. 234);

5 – DL nº 1077, de 26/01/70;

6 – DL nº 9.085, de 25/3/46 (interdição de entidades), modificado pelo DL nº 8, de 16/6/66;

7 – A Lei de Imprensa (Lei nº 5220, de 9/2/67);

8 – Código de Menores (Decreto nº 17943 – A, de 12/10/22);

9 – Regulamentos de Alfândega e dos Correios.

³⁶⁸ O combate centralizava-se nas mãos do Ministro da Justiça, seja na censura a jornais com base no AI-5, seja na expedição de freqüentes portarias, proibindo livro e revistas subversivas ou pornográficas.

apologia do comunismo mas, “rotulados de filosóficos” ou “clássicos da literatura”.³⁶⁹ Para isso deveriam ser mobilizados, além da Polícia Federal outras instituições.³⁷⁰

No entanto para ele, a mobilização desses setores não dispensaria a atuação sistemática do MJ – “para demonstrar a sua ‘ação de presença’”, e da tônica da política do Governo sobre a censura.

O “**Plano**” dividia a estratégia em duas partes: o combate à literatura subversiva e o combate à literatura pornográfica. Os instrumentos principais de combate à literatura subversiva eram o AI nº 5, no seu 9º artigo, e a Lei de Segurança Nacional, no seu artigo 45. De posse destes instrumentos “legais”, a Polícia Federal, logo que descobrisse focos de difusão de literatura subversiva, apreenderia os volumes antes que atingissem o público, abriria inquérito policial para punir culpados – esta ação seria automática, independente de portaria ministerial. Da mesma forma procederiam as polícias estaduais, complementando as diligências da Polícia Federal. Concluído o inquérito, seria remetido à Justiça Militar, para a denúncia com base na Lei de Segurança Nacional.

O “**Plano**” sugeria também que, **“em determinadas oportunidades, a serem inteligentemente escolhidas”**, as publicações deveriam ser proibidas através de Portaria do Ministro da Justiça, **“para demonstrar à Nação a vigilância sobre o setor”**. (grifos nossos).

Em relação a editoras, gráficas, distribuidoras e livrarias reincidentes, a sugestão era de que fossem localizadas pelo DPF e pedida a sua interdição ao Ministro da Justiça, com base na Lei de Segurança Nacional (DL nº 898 de 29/9/69). Quando decretada a interdição, deveria ser acionado o Procurador-Geral da Justiça Militar, para a defesa da medida perante o Superior Tribunal Militar.

A estratégia no combate à literatura pornográfica, utilizaria como instrumento principal o artigo 234 do Código Penal e o DL nº 1077 de 1970. As ações recomendadas eram semelhantes às do combate à literatura subversiva. A Polícia

³⁶⁹ Curiosamente na França do século XVIII, a expressão “livros filosóficos” era utilizada, no comércio de livros, para rotular toda obra proibida. DARNTON, R. (1992), op. cit., p. 18.

³⁷⁰ Entre as instituições que deveriam ser mobilizadas, enumerava:

- 1 – Ministério Público Federal;
- 2 – Ministério Público Militar;
- 3 – Ministério Público Estadual, através dos respectivos governadores;
- 4 – As Polícias estaduais;
- 5 – Os Juizados de Menores, através da respectiva associação;
- 6 – A Justiça Federal, a Justiça Militar e a Justiça dos Estados;
- 7 – Alfândega e os Correios.

Federal não deveria ficar na dependência de uma portaria ministerial, proibindo determinado livro, para só então apreendê-lo. Sua ação deveria ser automática, verificada a existência de determinada publicação ou exteriorização com esse conteúdo. Deveria ser aberto inquérito policial, seguindo-se a apreensão como diligência de rotina. Concluído o inquérito, este deveria ser remetido às Varas da Justiça local, para julgarem os responsáveis. Quando se tratasse de organizações de âmbito nacional, o DPF tentaria deslocar o julgamento para a Justiça Federal, caso a ação desta última fosse mais enérgica do que as Justiças estaduais.

Da mesma forma que a estratégia de combate aos livros subversivos, as polícias estaduais deveriam ser chamadas para localizar os principais focos de divulgação, denunciando-os à Polícia Federal. O DPF localizaria as empresas responsáveis e proporia o cancelamento de seu registro, na forma do DL nº 9 085, de 25/3/66, modificado pelo DL nº 8, de 16/6/66.

Para mostrar a presença do MJ nesta questão, **periodicamente deveria ser proposta a edição de portarias proibindo a circulação de determinados livros e revistas** (grifo nosso), na forma do DL nº 1077. Ainda com base nesse DL, a Polícia Federal deveria exercer estreita vigilância em torno de “determinadas editoras e distribuidoras, criando o máximo de obstáculos para aquelas reconhecidamente dedicadas à exploração de obscenidade, mediante verificação prévia do material a ser editado”.

Em relação aos setores ou “forças” que deveriam ser acionados sugeria que as Polícias Estaduais – naquele momento alheias ao problema – deveriam participar do combate às publicações obscenas e subversivas. Para isso deveriam ser os Governadores convocados a determinar a colaboração das suas respectivas polícias com o DPF.

Ao Ministério Público Federal caberia papel na determinação da competência para o julgamento dos inquéritos abertos pelo DPF e pelas polícias estaduais. Perante a Justiça Militar caberia, especialmente, o combate às publicações subversivas, devendo estudar a possibilidade de julgar os casos de cancelamento de registro de pessoas jurídicas, além das ações penais contra seus dirigentes. Ao Ministério Público caberia, ainda, junto à Justiça Comum, o estudo para determinar a competência para o julgamento das ações penais e das interdições de estabelecimentos, nas causas que fugissem à alçada da Justiça Militar e nos casos de publicações obscenas.

O acionamento dos Juizados de Menores implicaria na convocação “para essa ‘cruzada’”, na parte referente aos escritos pornográficos, pois o Código de Menores prevê a fiscalização, por parte deles, dos casos de diversões e de material obsceno oferecido a menores.

O autor do “**Plano**” considerava conveniente que o Governo Federal prestigiasse a Associação dos Juizes de Menores do Brasil, incentivando-a a colaborar no setor. Informava que essa Associação faria uma reunião em Manaus, e o MJ poderia sondá-la sobre a possibilidade de mandar um representante para propor o tema. Também poderia ser aventada a hipótese de uma segunda reunião em Brasília especialmente para isso, quando deveria ser estudada uma forma de colaborar materialmente com a entidade, fornecendo-lhe meios e agentes para cumprir suas determinações.

No acionamento da Alfândega e dos Correios, vias por onde normalmente esta literatura penetrava no país, seria conveniente o entrosamento da Polícia Federal com as autoridades dessas repartições, na parte referente aos livros importados de outros países. Como os referidos órgãos já possuíam regulamentos próprios proibindo a importação ilegal de material subversivo ou pornográfico, poderia barrar a tentativa, entregando-os à apreensão policial. Independente dos regulamentos daqueles órgãos, a fundamentação legal das apreensões poderia ser feita com base no AI-5, combinado com o art. 155, § 2º, c, da Constituição.

Além de todas estas sugestões capazes de fazer inveja a qualquer “Tribunal de Fé”, sugeria uma revisão no sistema de multas, tornando-as eficazes e, ainda, um maior rigor na localização dos focos de distribuição, para que o MJ pudesse interditar os estabelecimentos transgressores.

A respeito dessa tentativa de proibição de livros e revistas, recorre-se a Freud, quando analisava o seu próprio País:

No nosso país, desde sempre a regra foi um autêntico ‘furor prohibendi’ (paixão pelas proibições), a tendência para manter o povo sob tutela, para interferir e proibir, o que, como todos sabemos, não tem dado frutos especialmente bons (...) uma superabundância de regulamentos e proibições serve apenas para prejudicar a autoridade da lei.³⁷¹

³⁷¹ FREUD, S. O Inconsciente, os Sonhos e a Vida Pulsional. Portugal: Europa-América, 1985. p. 68-69.

Os juristas do governo defendiam a censura de livros e defendiam sua legitimidade. A história do **“Plano para um Combate Sistemático contra as Publicações Obscenas e Subversivas”** não terminava na mesa do Ministro da Justiça, pois depois de sua leitura pediu a opinião do Dr. Poletti, Consultor Jurídico, com o bilhete de 28/10/1975, adiante apresentando (Documento 7).

Em resposta, o Consultor Jurídico encaminhou seu estudo do **“Plano”**.³⁷² Sua análise deixa claro que, para resolver a questão, bastava aplicar o artigo 153 § 8º da Constituição por considerá-lo eficaz.

Considerava que o assunto se dividia em duas partes fundamentais: as publicações subversivas e as exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. Quanto ao problema da subversão, a maior dificuldade residia nos livros, embora houvesse a Constituição e o AI-5 facultando ao Presidente da República adotar, se necessário, à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas “d” e “e”, do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição, relativos ao estado de sítio.

³⁷² Consultoria Jurídica MJ. Estudo nº 07/75. p. 13-18.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Dr. Faletti:
 O tema é atual.
 Que acha das ideias
 do Dr. Hélio?

J. Faleiro
 28.X.75

Documento 7 – Bilhete do Ministro ao Consultor Jurídico

Com base nestes dispositivos, tornava-se possível executar a censura de caráter político nos jornais. No entanto, a dificuldade em relação a livros residia no fato de que eram suscetíveis de apreensão apenas se caracterizados contra a segurança nacional. Exemplificava com o livro "Autoritarismo e Democratização", de autoria de Fernando Henrique Cardoso, editado pela Paz e Terra, em 1975. Analisou a possibilidade de apreendê-lo como livro marxista, porém manifestou contra a medida pois havia dúvida sobre a existência do crime.³⁷³

Para o consultor, o fato se tornava mais problemático no campo da moral e dos bons costumes. Mesmo com a legislação ordinária instrumentalizando as autoridades para uma ação pronta e eficaz, as dificuldades eram muitas, quer pela

³⁷³ Embora apareça na lista dos livros censurados não foi proibido.

ineficiência das autoridades, quer pelo desgaste político permanente em tal matéria, construído pela propaganda dos prejudicados pela censura.

No seu entender, seria suficiente para pôr fim aos abusos, a autoridade competente não se omitir no cumprimento de suas atribuições. Pois o assunto achava-se disciplinado pela lei de imprensa, que sujeitava à apreensão os impressos que ofendessem a moral e os bons costumes. (cf. artigo 61 da lei de imprensa nº 5520 de 9/2/67). Além disso, o Código Penal, dizia ele, previa como crime: fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno.

A inércia das autoridades, na sua opinião, encontrou forte apoio no DL nº 1077 de 26/1/70, pois o Governo Federal o criou diante da omissão daqueles que, sistematicamente, deveriam combater tal literatura. Em face da aparente ineficácia dos instrumentos legais ordinários, estabeleceu a verificação prévia, em livros e periódicos, de matéria contrária à moral e aos bons costumes. O referido decreto facultou ao Ministro da Justiça a proibição e a ordem de apreensão de publicações que versassem sobre matéria contrária à moral e aos bons costumes. No entanto, o Ministro já possuía tal faculdade por força da lei de imprensa, pela qual poderia antecipar-se ao Judiciário, quando a situação reclamasse urgência, nas providências atinentes à apreensão. Dessa forma, a inovação consistia na verificação prévia a ser feita pela Polícia Federal, detentora da faculdade de liberar a publicação, não de proibi-la, porque isto caberia apenas ao Ministro de Estado.

Por outro lado, considera que, foi desencadeada intensa propaganda adversa, para estigmatizar aquele diploma legal (DL 1077) como violador da Constituição (tese já rejeitada pelos tribunais) e como um símbolo de posição anticultural. Apressou-se, então, o Governo a esclarecer, até por atos oficiais, a isenção em relação à medida dos escritos de caráter científico, filosófico, didático ou artístico. A partir daí a situação não vinha encontrando boas soluções. A Polícia Federal não tinha, tudo indica, condições para fazer a verificação prévia. Não possuía, ao que se sabe, material humano em quantidade e qualidade para tanto, salvo se prejudicasse outros setores importantes de seu mister. Isso a levou à procura de uma fórmula para controlar as publicações através de seu registro, colocando nas revistas, tidas como imorais, a um invólucro onde se escrevia “proibição para menores de 18 anos”. Tais medidas impunham obrigações não

previstas em lei – razão pela qual foi considerada ilegal a Portaria 11-B/70 do DPF. A par disto, um sem número de livros, impressos ou em provas de tipografia, ou mesmo em originais, eram enviados pelo DPF, com pareceres reduzidos e a proposta de proibição, para o Ministro da Justiça examinar e decidir.

Para ele, deturpou-se, assim, de início, o sentido do DL nº 1077/70, pois seu objetivo principal não era a apreensão, já permitida em lei, mas a verificação prévia a fazer-se, principalmente nas revistas de grande penetração popular e altamente formadora da moral das pessoas. Em nenhum momento se pensara em centralizar a ação no MJ e, menos ainda, no Gabinete do Ministro, nem em monopolizar as medidas de ordem judicial e policial.

A análise crítica do Consultor sobre a excessiva centralização da censura de livros e revistas no Gabinete do Ministro, não dispensava também considerações ideológicas. Dizia ele:

As conotações políticas do problema são óbvias. Na guerra psicológica e revolucionária adversa, os inimigos se utilizam de todas as armas, como a da literatura imoral. Mas utiliza também a propaganda indireta para colocar sob fogo incessante o Ministro da Justiça, que passou a encarnar, segundo ela, uma espécie de Torquemada ou de queimador de livros. No entanto, o Decreto-Lei não visava a obter um clima de puritanismo exacerbado, mas preservar o Brasil de misteriosa onda internacional de pornografia e de degeneração quanto aos costumes, da mesma forma que se procura manter um clima de ordem e tranquilidade sociais, quando o mundo – se agita em desordem e desassossego. Além disso, como já foi dito, a situação vem servindo à omissão das demais autoridades, assoberbando, por conseguinte, o Ministro da Justiça com sucessivos despachos de proibição de livros, cujo rol, já extenso, pode levá-lo o inevitável desgaste, quando somente em caso excepcional deveria intervir.³⁷⁴

Continuando sua análise crítica, o Consultor Jurídico tecia considerações genéricas sobre a diferença entre livro e revista, como formas de eventuais manifestações imorais e desabonadoras de costumes. Enquanto o livro tinha circulação restrita e de pequena penetração, as revistas alcançavam o grande público. O acesso de menores a elas era bem maior do que em relação aos livros os quais, de leitura sempre mais difícil do que a das revistas que, muitas vezes, eram compostas substancialmente de reproduções fotográficas.

³⁷⁴ Consultoria Jurídica MJ, op. cit., p. 15-16.

Teceu também pesadas críticas à figura do editor: **“agente perpetrador do fato criminoso”, “violador das normas éticas de uma boa publicação”** (grifo nosso). No entanto, esclarecia, havia uma relevante diferença entre o editor que se socorria de uma literatura ousada, eventualmente violadora dos princípios legais, e aquele que vivia exclusivamente da divulgação obscena, imoral e pornográfica. Tal diferença não deveria servir exclusivamente a dosagem da pena nos processos criminais, mas precisava ser considerada para efeito da ação do Governo - “quase como se adotássemos culpabilidade diferente da normativa” – para punirem mais o agente em razão de sua tendência ou vida, do que por causa do ato que cometeu. Depois de todas essas observações, o assessor colocou suas propostas.

Em primeiro lugar sugeriu “reverter a fórmula”, pois o DL 1077/70 nasceu para suprir a omissão das autoridades que, entre outras coisas, “tornava irreversível as publicações deletérias”. Por que não fazer retornar às autoridades o encargo de zelar pela moralidade pública? Assim, cada autoridade, da Polícia Judiciária ao Juiz, passando pelo Ministério Público, assumiria seu papel, em defesa da sociedade e das instituições, contra as publicações “subversivas da moral”, usando os instrumentos adequados que a lei pôs à sua disposição. Tal procedimento teria ainda a vantagem de dosar a rigidez moral, de acordo com os costumes locais.

Contudo, nessa reversão não se abriria mão da principal faculdade do Decreto-Lei que era a de verificar, previamente, nas conhecidas revistas, a existência de exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. Em casos excepcionais, o Ministro da Justiça disporia da possibilidade de proibir a circulação de livros.

Quanto à Polícia Judiciária dos Estados, para ele, deveria atuar destacadamente, fiscalizando o comércio de livros e publicações e, quando detectasse infração relacionada com tal “abuso de liberdade de manifestação e pensamento”, comunicasse ao Ministério Público para que adotasse as providências recomendadas na lei de imprensa. Acrescentava que a autoridade policial deveria desdobrar-se em repressão aos crimes previstos na Lei de Imprensa e no Código Penal, procedendo às autuações e não esperando ou solicitando autorização de inquérito policial. Nos casos indubitáveis, poderia apreender a publicação. Pois se esta constitui crime, a apreensão representa decorrência lógica do ato ilícito, tal como o produto de furto ou roubo. Assim sendo, os Secretários de Segurança Pública dos Estados deveriam ser convencidos da necessidade da polícia dispensar

maior atenção ao problema. Da mesma forma, os Chefes do Ministério Público e os Juizes de Menores deviam assumir seu papel previsto na Lei de Imprensa.

Quanto à Polícia Federal, no seu entender, - sem impedi-la de continuar exercendo suas funções previstas no DL nº 1077/70 - passaria a comunicar o resultado de sua verificação ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente, sem encaminhá-la, como vem fazendo, para o Ministério da Justiça para a última decisão.

O Consultor acreditava, também, que a execução do programa por ele sugerido, com o objetivo de corrigir a distorção da transferência de encargos, deixaria o Ministro da Justiça menos comprometido com decisões dessa natureza, podendo, a qualquer tempo, avocar para si a solução de caso que merecesse, quando conveniente, sua atuação. Colocava, também, que as observações feitas sobre as publicações imorais - mudando o que devia ser mudado - podiam ser aplicadas às publicações subversivas, violadoras dos preceitos da lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa. Sugeria, ainda, uma maior vigilância a essas publicações, por parte das autoridades, notadamente dos membros do Ministério Público e da Magistratura, vinculados à Justiça Militar.³⁷⁵

Aparentemente, a burocracia ou a falta de vontade do próprio Ministro para descentralizar a Censura, ou o seu apetite para proibir livros e revistas, derrotou o **“Plano para um Combate Sistemático Contra as Publicações Obscenas e Subversivas”**. Somente em 14/11/78, o **“Plano”** e a análise do Consultor Jurídico foram enviados para o Departamento de Polícia Federal (DPF). Em 4/1/79, o diretor do Departamento de Censura e Diversões Públicas, Rogério Nunes, enviou-os ao diretor-geral do DPF. Finalmente este processo se encerrou com o despacho do chefe de gabinete, Dr. Valter Costa Porto, que levou sua ponderação ao Ministro da Justiça, sobre a inconveniência de, em poucos meses da nova administração, envolverem-se os poderes Executivos e Judiciários dos Estados na questão dos impressos ofensivos à moral e aos bons costumes. Com a concordância do Ministro,

³⁷⁵ Sugeria:

- A - Aplicar ordinariamente o Decreto-lei nº 1077/70, exercendo a verificação prévia de matéria à moral e aos bons costumes, em relação às revistas de grande circulação no país;
- B - aplicar apenas excepcionalmente o referido diploma legal em relação a livros;
- C - encarecer às autoridades em geral e, notadamente, aos membros do Ministério Público, Magistratura e Polícia, a importância do problema visando à sua atuação mais eficaz, com fundamento na legislação ordinária;
- D - procurar reprimir mais aos agentes criminosos, em razão de sua nocividade social, do que os eventuais transgressores.

o chefe de gabinete mandou arquivar o processo 59.021/75 – MJ, que deveria ser submetido, a 16 de março de 1979 ao novo chefe de gabinete do futuro Ministro da Justiça do novo presidente, general João Batista Figueiredo.³⁷⁶

Com a mudança de governo em 1979, tudo indica que o “Plano” foi relegado ao esquecimento.

³⁷⁶ Processo 59021/75-MJ. DCDP. Censura Prévia. 1975. S. Publicações Cx. 13.

7 FORMAÇÃO DO APARELHO IDEOLÓGICO NO MEC

Nos meados dos anos 50, surgiram, no Brasil, movimentos políticos, culturais e religiosos que contextualizaram o advento do golpe militar de 1964. Manifestaram-se: na política, através do nacional-desenvolvimentismo; na cultura, através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); na religião, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As forças contrárias a esses movimentos eram representadas pelo internacionalismo, pela Aliança Pelo Progresso, pelo Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e pelo movimento Rosário em Família. O embate entre essas duas correntes terá como resultado, a partir de 1964: no plano político, o militarismo; no plano cultural, a censura; no plano religioso, a Marcha com Deus.³⁷⁷

Surgiu, assim, uma concepção de cultura politizada, “reformista para o ISEB; marxista para os Centros Populares de Cultura (CPCs); católica de esquerda para o Movimento de Alfabetização e o Movimento de Cultura Popular do Nordeste (MCP)”³⁷⁸

³⁷⁷ OITICICA, R. O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras. 1997. Tese (Doutorado) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. f. 63.

³⁷⁸ ORTIZ, R. (1994), op. cit., p. 162.

A reinterpretação do conceito de cultura, feita pelos intelectuais do ISEB³⁷⁹, rompia com a perspectiva “tradicionalista e conservadora” que via a cultura popular sob o ponto de vista do folclore. Para os isebianos, a cultura se transformava “em ação política junto às classes subalternas”, onde o método Paulo Freire é um exemplo na área da educação. Outro exemplo é o “cinema novo, que defendeu a estética da fome”, como meio de conscientizar o espectador sobre nossa própria miséria. O objetivo maior desta concepção era, “através da cultura popular”, conscientizar as classes populares.³⁸⁰

Os isebianos eram filiados a uma corrente de pensamento diferente da representada pelos pensadores Sílvio Romero e Gilberto Freyre. Os intelectuais do ISEB, contrários a uma perspectiva antropológica, passavam a analisar a temática da cultura através de um quadro filosófico e sociológico, referenciados teoricamente pela Sociologia e Filosofia alemãs (Manheim e Hegel). Eles afirmavam que a cultura significava um “vir a ser”, privilegiando “a história que está por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos”. Ao colocar a cultura “como elemento de transformação sócio-econômica”, o ISEB trouxe uma nova abordagem para a questão da cultura brasileira. Constituiu-se numa nova matriz de pensamento, cuja presença tornou-se obrigatória em qualquer discussão sobre os problemas de nossa cultura. Roland Corbisier foi o filósofo que desenvolveu uma argumentação que se polarizou nos meios artísticos, “cinema, literatura, teatro e música”. A “Teoria Isebiana” se difundiu em toda a esquerda brasileira, tanto nas forças de esquerda marxistas como no pensamento social católico.³⁸¹

Entre os intelectuais deste grupo, destacaram-se, junto ao MEC: Nelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Joel Rufino dos Santos, Maurício

³⁷⁹ O ISEB foi criado pelo Decreto de nº 5.768, em 17/07/1955, pelo então Presidente João Café Filho. Foi extinto logo após o golpe militar de 1964, pelo Decreto de nº 53.884 de 13/04/1964, assinado por Ranieri Mazzili. Foi criado no Ministério da Educação e Cultura e era diretamente subordinado ao Ministro, embora fosse dotado de autonomia administrativa e plena liberdade de pesquisa de opinião e de cátedra. Contava o ISEB com cinco departamentos responsáveis pela organização dos cursos e das atividades culturais. Em sua primeira fase, o ISEB caracterizava-se ideologicamente pelo ecletismo. Abrigava de Nelson Werneck Sodré a Roberto Campos e a posição ideológica comum era o antinacionalismo. Numa segunda fase, a ideologia nacional-desenvolvimentista no interior do ISEB torna-se hegemônica. A partir de 1960 entra em sua terceira fase onde acompanhará o movimento político pelas Reformas de Base de João Guolart, negando a ideologia nacional-desenvolvimentista. Nos seus últimos anos, dentre os isebianos históricos, permaneceram Álvaro Pinto e Nelson Werneck Sodré. Passando a orientação teórica e política para a mão de jovens professores e líderes do movimento estudantil (Toledo, C.N. de. 1997, p.210)

³⁸⁰ Ibid., p. 161.

³⁸¹ ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 45-50.

Martins de Melo, Pedro Celso de Uchoa Cavalcanti e Rubens César Fernandes, o primeiro coordenador e os demais autores dos textos da coleção “História Nova”.³⁸²

O papel dos intelectuais do ISEB é considerado fundamental na recuperação da “concepção leninista de vanguarda”. Isso irá permitir aos Centros Populares de Cultura (CPCs) e Movimento da Cultura Popular (MCPs) desenvolver toda uma “ideologia a respeito da vanguarda artística e compreender o tema da tomada da consciência dentro duma ação politicamente orientada à esquerda” para a “elaboração e concretização de uma ideologia do desenvolvimento”.³⁸³ Esta corrente impregnava todos os mecanismos educacionais e culturais do Ministério da Educação e Cultura, por ocasião do advento do golpe militar.

A ditadura, que impulsionou a produção e o mercado cultural, deu uma outra orientação. Num primeiro momento, erradicou as concepções e práticas anteriores desenvolvidas pelos Isebianos, através da chamada “operação limpeza”, que alcançou todas as instituições do País. Num segundo momento, substituiu a concepção isebiana de cultura pela concepção de cultura popular, onde predomina o ponto de vista folclórico, representado por Sílvio Romero, “onde o popular significa tradicional e se identifica com as manifestações culturais das classes populares que, em princípio, preservariam uma cultura milenar, romanticamente idealizada pelos folcloristas”. Nessa abordagem, o popular é para “ser conservado dentro dos museus, livros e casas de cultura”, para alimentar o saber dos intelectuais tradicionais.³⁸⁴

Esse “pensamento folclórico”, entre nós, não é gratuito. Está associado à construção da identidade nacional, tal como aconteceu em vários países, na Europa. Na Itália, durante a reunificação, o folclore é tido “como elemento da consciência nacional”. No Brasil, a preocupação foi a mesma. Sílvio Romero, no final do século XIX, pretendia “estabelecer o terreno da nacionalidade brasileira, e seus trabalhos se voltaram para o cruzamento do negro, do branco e do índio, na busca de uma identidade nacional”.³⁸⁵ Aqui, o estudo da cultura popular seria uma forma de manifestação regional em oposição à centralização do Estado. Não é coincidência os folcloristas concentrarem-se, em sua maioria, no nordeste do país, e o folclore se

³⁸² HALLEWEL, L., op. cit., p. 461.

³⁸³ ORTIZ, R. (1986)., op. cit., p. 69.

³⁸⁴ Id. (1995)., op. cit., p. 160.

³⁸⁵ ORTIZ, R. (1995), op. cit., p. 16.

institucionalizar na década de 30, momento em que as elites locais perdiam “o poder no processo de unificação nacional”. Um autor representante paradigmático dessa classe foi Gilberto Freyre, que procurou “reequilibrar seu capital político através da temática regional”.³⁸⁶

A obra de Sílvio Romero e Gilberto Freyre são interpretações do mesmo problema, propostas pelos intelectuais do final do século XIX. Gilberto Freyre representa a continuidade, a permanência de uma tradição. Indo mais além: “transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que era mestiço torna-se nacional”.³⁸⁷

A ditadura militar, no campo cultural, irá incorporar, no seu discurso, a “ideologia trabalhada pela tradição”, colocando o golpe de 1964 “como continuidade, e não como ruptura, concretizando uma associação com as origens do pensamento sobre cultura brasileira”, que vinham sendo elaboradas desde o final do século XIX.³⁸⁸ No entanto, “a problemática racial” não é o ponto central, pois este já havia sido equacionado com a definição do povo brasileiro, pelo cruzamento das raças. O que se vai destacar é a pluralidade da cultura brasileira, sublinhando o aspecto da diversidade. Na mestiçagem, estão os traços que definem a identidade brasileira: “unidade na diversidade”. Esta fórmula encerra a “variedade das culturas” e a “unidade nacional”, que irá se encaixar na palavra de ordem tão cara ao regime militar. Outro discurso incorporado à política cultural será o da “tradição”. Voltado para o passado, cultiva a “memória dos grandes nomes da história nacional”, e os “folcloristas se voltam para o estudo das tradições populares”.³⁸⁹

Nos primeiros dias após o golpe, as sedes das instituições consideradas subversivas pelos golpistas foram invadidas e depredadas. As sedes da UNE e do ISEB foram destruídas, e sua documentação, arquivos e publicações apreendidos pela polícia³⁹⁰.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), território do pensamento isebiano, sofreu um desmantelamento nas suas práticas educativas e culturais. As primeiras

³⁸⁶ Ibid., p. 162.

³⁸⁷ Id., (1986), op. cit., p. 40.

³⁸⁸ O porta-voz oficial do CFC era a revista “Cultura”, criada em julho de 1967 e encerrada em dezembro de 1970, substituída pelo “Boletim” que vigorou de 1971 a 1979. Também publicada pelo conselho, era a “Revista de Cultura Brasileira” (1969 – 1974). Em 1971, o MEC criou uma outra revista, com o antigo nome “Cultura”, que pertenceu ao CFC. Esta, no entanto, tinha uma circulação mais ampla, mas continuava veiculando, em vários pontos, a ideologia do CFC.

³⁸⁹ ORTIZ, R. (1986), op. cit. p. 92-94.

³⁹⁰ Toledo, C.N. de. ISEB: Fábrica de Ideologias. Campinas: UNICAMP, 1997. p.210.

ações vieram “a galope”: 14 dias após o golpe militar, o Governo baixou dois decretos, de uma só vez, e duas portarias. O primeiro decreto, de nº 53.886, revogava:

... o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições constantes do art. 87, inciso I, da Constituição Federal e Considerando a necessidade de reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país; Considerando ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular idéias nitidamente democráticas e preservar as instituições de nosso povo; Considerando, finalmente, que o Departamento Nacional de Educação é órgão do Ministério da Educação e Cultura ao qual incumbe, por lei, a administração dos assuntos de educação decreta: Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º O Departamento Nacional de Educação recolherá todo o acervo empregado na execução do Programa Nacional de Alfabetização cujos recursos também ficarão à disposição daquele órgão.

Art. 3º O Ministério da Educação e Cultura baixará os atos que se tornarem necessários para a execução deste Decreto.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

Ranieri Mazzilli

Luiz Antonio da Gama e Silva³⁹¹

O discurso do governo, a favor da diversificação e contra o livro oficial e único, já abria caminho para beneficiar as editoras.

A pressa em desmantelar o Programa Nacional de Alfabetização era tal que foi publicado no mesmo dia da assinatura. Essa revogação tinha nome e endereço certo: Paulo Freire e seu Método de Alfabetização de Adultos, considerados “subversivos” pelo regime militar.

O segundo Decreto, de nº 53.887, revogava outro Decreto de João Goulart, e dispunha sobre a edição de livros didáticos:

³⁹¹ Ver DOU n. 71 de 14/04/64. p. 3314.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição:

- a) Considerando que o Decreto nº 53583, de 21 de fevereiro de 1964, fere o princípio da liberdade do ensino, ao declarar a obrigatoriedade de inclusão de livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura entre os que foram selecionados para as diferentes séries e disciplinas;
- b) Considerando que a Lei número 4.024 de 1961, estabeleceu em seu artigo 110 o prazo de cinco (5) anos para implantação de sistemas estaduais de ensino, prazo este a se completar em dezembro de 1966;
- c) Considerando que os sistemas estaduais de ensino a própria Lei nº 4024 conduzem à diversificação do ensino, desaconselhando por mais esta razão a adoção do livro oficial;
- d) Considerando que a Campanha Nacional de Material de Ensino tem atendido com êxito às suas finalidades, que devem ser ampliadas e estimuladas, resolve:

Art. 1 Fica revogado o Decreto nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964.

Art. 2 A Campanha Nacional de Material de Ensino fará a publicação e distribuição de livros didáticos, de acordo com escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 3 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília em 14 de abril de 1964. 143º da Independência e 76º da República.

Ranieri Mazzilli

Luiz Antonio Da Gama e Silva.³⁹²

Na primeira portaria de nº 232, o MEC resolve localizar em Brasília sua seção de Segurança Nacional e, na segunda portaria de nº 236 proíbe ao MEC de editar e distribuir a já citada “Coleção História Nova”.

O Governo de uma só vez, via decretos e portarias, desmantelou programas do governo anterior, confiscou material didático e documentos e, também, proibiu edição e divulgação de livros. Nesse primeiro momento, o MEC, através das medidas adotadas, tentou expurgar os remanescentes do governo anterior. O instrumento facilitador dessas ações foi o AI-1.

A estratégia da repressão inicial concentrou-se, especialmente, nos movimentos culturais que ganharam força durante o governo Goulart. Busca e detenção foram realizadas nos CPCs e nas Universidades, como mostra a Portaria nº 258, de 20 de abril de 1964, onde o Ministro da Educação, usando as atribuições do AI-1, designa uma comissão de inquérito para apuração sumária sobre os

³⁹² DOU nº 71 de 14/04/64. Op. cit.

funcionários do Ministério que se haviam tornado incompatíveis com o serviço público³⁹³. A comissão tinha um prazo de 30 dias para apresentar ao Ministro o parecer conclusivo, sem prorrogação. Caso fosse necessário, a Comissão se deslocaria até os Estados.

Os CPCs desenvolveram um projeto original e único no cenário brasileiro: desejavam a criação de um vínculo direto entre o autor e seu público, sem a mediação do mercado. Onde o intelectual-criador se comunicava politicamente com as classes populares, especialmente os operários³⁹⁴.

Nas Universidades, os inquéritos seriam instaurados a mandado dos reitores e, nas Instituições de ensino isoladas, pelos seus diretores. Teriam que enviar os pareceres conclusivos também dentro de trinta dias, sem prorrogação.

O Ministro da Educação e Cultura, responsável pela já citada Portaria, foi Flávio Suplicy de Lacerda, antigo integralista, cujo perfil conservador e moralista já era conhecido. Quando reitor da Universidade Federal do Paraná, fez uma depuração no acervo da biblioteca dessa universidade, mandando arrancar páginas de obras de Zola, Pérez Galdós e Eça de Queiroz e banindo obras de Jorge Amado, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro e a revista *Anhembi*.³⁹⁵

Em abril, são instaladas oficialmente as comissões especiais de inquérito que levavam os IPMs (Inquéritos Policial – Militares) a todas as Universidades brasileiras. Os IPMs foram considerados necessários pelos militares, para “erradicar a penetração de agentes comunistas que se valiam de instituições de ensino para conquistar mentes”.³⁹⁶

Da mesma forma que no Ministério da Justiça, foi sendo implantado, um aparato repressivo, adequando-se à própria dinâmica do regime no Ministério da Educação e Cultura. Como parte do mesmo sistema, também foi sendo construindo e consolidado seu aparelho ideológico.

A presença do Estado na área cultural foi bem significativa. Foram criados, inúmeros órgãos relativos à cultura: em 1966, o Conselho Federal de Cultura e o Instituto Nacional de Cinema, o Instituto Nacional do Livro (INL) sai do seu

³⁹³ DOU, nº 78, de 24/04/1964, p. 3657.

³⁹⁴ FRANCO, R. Política e Cultura no Brasil: 1969-1979. Perspectivas, São Paulo, v.17, n.18, p.60, 1994-1995. Ver também, Censura e Modernização Cultural à Época da Ditadura. *Perspectivas*, São Paulo, v. 20/21, p. 77, 1997-1998.

³⁹⁵ HALLEWEL, L., op. cit., p. 483.

³⁹⁶ ALVES, M. H. M., op. cit., p. 66.

ostracismo; em 1967, o Ministério de Telecomunicações, que desempenharia papel fundamental na difusão da ideologia do Regime Militar, nove Prêmios Literários Nacionais; em 1969, a EMBRAFILME; em 1970 começou a reforma administrativa do MEC (Figura 4), criando-se o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), para a coordenação da área cultural; em 1968, é realizada a primeira reunião dos Conselhos Estaduais de Cultura, que tinham sido criados no rastro do Conselho Federal de Cultura.³⁹⁷

³⁹⁷ ORTIZ, R. (1986), *op. cit.*, p. 86.

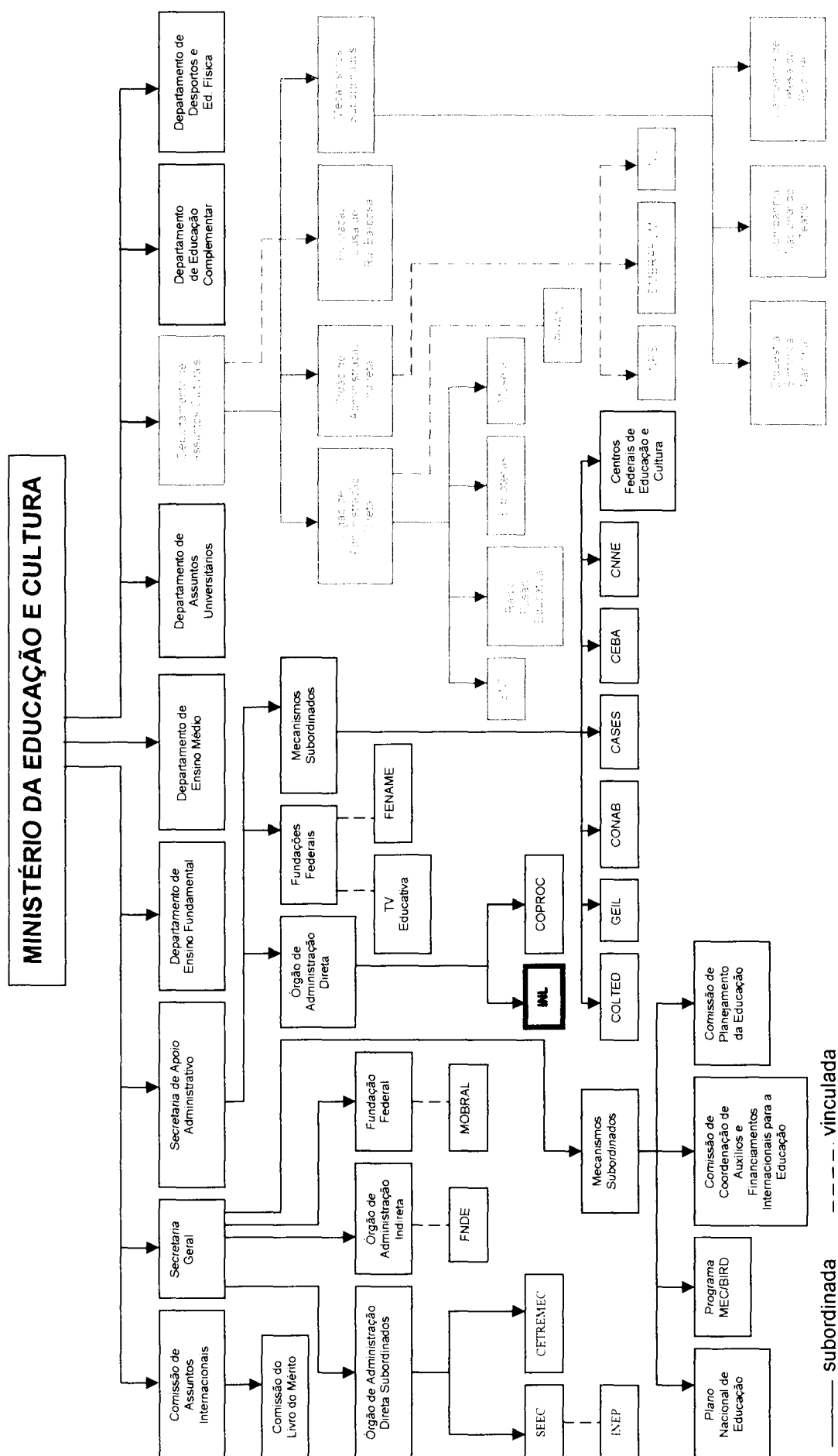


Figura 4 - ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – 1970
Fonte: Elaborado a partir da Portaria nº 3598, de 12 de novembro de 1970. DOU 219, 20/11/1970, p. 9904.

Em 22/12/68, o “Diário de Notícias” trouxe uma longa matéria intitulada “Nova Ordem Cultural”. Nela destacava o papel do CFC (Conselho Federal de Cultura).³⁹⁸ Afirmava que, após a “Revolução de 1964”, crescera de maneira extraordinária o interesse oficial pela cultura. Como consequência ou não, da ação do Conselho Federal – integrado por grandes nomes da vida cultural – a Revolução provara que tinha consciência de como eram importantes os problemas da cultura. E, desse modo, por iniciativa do Governo Costa e Silva, atualizara administrativamente e reaparelhara tecnicamente os órgãos de cultura do MEC. Era possível afirmar que os tempos eram outros para a cultura no Brasil.³⁹⁹ Embora o citado artigo tenha sido feito com a visível intenção de agradar o regime militar, traduz o interesse que o governo manifestava em relação à questão cultural.

A criação, em 1970, do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), criou uma instância coordenadora da área cultural no interior do MEC ampliando sua presença. Em 1973, foi criado o Programa de Ação Cultural (PAC) para consolidar essa vertente. O PAC foi implantado para suprir a carência de recursos e de pessoal na área cultural do MEC⁴⁰⁰. Tinha três objetivos: preservar o patrimônio histórico e artístico; incentivar a criatividade e difundir atividades artísticas e culturais; e, por último, capacitar recursos humanos. Contava com grande aporte financeiro.

Segundo Micelli, o PAC e o INL foram as principais realizações da gestão de Jarbas Passarinho, na área cultural do MEC, durante o governo Médici (1969-1974). A revitalização do INL está associada aos programas dos livros didáticos e ao programa de co-edições com as editoras particulares.

A gestão de Passarinho preparou o terreno para a decolagem desta área na gestão de Ney Braga (1974-1979), com a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), a extinção do Instituto Nacional do Cinema e ampliação das atribuições da EMBRAFILME; a criação do Conselho Nacional de Direitos Autorais (CNDA), a

³⁹⁸ O Conselho Federal de Cultura, cuja função seria a de definir uma política cultural para o País, irá legitimar uma determinada visão de cultura que se refletirá na publicação de livros. Na ata da ducentésima trigésima quinta sessão plenária do Conselho, realizada em 9/12/1970, dava conhecimento da publicação, pela Editora José Olympio, da segunda edição do livro “Assombrações do Velho Recife”, de Gilberto Freyre. Justificava que esta seria uma edição ao alcance do público, uma vez que a primeira, de poucos exemplares, constituía, de há muito, uma raridade bibliográfica. O Conselheiro Manuel Diegues Junior deu conhecimento da publicação da segunda edição da “História da Língua Portuguesa”, do pesquisador e erudito Serafim Silva Neto. A Ata mostra que o CFC se envolvia diretamente com a indicação e publicação de livros.

³⁹⁹ NOVA Ordem Cultural. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 22 dez. 1968.

⁴⁰⁰ Micelli, S. (Org) Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984 p.55.

Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1975. Em 1976, foi criado o Conselho Nacional de Cinema (Concine).

O que mais se destacou na gestão de Ney Braga foi a elaboração do primeiro plano oficial que norteava, pelo menos teoricamente, a presença do Estado na área da cultura. Foi chamado de “Política Nacional de Cultura”. Foi a única vez, na história republicana, que um governo formalizou diretrizes para orientar a vida cultural⁴⁰¹. Este plano para uma política cultural teve sua gênese em 1966, quando foi criado o Conselho Federal de Cultura.

A gestão de Ney Braga permitiu que a classe teatral e cinematográfica fizessem indicações para os cargos de direção, o que provocou a adesão do pessoal do “cinema novo” a esta política cultural. Apesar desta aparente liberalidade e do “governo da distensão” de Geisel, a censura continuava e incidia principalmente sobre os livros. O próprio Ney Braga, era a favor da censura. Em 13/02/77, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou uma nota onde afirmava que dois ministros, o da Educação e Cultura, Ney Braga e o da Justiça, Armando Falcão, defendiam a censura.

7.1 INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

O órgão escolhido para dirigir toda a política editorial do país foi o Instituto Nacional do Livro (o INL), fundado ainda no Estado Novo. “Um dos sonhos de Getúlio Vargas era publicar uma Enciclopédia Brasileira, nos moldes da italiana Triccani”, elaborada sob os auspícios do governo fascista de Mussolini. Para executar esse projeto, baixou o Decreto-Lei nº 93, em 21 de dezembro de 1937, criando o INL por transformação do Instituto Cairu, fundado em janeiro daquele mesmo ano e extinto em dezembro. A criação desse Instituto tinha o objetivo de organizar e publicar a “Enciclopédia Brasileira” e o “Dicionário da Língua Nacional”.⁴⁰²

O anteprojeto da Enciclopédia fora encomendado a Mário de Andrade, que além de profundo conhecedor do Brasil, já organizava seus conhecimentos numa espécie de “Enciclopédia Íntima”. Além disso, já concebera outros anteprojetos,

⁴⁰¹ MICELLI, S., op. cit., p.57.

⁴⁰² INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. 1937-1987: 50 anos de Publicações. Brasília: INL, 1987. p. 5.

entre eles o do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Instituto Nacional de Música e da reforma da Escola Nacional de Belas Artes. No papel de consultor técnico do INL, Mário de Andrade vivia, naquele momento, um “impasse”: O Estado Novo, ou o Exílio como alguns colegas do Departamento de Cultura, ou a clandestinidade. Permaneceu no Estado Novo, tornou-se um pacato funcionário da ditadura e, ao mesmo tempo, crítico do totalitarismo. Exorcizava suas ambigüidades através de poemas de crítica social.⁴⁰³

O primeiro plano da Enciclopédia foi de Eugênio de Castro, diretor do Instituto Cairu, em 1936, e o último foi o de 1961. Chegaram a ser publicados três volumes em 1962 e 1963, e mais dois volumes em 1971 e 1972. Foram ainda publicados onze volumes do Dicionário, entre 1963 e 1969.

Quando da sua criação, o INL tinha um organograma relativamente simples: um Conselho de Orientação e três seções técnicas - a Seção da Enciclopédia e do Dicionário; a Seção de Publicações; a Seção de Bibliotecas e um Serviço de Administração. Ao Conselho de Orientação, formado por cinco membros, cabia elaborar o plano de organização da Enciclopédia e do Dicionário.

A Seção de Bibliotecas visava estimular a leitura, auxiliando bibliotecas públicas e semi-públicas. No final de 1938, um ano após sua criação, tinham sido distribuídos às bibliotecas 15.909 livros.⁴⁰⁴ Em 1956 o INL iniciou o Regime de Convênios com as prefeituras municipais para a criação de bibliotecas públicas. Até janeiro de 1987, havia 3.028 bibliotecas cadastradas e 3024 conveniadas com o INL. Esta Seção tinha também a função de organizar um cadastro geral das bibliotecas do País, que inscritas, receberiam livros adquiridos das editoras brasileiras. O INL lançou a primeira edição do Guia das bibliotecas Brasileiras em 1941, com 748 bibliotecas registradas. A segunda edição saiu em 1944, com 1338 registros. Na terceira edição, o número já havia subido para 7.000. Em 1969, já em plena ditadura, sai a quarta edição, com 9.743 bibliotecas registradas.⁴⁰⁵

A Seção de Publicações, chefiada inicialmente por Sérgio Buarque de Holanda, tinha a função de editar obras, reeditar obras completas ou raras, promover medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no País. Tinha também, como função, facilitar a importação de livros estrangeiros. Só em 1939

⁴⁰³ OITICICA. R., op. cit., p. 100.

⁴⁰⁴ INL, op. cit., p. 6.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 10.

começaram a sair do prelo as edições do INL. Foi esquecido e desprestigiado até a ditadura militar que o reativou, destinando-lhe um papel de grande importância na área cultural dos livros.

Ainda em 1967, o Instituto Nacional do Livro, baixou a Portaria nº 81 para estruturar a Secretaria Geral da Campanha Nacional do Livro.⁴⁰⁶ O INL já começou a sair do ostracismo e dar sinais de vitalidade, numa intenção clara do MEC de revitalizá-lo. É neste ano que são criados os “Prêmios Literários Nacionais” a seu cargo (Lei nº 5.358 de 8/11/67), mais tarde alteradas pela Lei nº 5543/68.

Em janeiro de 1968 o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, designou as comissões julgadoras dos Prêmios relativos ao ano de 1967. As obras que concorreram ao Prêmio INL de obras de ficção e ao Prêmio José Lins do Rego seriam julgados por: Rachel de Queiroz, indicada pelo Conselho Federal de Cultura, Stella Leonardes, indicada pela União Brasileira de Escritores e Fausto Cunha, indicado pelo INL.

A Comissão Julgadora das obras que concorreram ao Prêmio INL de Poesia e ao Prêmio Jorge de Lima, foi composta por: Adonias Filho, indicado pelo Conselho Federal de Cultura; Cândido Motta Filho, indicado pela Academia Brasileira de Letras e José Paulo Moreira da Fonseca indicado pelo Instituto Nacional do Livro.

Os que concorreram ao Prêmio Instituto Nacional do Livro de Estudos Brasileiros, tiveram como julgadores: Artur César Ferreira Reis, indicado pelo Conselho Federal de Cultura, Américo Jacobina Lacombe, indicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e José Calante de Souza, indicado pelo INL.

Em 18 de janeiro de 1971, o MEC aprovou o regulamento do “Prêmio Instituto Nacional do Livro de Literatura Infantil” para premiar obras inéditas, de dois em dois anos. Seria concedido em duas etapas sucessivas: premiação do texto e premiação das ilustrações feitas para o texto premiado.⁴⁰⁷

Em 1971, é instituído o “Prêmio de Pesquisa Estudantil Instituto Nacional do Livro”. Seria concedido, anualmente, a estudantes do ciclo fundamental e a estudantes de nível médio. O INL indicaria, cada ano, o tema da pesquisa bibliográfica a ser desenvolvida.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ DOU n. 142 de 28/7/67. p. 7965.

⁴⁰⁷ Ver DOU n. 14 de 24/1/71, p. 568.

⁴⁰⁸ Decreto n. 70800/72. DOU n. 127 de 6/7/72 p. 5919.

Foram julgadas também as obras que concorreram ao Prêmio Mário de Andrade – ensaio literário ou filosófico – cuja comissão julgadora era formada por: Manuel Diegues Junior, indicado pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), Eduardo Portella, indicado pela Faculdade de Letras da UFRJ e Valdemar Cavalcanti, indicado pelo INL.⁴⁰⁹

Não era só o INL que concedia prêmios. O Instituto Nacional do Cinema e o Serviço Nacional do Teatro também criaram concursos para obras inéditas, desde que o conteúdo não contrariasse a ordem vigente.

Exemplo esclarecedor sobre o controle da cultura era a concessão de prêmios pelo INC a filmes nacionais em outubro de 1967. O prêmio era 10% sobre a renda líquida de bilheteria dos filmes nacionais de longa metragem, exibidos no Brasil, a partir de 1967. Este prêmio aumentava até 15% sobre a renda líquida de bilheteria, para filmes de elevado padrão técnico, artístico e cultural. No entanto, para serem qualificados, o edital impunha algumas condições, entre elas, a de ter passado pela censura após 21 de janeiro de 1967.⁴¹⁰ Esse detalhe mostra claramente o controle da cultura exercido pelo MEC, extensivo aos prêmios concedidos a todas as áreas culturais.

Ao longo de sua vida institucional: 1937–1987, o INL editou 329 títulos e co-editou 1943 títulos. Todas suas co-edições com editoras privadas, foram feitas durante o regime militar.⁴¹¹

Ao organograma inicial do INL foi acrescentado, em 1970, o “Programa de Co-edições”. A partir do qual passava a operar sob o regime de co-edição com editoras brasileiras. Ao longo do tempo, o organograma manteve-se praticamente o mesmo. Sofrendo mudanças a partir de 1971 com a absorção da Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED). O Instituto Nacional do Livro, até 1970, trabalhava apenas com livros literários. A partir de 1971 passou a coordenar as atividades ligadas aos livros técnicos e didáticos com a extinção da COLTED que, transformada em uma grande negociata, desembocou no chamado “Escândalo da COLTED”, que exigiu até intervenção federal”.⁴¹²

⁴⁰⁹ Ver DOU n. 30 de 12/2/68 p. 1378-1379.

⁴¹⁰ DOU n. 201 23/10/67 p. 2494.

⁴¹¹ Ver INL: 50 anos, op. cit.

⁴¹² OLIVEIRA, J. et al. A Política do Livro Didático. São Paulo: Summus, 1984. p. 56.

Entre 1973 e 1975 a estrutura organizacional do INL compreendia, além da Coordenação do Livro Cultural, a Coordenação do Livro Didático e o Programa de Bibliotecas.

Os Programas de Livro Didático permaneceram sob a responsabilidade do INL até 1976, quando foram transferidos para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). A partir daí, o INL retoma sua participação apenas na edição de obras de interesse cultural, através de contratos e convênios com as editoras brasileiras particulares e oficiais.

O INL também teve, como seu porta-voz oficial, a Revista do Livro, fundada em 1956 e encerrada em 1970, no número 43, quando o Ministro Jarbas Passarinho decidiu racionalizar e reorganizar o Setor de Publicações do Ministério da Educação e Cultura. Seu título foi repassado à Editora Abril (Círculo do Livro).

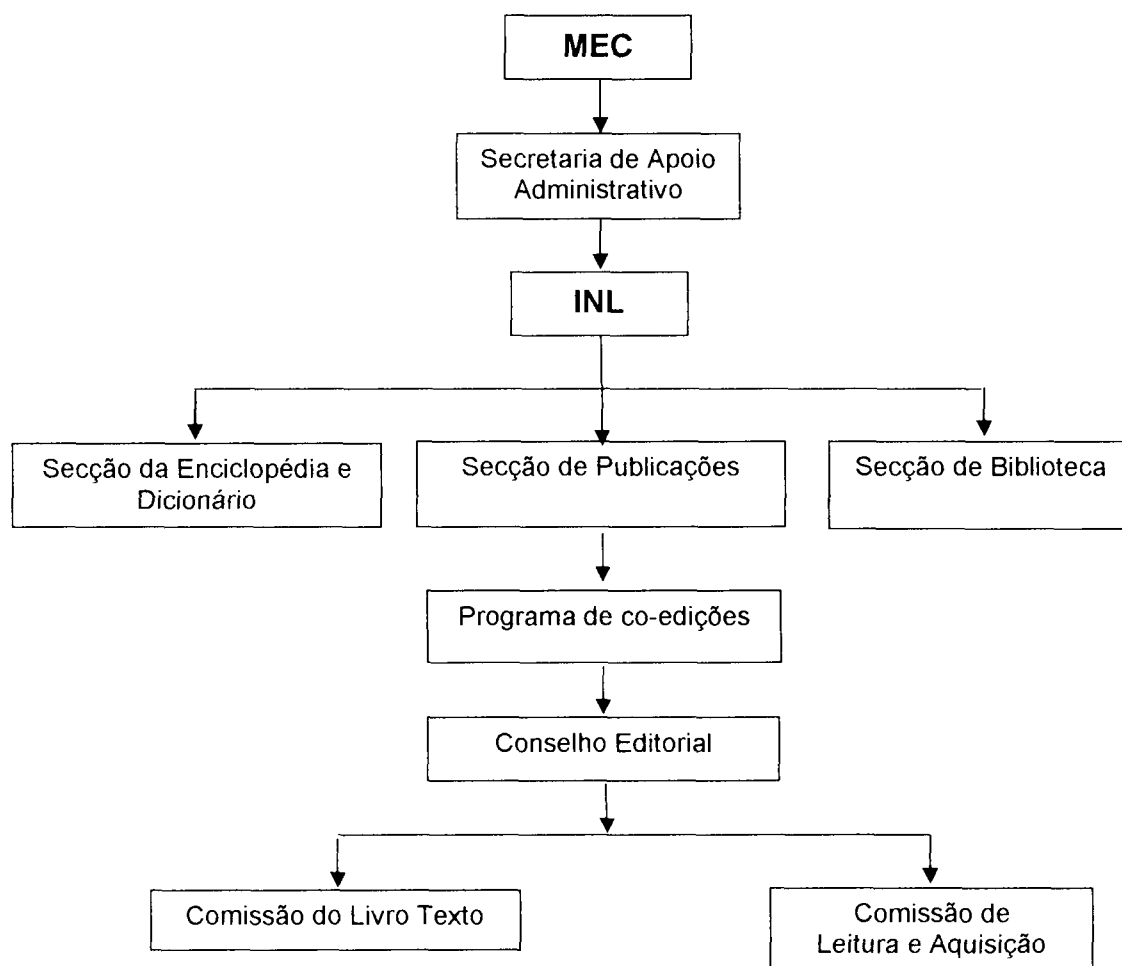


Figura 5 - ORGANOGRAMA DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL) - 1971

O Instituto Nacional do Livro teve, como primeiro Diretor, o escritor e poeta Augusto Meyer, cuja gestão se prolongou por 18 anos. Substituiu-o, de 1954 a 1955, o escritor Adonias Filho. Em 1956, foi nomeado José Renato Pereira, quando foi iniciada a publicação da Revista do Livro. De 1961 a 1967, a direção do órgão foi novamente ocupada por Augusto Meyer. Depois dele, vieram: o General Humberto Peregrino, (1967 – 1970), a escritora Maria Alice Barroso (1970–1974), o escritor Herberto Sales (1974 – 1985), o escritor Fábio Lucas (1985 – 1986), Osmário Lacet (interinamente), de setembro de 1986 a janeiro de 1987 e, finalmente, o Embaixador Wladimir Murtinho de 1987 até a sua extinção, em 1990, no governo Collor. Foi substituído pelo Departamento Nacional do Livro, uma das Diretorias da Fundação Biblioteca Nacional.⁴¹³

Durante algum tempo, o INL desempenhou um papel contraditório. Tinha entre suas funções a de controlar os livros que podiam ser legalmente publicados ou importados. Por um lado, estimulava a cultura, por outro, tinha obrigação de vigiá-la. Uma das atribuições delegadas ao órgão pelo Governo Vargas foi realizar a censura aos livros. Em 1939, sem ter tomado uma só medida prática para executá-la, o INL a viu transferida para o temido Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, criado exclusivamente para exercer a censura. Como órgão interessado pelo livro, o INL também manteve, por muito tempo, publicações que listavam as obras editadas no país. A primeira delas foi a “Bibliografia Brasileira”, que tinha por objetivo o registro de toda a bibliografia nacional. Com o primeiro volume publicado em 1938, o boletim durou até 1956, quando foi substituído pela Revista do Livro.

No mês de junho de 1971, o MEC já sinalizava a importância que o INL teria, dentro da sua nova forma, o que pode ser visto adiante, através da Portaria nº 392 BSB de 25 de junho de 1971:

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõem os Decretos nº 66.296 e 66.967, respectivamente, de 3 de março e 27 de julho de 1970 e considerando que a dinâmica da reforma provocou a verificação de ampliação do campo de atuação de certos órgãos;
Considerando que, no caso do INL, essa ampliação é do maior significado para a Educação e a Cultura;
Considerando a nova possibilidade de se colocar, no mercado, livros a baixo custo, ainda que obrigando a uma estrutura mais ampliada do INL; resolve:

⁴¹³ MOMENTOS do Livro no Brasil. São Paulo: SNEL, 1996. p. 94-95.

Art. 1º O Instituto Nacional do Livro terá estrutura departamental nos termos previstos nos atos legais que regem a reforma do MEC devendo a Secretaria de Apoio Administrativo tomar, com urgência, as providências para a execução desse fim.

Art. 2º A vinculação do INL será a Secretaria de Apoio Administrativo.

Art. 3º A Diretoria do INL, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, deverá encaminhar, ao Secretário de Apoio Administrativo, projeto de regimento do órgão para o exame e aprovação pelos órgãos competentes.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação”.⁴¹⁴

Esta portaria mostra o esforço para centralizar toda a produção editorial no INL. A impressão que se tem é de que havia produção editorial por parte de outros órgãos do MEC que não conseguia controlar esta produção.

Em dezembro de 1971, o MEC, através da Portaria 764-BSB (Anexo D), reforçou a condição do Instituto Nacional do Livro como o órgão designado para comandar, no país, a política do livro, tendo a biblioteca como o núcleo-base da referida política. Tornou-se importante para ele um levantamento do acervo bibliográfico no país, para se conhecer o seu montante real. O INL mantinha um serviço permanente de assistência às bibliotecas e tinha o compromisso de implantar novas unidades nos municípios brasileiros carentes deste órgão cultural. Ponderando tudo isso, o MEC resolveu que todas as bibliotecas do país (oficiais, semi-oficiais, públicas, franquizadas, escolares ou especializadas), deveriam se registrar no INL para efeito de cadastramento e controle do acervo bibliográfico. As bibliotecas cadastradas se obrigavam a fornecer anualmente, ao INL, os dados referentes ao seu acervo, novas aquisições, ampliação ou criação de departamentos ou setores especializados, assim como horário de funcionamento.

A necessidade de centralização do poder e controle contida nesta portaria, remete a Foucault quando diz: o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir.⁴¹⁵ Ou em sua descrição do Panóptico onde o efeito mais importante era induzir no detento um estado

⁴¹⁴ DOU n. 121 de 29/6/71, p. 4902.

⁴¹⁵ FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. P. 166.

consciente e permanente de visibilidade que assegurasse o funcionamento automático do poder.⁴¹⁶

Durante a década de 1970 foram distribuídos milhares de livros a uma grande parte dos municípios brasileiros. Quando um município registrava e firmava convênio com o INL, para a criação e manutenção da sua sala de leitura ou biblioteca, esta passava a receber anualmente de 250 a 450 livros. Foram distribuídos milhões de livros em todo o Brasil através de uma gigantesca operação de distribuição, gerenciada pelo INL, em Brasília. Os livros de fato chegavam ao seu destino nas várias bibliotecas e salas de leitura de cidades do interior, como atesta, o escritor Raimundo Carreiro em seu depoimento citado logo no início deste trabalho. Para aperfeiçoar a distribuição de livros e qualificar pessoal, foi criado, em 1973, o “Projeto de Treinamento Intensivo para Auxiliares de Bibliotecas”, o PROTIAB, como ficou mais conhecido⁴¹⁷. O INL, através do PROTIAB, planejava treinar 660 responsáveis por salas de leitura e bibliotecas no interior do País. Hoje não se sabe quantos treinou. Pernambuco foi contemplado com centro de treinamento em 12 municípios.⁴¹⁸

7.2 O INCENTIVO À INDÚSTRIA EDITORIAL

É inegável que o golpe militar trouxe grandes benefícios à indústria do livro. Retirou a ameaça do governo de assumir a produção de livros didáticos e financiou a produção de livros, através dos subsídios.

Em 1965 o governo já deu claros sinais do seu apoio às editoras. Através da Portaria nº 355 de 11/11/65, aprovou o regimento interno do Grupo Executivo da Indústria do Livro – GEIL, criado e constituído através da Lei nº 4750 de 12/8/65, com

⁴¹⁶ Seria apropriado lembrar aqui o Panóptico de Bentham, figura arquitetônica onde “o princípio é... na periferia uma construção em anel; no centro uma torre, esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessa toda a espessura da construção. Elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um condenado... Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber a torre recortando-se exatamente sobre a claridade as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. (FOUCAULT, M. (1987). Op. cit.)

⁴¹⁷ Este projeto voltado para a capacitação de recursos humanos, foi idealizado e coordenado no INL pela professora Myriam Gusmão de Martins, ex-professora da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴¹⁸ Ouricuri, Salgueiro, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Salgadinho, Nazaré da Mata, Caruaru, Palmares, Floresta, Garanhuns e Ibimirim.

o objetivo de formular recomendações de incentivo à indústria, comercialização e expansão do livro.

O regimento designava como integrantes natos do GEIL: o diretor do Instituto Nacional do Livro (INL); o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE); o diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos; o presidente da Academia Brasileira de Letras; o diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil; o presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), o presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); o presidente dos Sindicatos das Indústrias Gráficas da Guanabara e de São Paulo.

O GEIL seria presidido pelo Ministro da Educação e Cultura, que poderia delegar suas funções ao Diretor do INL.

Ao GEIL competia elaborar planos de incentivo à indústria do livro e sua comercialização e submetê-los ao MEC que, por sua vez, os encaminharia ao Presidente da República. Competia ainda, propor medidas de natureza financeira ou fiscal de apoio à indústria do livro e à sua comercialização. Tais medidas consistiam em: recomendar, às entidades oficiais de crédito e financiamento, apoio à indústria nacional do livro, especialmente no seu reequipamento e aperfeiçoamento tecnológico. Ao GEIL cabia estudar e recomendar, às autoridades, tarifas aduaneiras, câmbio, preparo de mão-de-obra especializada, suprimento de matérias-primas, medidas tributárias e legislativas que estimulassem a produção do livro e a expansão do mercado de leitura. Tinha, ainda, o poder de supervisionar, junto a órgãos do governo, a execução de quaisquer medidas relacionadas à indústria do livro. Teria também, o poder de representar perante órgãos do governo, com recurso ao Presidente da República, via MEC, contra medidas que fossem consideradas lesivas à indústria nacional do livro ou à sua comercialização.⁴¹⁹

Com o GEIL a indústria do livro obteve amplas facilidades. Foi um instrumento que deu um imensurável poder à indústria editorial.

Em 1966, o governo cria o grupo Executivo da Indústria do Papel e das Artes Gráficas (GEIPAG), órgão que teve o objetivo de modernizar o parque industrial gráfico. Isentava de taxas alfandegárias a maquinaria para a produção de livros. Sua capacidade de produção aumentou de tal maneira, que começou a receber encomendas até da Argentina.⁴²⁰

⁴¹⁹ Regimento do GEIL. DOU n. 247 de 27/12/65, p. 13432.

⁴²⁰ HALLEWEL, L., *op. cit.*, p. 464-465.

É importante registrar a ligação dos editores de livro com os golpistas de 1964, através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).⁴²¹ Entre os editores estava a AGIR de Cândido Guinle de Paula Machado, que se tornou presidente do SNEL, de 1966 a 1977. É evidente que havia interesses entre o governo militar e os empresários do setor de livros. O GEIL, e depois o GEIPAG, representou concretamente esta relação. O que os unia: por parte dos militares, a idéia da “integração nacional” e, por parte dos empresários, os interesses mercadológicos.

O golpe de 1964 representou, de fato, um grande apoio à atividade editorial no Brasil. Senão vejamos:

O governo Jânio Quadros decidiu fazer baixar os preços do livro didático, e adotou a padronização total como meio para consegui-lo (...). Seu Decreto nº 50.489, de 25/4/61, apresentava um esquema para um único texto básico para cada ano de todos os cursos não universitários, bem como um dicionário e um Atlas padrão. Para conseguir economia máxima, a Campanha de Assistência ao Estudante, órgão do Ministério da Educação, atuaria como editora e distribuidora os livros diretamente a professores e alunos.⁴²²

Este projeto retiraria do setor privado o mercado de livros didáticos, tanto na produção quanto na venda a varejo. Obviamente a grita foi enorme, por parte, das editoras de livros.

Ele não chegou a ser implantado por Jânio Quadros. O golpe militar pôs um ponto final no projeto e começou a financiar diretamente o setor livreiro, através das co-edições de livros.⁴²³

Hallewel, analisando o catálogo das co-edições do INL de 1971-1978 onde aparece a relação das editoras que mais se beneficiaram dentro do programa de co-edições, conclui que:

Um sistema como esse seria, evidentemente, um modo pelo qual as autoridades poderiam influenciar o setor editorial. Contudo, até agora não há muita razão para supor ser esse seu objetivo. Embora seja difícil compreender a participação variável de cada uma das editoras – a Globo, por exemplo, não conseguiu uma só co-edição entre 1975 e 1978, e a Brasiliense, apenas uma – sua escolha parece estar surpreendentemente isenta de considerações políticas: mesmo no

⁴²¹ Ver DREIFFUS, op. cit.

⁴²² HALLEWEL, L., op. cit., p. 460.

⁴²³ Ibid., p. 466.

período 1971 – 1974 a Civilização Brasileira e sua então subsidiária Paz e Terra participaram de 21 co-edições. A principal crítica que se faz à escolha dos títulos não é a de que haja qualquer viés político declarado nisso, mas sim de serem eles abertamente literários e “culturais”. (...).⁴²⁴

Há um equívoco nessa análise de Hallewel. Havia uma clara condução editorial sujeita a exigências políticas e a história mostra isso. No regime militar, o poder político teve controle sobre as atividades culturais, fosse proibindo, ou incentivando através de subsídios. Em relação às editoras o que fez foi injetar dinheiro público, aumentando o grau de dependência e cerceando sua liberdade de escolha.

Hallewel, ao se espantar com a escolha “surpreendentemente livre de considerações políticas”, não levou em conta que o governo militar censurou as “peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial”.⁴²⁵ Exemplos: a criação da COLTED, Instituto Nacional do Cinema, EMBRAFILME e valorização do INL.

Outro equívoco: a “principal crítica que se faz é a escolha do título e não a de algum viés político declarado”. O viés político vinha embutido dentro de um determinado tipo de orientação e de interpretação da nação, embasado na Doutrina da Segurança Nacional. As editoras entravam no jogo, mais por pragmatismo e conveniência econômica do que por convicção política. O exemplo mais contundente foi a saída de Mino Carta, diretor da revista *Veja* (Editora Abril) por pressões do Ministro da Justiça, Armando Falcão, em 1976.

De um lado estava a Editora Abril querendo um empréstimo do Governo Federal, e ver-se livre da incômoda censura. Do outro, estava o governo desejando que a revista *Veja* fosse mais um modelo de bom comportamento ou seja, que abandonasse o seu espírito crítico, cáustico, e perdesse sua postura independente. O resultado deste aparente conflito de interesses foi positivo para os dois lados: quem levou a pior foi Mino Carta e os leitores da revista (...).⁴²⁶

⁴²⁴ Ibid., p. 474.

⁴²⁵ ORTIZ, R. (1994), op. cit., p. 114.

⁴²⁶ MARCONI, P., op. cit., p. 116.

Outra declaração elucidativa das “relações perigosas” entre editoras e o governo foi a do último presidente militar, João Baptista Figueiredo, em 1987, e que foi publicada após sua morte em 2000.

Não sei porque a imprensa só viu coisa ruim em meu governo. Ninguém procura saber como eram escolhidas as editoras para fazerem formulários do Imposto de Renda e os livros didáticos selecionados pelo MEC, mas eu estava no palácio (chefe da Casa Militar no governo Médici) e sei quais foram as regras do jogo. O Victor Civita me disse no palácio que o papel da imprensa não é agradar o governo. Mas será que ele tinha moral para dizer isso? Vá ver se a Abril não foi selecionada para fornecer livros escolhidos pelo MEC. Prefiro o Mino Carta, de quem o general Geisel não gostava, àqueles que fizeram conchavos, que foram contemplados em concorrências. O Mino Carta é um chato, um criador de casos, com aquele vício de questionar tudo. Algum dia ele vai querer fazer a revisão do *Evangelho*. Mas não ficou com o rabo preso.⁴²⁷

Outro exemplo foi o programa governamental para a edição de livros básicos para o Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL, para a campanha de alfabetização de adultos iniciada em março de 1968: esse programa foi dividido entre a José Olympio e a Editora Abril⁴²⁸ José Olympio tornou-se, após 1964, um personagem do “establishment” e publicou o livro, “Geopolítica do Brasil”, de Golbery do Couto e Silva, única exposição completa da filosofia política do governo militar.⁴²⁹

A relação entre as editoras e o governo militar era muito nebulosa, a única face exposta eram os contratos que apareciam oficialmente no DOU, cujos critérios não eram claros. A centralização dos mecanismos de decisão e de alocação de recursos, gerou mecanismos de controle que favoreceram a prática do favoritismo e do monopólio.

No ano de 1970, em que foi decretada a Censura Prévia aos livros. O Ministro Jarbas Passarinho começou a incentivar a melhoria dos acervos das bibliotecas, através do INL e em 11 de março de 1970 baixou a portaria nº 35 de 11/03/70, cujo teor será discutido no item “Co-edições do INL”.

⁴²⁷ O INESQUECÍVEL Figueiredo. ISTO É, São Paulo, n. 1579, p. 22, maio 2000.

⁴²⁸ HELLEWEL, L., op. cit., p. 294.

⁴²⁹ Ibid., p. 383.

8 A CENSURA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

O Ministro Jarbas Passarinho foi o que racionalizou e organizou o setor de publicações do Ministério, obedecendo, à lógica da ditadura militar. Convém ressaltar mais uma vez, que a ditadura não impedia a publicação de livro, incentivava, desde que estivesse orientado conforme as regras preestabelecidas pelo seu projeto, explicitado na portaria descrita abaixo:

Portaria nº 35 de 11/3/70

Considerando a necessidade de proporcionar melhor acervo as bibliotecas brasileiras mediante seleção de livros de real valor cultural;

Considerando a necessidade de forma direta e objetiva, para o barateamento do livro e colocá-lo ao alcance de maior número de leitores;

Considerando, ainda, outros aspectos da problemática do livro brasileiro e a conveniência de dotar o Instituto Nacional do Livro de co-edições materiais para as soluções cabíveis, resolve:

Nº 35 – Determinar que os recursos do Instituto Nacional do Livro destinados à aquisição de obras para doações a bibliotecas sediadas em todo o território nacional, sejam integralmente aplicados em condições entre o Instituto Nacional do Livro e editoras nacionais, mediante Convênio, objetivando o barateamento do preço de venda do livro.

Em nenhuma hipótese, o Instituto Nacional do Livro celebra Convênio, diretamente, com autores, os quais poderão, não obstante, submeter seus originais diretamente ao órgão para exame. O regime de co-edição a que se refere esta Portaria obedecerá às seguintes instruções:

- a) somente poderão celebrar Convênio com o Instituto Nacional do Livro as editoras legalmente estabelecidas e com sede no território nacional;
- b) o Instituto Nacional do Livro poderá celebrar Convênio com uma ou mais editoras para co-edição da mesma obra;
- c) a editora interessada submeterá o original na sua forma definitiva ao Instituto Nacional do Livro que, ouvida sua Comissão de leitura e Aquisição, na área de sua competência, o aceitará ou recusará (submetendo-o na primeira hipótese, ao exame da Seção de Publicações);
- d) aceito preliminarmente o original o editor deverá encaminhar ao Instituto nacional do Livro todos os dados referentes ao custo da edição, inclusive direitos autorais, tiragem, distribuição, etc., bem como afixação do preço final de venda da obra impressa. A seção de Publicações de posse desses dados emitirá parecer conclusivo;
- e) à vista de parecer favorável da Seção de Publicações, o Instituto Nacional do Livro firmará Convênio com a editora, estabelecendo o prazo para a publicação, que não poderá exceder de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da assinatura do Convênio, salvo em casos especiais;
- f) o Instituto nacional do Livro adquirirá, pelo menos, um quinto da edição, que não poderá ser inferior a 5.000 (cinco mil) exemplares.

A iniciativa de co-edição poderá partir do Instituto Nacional do Livro, caso em que terá prioridade sobre os demais constantes de proposta recebida das editoras.

O Convênio prende-se à primeira edição da co-edição da obra; a reedição de co-edição será celebrada mediante novo Convênio, se convier ao Instituto Nacional do Livro.

Nas obras publicadas, em regime de co-edição, será obrigatória, na folha de rosto, a menção de que a obra foi editada em Convênio com o Instituto Nacional do Livro, bem como, no verso da segunda capa, a do preço de venda ao público.

No caso de edição ou reedição de obras caídas em domínio público, os termos do Convênio de co-edição serão previamente estudados, em caráter especial, pela Comissão de Leitura e Aquisição de Livros do INL.

Ao INL ficará assegurado o desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o preço da capa de obras editadas em regime de co-edição.

Em nenhuma hipótese, o Convênio celebrado com uma editora, poderá ser transferido a outra, mesmo associada.

As obras de autores nacionais terão preferência no regime de co-edição estabelecido nesta Portaria.⁴³⁰

⁴³⁰ DOU n. 38 de 30/3/70, p. 2340.

Os considerandos mostravam preocupação em instituir uma política cultural, onde os acervos das bibliotecas seriam melhorados em qualidade com “livros de real valor cultural”, e em quantidade, com o barateamento do livro, ampliando o número de leitores. Outro ponto era fortalecer o INL como órgão irradiador dessa política. Para isso determinava que os recursos fossem aplicados em co-edições com as editoras nacionais. Isso fortaleceu a indústria do livro e ao mesmo tempo conferiu maior controle sobre o que se produzia. Embora não celebrasse convênios diretamente com os autores, permitia-lhes “submeter seus originais diretamente ao órgão para exame”. Na prática, constituía uma censura prévia. O mesmo procedimento se repetia com as editoras ao exigir, da editora interessada, a submissão dos originais à Comissão de Leitura e Aquisição, com o poder de rejeitar ou conceder o “imprimatur”. Outra condição que disciplinava a produção era a de que “a iniciativa de co-edição proposta poderia partir do INL” e “teria prioridade” sobre as propostas das editoras. Esta brecha conferia ao INL grande poder de indicação, e inibia a iniciativa das editoras. O desejo de propaganda também estava presente, ao exigir, na folha de rosto, a menção do convênio e, na segunda capa, o preço subsidiado. O fato de dar prioridade a obras de autores nacionais, privilegiou a edição dos “clássicos” da Literatura Brasileira, que tudo indicava serem os livros de “real valor cultural”. Tinha ainda outra apreciação de natureza econômica, no Setor de Publicações. Firmado o Convênio, o INL adquiria um quinto da edição, que não podia ser inferior a 5.000 exemplares. Faz-se presente, também, a “censura econômica” exercida pelo governo, já que, ele era uma das forças que compunham o mercado.

O programa de co-edições do INL tinha como objetivo oficial controlar a qualidade da obra e a apresentação gráfica dos livros distribuídos às bibliotecas, e também dar atenção especial às obras de autores brasileiros, protegendo seus direitos e viabilizando a publicação de obras de difícil comercialização⁴³¹.

Para bem compreender seu funcionamento, ter-se-ia que ir além da fachada oficial. Comparando a estrutura da produção e difusão de livros, com a antiga República Democrática Alemã (RDA), descrita e analisada por Darnton⁴³², veremos que tal qual na RDA, “embora não contivesse propaganda evidente”, o programa “dedicava-se à correção política”. A ideologia aparecia “por entre as linhas: nada de

⁴³¹ INL, op.cit., p.7.

⁴³² DARNTON, R. (1992), op. cit., p.13-17.

fascismo, nada de racismo ou de militarismo. Nenhuma edição de “Mein Kampf” poderia ser publicada”. O projeto alemão não indicava nenhuma tentativa de lavagem cerebral, apenas a rotina de um Ministério de Cultura. Delimitavam os princípios de como deveria ser a literatura e, “para eles, aquilo era literatura”. “Esta não era uma criação espontânea de escritores, rabiscando longe de suas vistas”. Ela era planejada pelo Ministério.⁴³³

Guardada as devidas proporções, comparando os passos do “Programa de Co-edições do INL”, com o projeto da RDA, descobrimos algumas semelhanças.

Na RDA, o objetivo era apoiar “a cultura séria”, onde apenas o Estado seria capaz. Aqui no INL, o objetivo era melhorar o acervo das bibliotecas mediante seleção de “livros de real valor cultural”. Pergunta-se o que seria “cultura séria”, ou “livros de real valor cultural?” Seria aquela ou aqueles que reforçariam a ordem instituída.

Na RDA, “editor e autor chegavam a um acordo sobre a idéia para um livro e submetiam uma sinopse à Administração de Publicação e Comércio de Livros”. Aqui, a editora ou autor interessado, submetia o original ao INL.

A proposta do livro era apresentada na RDA a uma Comissão Conselheira, composta por representantes de editoras, livrarias, bibliotecas, o mundo acadêmico, o Sindicato dos Escritores e o Ministério da Cultura. Aqui era submetida à Comissão de Leitura e Aquisição do INL.

Lá, caso a Comissão Conselheira o aprovasse, o dossiê era enviado de volta a um escritório da Administração que o resumia numa ficha e incorporava os resumos ao plano anual. Preparava também um relatório geral do plano, trazendo os temas principais e as tendências ideológicas da produção anual de literatura proposta. Aqui, os originais aprovados eram enviados ao Conselho Editorial onde eram escolhidos quais deveriam ser editados.

A RDA submetia o plano e o relatório ideológicos à Divisão Cultural do Comitê Central do Partido Comunista, onde era analisado por um grupo de cerca de 15 especialistas em ideologia, que aprovavam ou rejeitavam cada proposta do livro. Aqui, tudo indica, não passava por esta etapa. O crivo ideológico se processava logo no início do processo, através da Comissão de Leitura e Aquisição.

⁴³³ DARNTON, R. (1992), op. cit., p. 15.

Se a proposta, na RDA, fosse aprovada, o editor comunicaria ao autor, para completar o texto. O manuscrito final ia para um especialista da Administração, que verificava o texto, podendo pedir ao editor cortes ou modificações. Feito isso, o texto ia para o chefe da divisão para a aprovação final e autorização para a impressão. No INL o editor era convidado a assinar o contrato para a produção do livro. O INL comprava aproximadamente 40% da produção.

O editor na RDA, levava a cópia e produzia o livro cujas cópias eram levadas para um depósito central em Leipzig e, daí, distribuído às livrarias de todo o país. Aqui, os livros co-editados, eram distribuídos pelo INL, a todas as bibliotecas e escolas do País. Os volumes que ficavam com as editoras eram distribuídos, por elas, para a venda em livrarias.

O modelo de censura do MEC tinha semelhanças com o da República Democrática Alemã, o que não deixa de ser irônico, considerando-se que o golpe militar de 64 tinha a intenção de erradicar o comunismo e implantar um projeto liberal entre nós.

Os membros do Conselho Federal de Cultura perceberam a incoerência deste modelo com a democracia. Esta preocupação se manifestava nos documentos que abordavam uma eventual política de cultura. Quando defendiam que a liberdade de criação “não pode nem deve ser restringida”, completavam com a informação de que isto não significa a ausência do Estado.⁴³⁴ Para resolver a velha contradição da ditadura militar que era um regime de força mas se auto-proclamava como democrático, os conselheiros do CFC, em um esboço de Plano de Cultura Nacional, informavam que o mesmo fora elaborado de acordo com as linhas de planejamento adotadas pelo Estado, mas destacavam que nele não havia qualquer rastro ideológico impedindo a criação intelectual que fosse de encontro à política vigente, tal como ocorria nos países totalitários, onde o processo cultural era policiado pelo Estado⁴³⁵.

A preocupação dos conselheiros em dar essas explicações mostra que eles percebiam perfeitamente que o modelo político-cultural se assemelhava às políticas de países totalitários.

⁴³⁴ ORTIZ, R. (1984), op. cit., p. 99.

⁴³⁵ Ibid.

O primeiro convênio de co-edição foi celebrado entre o INL e a empresa Conquista – Empresa de Publicações, para a publicação da obra “A Caminho do Espaço” em 21 de julho de 1970. Não trazia indicação de autor.

Os convênios entre o INL e as editoras eram padronizados, havendo apenas diferenças de preço e, esporadicamente, de número de exemplares. De julho a dezembro de 1970 foram celebrados 79 convênios entre editoras e o INL. (Apêndice B). O convênio era feito diretamente entre o INL e a editora. Nele vinham estipulados o nome da editora e respectivo endereço, o título da obra, objeto de contrato, nome do autor e detalhes sobre as notas tipográficas (número de páginas, ilustrações, dimensão, brochura).

O contrato trazia nove cláusulas e, na primeira, o editor se comprometia a não fazer alterações no título, capa, texto e ilustrações aprovadas pelo INL. Na segunda, especificava a tiragem, geralmente de 5000 exemplares, e o preço que variava, tudo indica, conforme o número de páginas. Obrigava, também, a inscrição, no verso da segunda capa, do preço e na folha-de-rosto a informação: “Em convênio com o Instituto Nacional do Livro”.

Na terceira cláusula o INL comprometia-se a adquirir certo número de exemplares. Essa aquisição era feita às editoras com um desconto sobre o preço de capa. A quarta cláusula determinava o prazo máximo de 180 dias, a partir da assinatura do convênio, para a entrega dos exemplares estipulados. A forma de pagamento, vinha expressa na quinta e sexta cláusula, onde o INL estabelecia que seria feito através de empenho prévio, recibo e documentação exigidos pelo código de contabilidade pública da união. A sétima, oitava e nona cláusulas tratavam do cumprimento das condições estabelecidas e do direito do INL sobre os originais aprovados.

Embora o padrão utilizado para os convênios de 1970 fosse o descrito acima, houve algumas exceções. Nas obras de Machado de Assis, o convênio trazia uma décima cláusula, onde o editor obrigava-se a tomar por base o texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

O número de exemplares de cada título exigido pelo INL era o mínimo de 5000 exemplares, com a garantia, por parte do MEC, de adquirir 40%. Houve casos, nos contratos de 1970, que fugiram desse esquema. No livro “Helena”, de Machado de Assis, e “Memórias de um Sargento de Milícias” de Manuel Antônio de Almeida, co-editados com a editora Ática, foi exigido a impressão de 30.000 exemplares. O

INL adquiriu 10.000, cerca de 33%. “Os Cangaceiros” de José Lins do Rego, coeditado pela J. Olympio, “Estrela da Vida Inteira” de Manuel Bandeira e “A Fada que tinha Idéias” de Fernando Lopes de Almeida, co-editados pela editora Bonde, tiveram uma tiragem de 6000 exemplares. O INL ficou com 2000, 3700 e 2500 exemplares respectivamente, fugindo do padrão típico. Havia ainda tiragens de 5000 exemplares dos quais o INL só comprava 1000 exemplares, entre eles: “Ficções” de Jorge Luis Borges, co-editado pela Globo S.A.; “Os Polêmicos” sem autor, pela Cruzeiro S.A.; “As Estruturas Políticas Brasileiras” sem autor, pela editora Laudes; “Altiplano e Outros Poemas” sem autor, pela editora de Brasília S.A.; “Ulysses” de Assis Brasil, pela Livros do Mundo Inteiro; “Ópera Mística” de Luís Correia, pela editora Livro Místico; “Uma Noite de Festa” de Joaquim Cardoso, “Vivência e Projeção do Folclore” de Renato de Almeida, “Aos quinze anos” de Irene Tavares de Sá, todos pela Agir; “Zuzuquinho” de Wanda Mycielsky, “Volta do Coelho Sabido” de Franklin de Sales, ambos co-editados pela companhia Melhoramentos; “História de Brasília” de Ernesto Silva, pela Coordenada Editora de Brasília.

8.1 MECANISMOS DE CONTROLE

Enquanto o Ministério da Justiça utilizou a violência física e a violência simbólica (legislação censória), para controlar e censurar livros, o mecanismo utilizado pelo INL foi o Programa de Co-edições, através dos chamados Colegiados, Comissões do Livro Texto para livros didáticos e a Comissão de Leitura e Aquisição para os livros literários, e, acima destes, Comissão do Conselho Editorial.

Em 15/7/71, o MEC com o objetivo declarado de “impor uma condução harmônica e objetiva à política do livro, nos aspectos de seleção, impressão, difusão e barateamento”, criou, no âmbito da Secretaria de Apoio Administrativo do Ministério da Educação e Cultura, um colegiado, ao qual competia: 1) sugerir ao Ministro de Estado as medidas necessárias para estabelecer uma política do livro, considerando as necessidades dos pontos de vista quantitativo e qualitativo para suprir de livros as diversas áreas e níveis de ensino; 2) diligenciar recursos para o INL para execução da política editorial traçada; 3) Acompanhar as atividades do órgão. Compunham o colegiado os dirigentes da: Secretaria de Apoio Administrativo (Presidente); Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Departamento de Ensino

Médio; Departamento de Assuntos Universitários; Departamento de Educação Complementar; Departamento de Assuntos Culturais e Fundação Nacional de Material Escolar.

A produção editorial de cada setor do MEC, representado no Colegiado, deveria ser processada exclusivamente no INL, através de convênios.⁴³⁶

Em 11 de novembro de 1971 foram nomeados representantes do INL, da Secretaria Geral do MEC, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Departamento de Assuntos Universitários do MEC e do Instituto de Pesquisas Econômico-Social e Aplicada do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, para integrarem a “Comissão do Livro-Texto”, criada em novembro de 1971 junto ao Instituto Nacional do Livro. Oficialmente todos os convênios para edições de livros teriam que ser feitas pelo INL.

Através da portaria nº 30 de 19/2/70, o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, designou a diretora do Instituto Nacional do Livro, o assessor cultural da Campanha Nacional do Livro, o redator-chefe da Revista do Livro; o chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário; o diretor da Biblioteca Nacional (Adonias Filho); os escritores Octávio de Faria, Elisa Lispector, Marcos Konder Reis, para integrarem a Comissão da Leitura e Seleção dos livros que seriam adquiridos pelo INL e, posteriormente, distribuídos às bibliotecas nele cadastradas.⁴³⁷

Em 1972, o MEC constituiu, no INL, um Conselho Editorial. Compunha-se do diretor do citado Instituto e de mais dois membros ligados ao programa de instalação e manutenção de bibliotecas. Sua incumbência seria a adequação dos livros às bibliotecas assistidas pelo INL e os aspectos referentes ao custo de editoração, a escolha, dentre os aprovados pela Comissão de Leitura e Seleção, dos quais os que deveriam ser co-editados.

Nas obras aprovadas pela Comissão de Leitura e não co-editados, face à decisão do Conselho Editorial, permitia-se ao editor a menção de que “as mesmas mereceram a aprovação da Comissão de Leitura do INL”.

O que nos vai interessar, dentro do Programa de Co-edições, será a Comissão de Leitura e Aquisição, pois será através dela que o livro literário sofrerá o primeiro controle, feito através dos pareceres dados pelos peritos do Instituto

⁴³⁶ DOU n.137 de 21/7/71, p. 5695.

⁴³⁷ DOU n. 55 de 23/3/70.

Nacional do Livro, todos eles intelectuais que participaram da política cultural gerenciada pela ditadura militar.

Micelli, analisando a trajetória de nossos intelectuais, concluiu que: “Cooptação da inteligência pelo poder é um dado histórico, embora os intelectuais digam que só têm compromissos com idéias”.⁴³⁸ Seus estudos causaram abalo em 1979, ao publicar o livro “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil”, onde mostrava que a “classe pensante brasileira”, fora cooptada pelo Estado Novo. Em outras recentes afirmativas, já em 2001, mostrou que a sedução que o poder exerce sobre os que fazem cultura no Brasil, está longe de se esgotar. Sua definição sobre o que é o intelectual brasileiro diz: é um personagem, oriundo das elites “que se deixa cooptar pelo poder do Estado”. O processo de cooptação sempre esteve presente na vida dos intelectuais do País e é um dado estrutural em nossa sociedade

Micelli acredita que a “fronteira entre o mundo intelectual e o mundo político é muito porosa no Brasil”, até porque as “figuras que conseguem circular pelos dois mundos exercem um estranho fascínio em nosso meio”. Para ele, é antiga, na história do Brasil, a relação entre os intelectuais e o poder. A começar pelo Império, onde “não havia posições intelectuais autônomas em relação ao poder”. Até mesmo intelectuais da envergadura de Joaquim Nabuco, não distinguiam “a produção intelectual da prestação de serviços políticos”. A contrapartida era a proteção do aparato estatal, através de sinecuras, quando o “dinheiro encurtava”.⁴³⁹

Na passagem do Império para a República, “o espaço cultural tornou-se mais complexo”. Ampliaram-se as posições que os intelectuais poderiam ocupar, como, por exemplo, nos jornais e nas revistas ilustradas. Da década de 20 até o final da era Vargas (1945), abriram-se mais três mercados para os intelectuais. Um “controlado pelos mecenas da oligarquia”, onde todos “os modernistas se renderam a ele”. Outro, já nos anos 30, foi a “demanda por obras de ficção pela sociedade”. Destacaram-se intelectuais como Rachel de Queiroz e José Lins do Rego que se profissionalizaram como romancistas e não dependeram, exclusivamente, dos “cargos e posições políticas”. Finalmente, o terceiro mercado, iniciou-se com Vargas, onde seu governo investiu fortemente em cultura, abrindo espaço para a formação de uma “verdadeira casta de intelectuais funcionários públicos”.⁴⁴⁰

⁴³⁸ MICELLI, S. Entrevistas. *Veja*, São Paulo, n. 1757, p. 11, jul. 2001.

⁴³⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 13.

Micelli afirma que “o mecanismo da cooptação nunca foi desligado”, no que tem razão. A ditadura é um exemplo contundente desta afirmativa. Investiu pesado na cultura, proporcionando o renascimento de um novo mercado para os intelectuais considerados conservadores e que apoiaram o golpe militar. Muitos deles eram remanescentes da era Vargas, como Cassiano Ricardo e Augusto Meyer, entre outros.

Para desenvolver seu projeto cultural, o governo se voltou “para os únicos intelectuais disponíveis” que se colocaram a favor do golpe militar, desde o primeiro momento. Foram os Intelectuais identificados com a linha da tradição em relação à cultura popular, revelando muitas vezes uma posição conservadora. Esses intelectuais conservadores, seriam “recrutados nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Academias de Letras do País”. Sua incorporação foi útil para o Estado, pois permitiu “estabelecer uma ligação entre o presente e o passado”, colocando o golpe de 64 “como continuidade e não como ruptura, concretizando uma associação” com o pensamento filiado aos estudos sobre cultura brasileira desenvolvidos desde Sílvio Romero. “Essa ideologia trabalhada pelo pensamento tradicional”, foi incorporada ao Conselho Federal de Cultura.⁴⁴¹ Ao ser criado pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, o Conselho Federal de Cultura tinha como objetivos coordenar as atividades culturais do Ministério da Educação e Cultura e elaborar o Plano Nacional de Cultura. Na solenidade de sua instalação (27/02/67), o Presidente Castello Branco, em seu discurso, disse que o CFC deveria “atender às peculiaridades regionais, sem prejuízo de ser o órgão governamental destinado a defender, estimular e coordenar, nas suas linhas mestras, um plano nacional”.⁴⁴²

O Conselho, quando da sua inauguração, em 1966, era presidido por Josué de Sousa Montello, tendo como vice, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. Dividia-se em quatro câmaras. A de Letras, tinha como membros: João Guimarães Rosa; Cassiano Ricardo; Rachel de Queiroz; Moyses Vellinho e Adonias Aguiar Filho. Compunham a câmara de Artes: Ariano Suassuna; Armando Sócrates Schnoor; Clarival do Prado Valadares; José Cândido de Andrade Muricy e Roberto Burle Marx. Os membros da câmara de Ciências Humanas eram: Arthur Cezar Ferreira Reis; Augusto Meyer; Djacir Lima Menezes; Gilberto Freyre; Gustavo Corção e

⁴⁴¹ ORTIZ, R. (1986), op. cit., p. 91.

⁴⁴² CASTELO BRANCO, H. Presidente Discurso. Cultura, Brasília, n. 1, p. 1-2, jul. 1967.

Manuel Diegues Junior. E por ultimo a câmara do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, era formada por: Affonso Arinos de Mello Franco; Hélio Vianna; D. Marcos Barbosa; Raymundo de Castro Maya e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Mais tarde, em 1970, fariam parte do CFC, Gladistone Chaves de Mello e Otávio de Faria.

Alguns desses membros do Conselho Federal de Cultura foram peritos do INL. Oiticica, considera que os mais influentes no INL, pelo volume de pareceres e pela reputação literária, foram: Otávio de Faria (Rio, 1908 – 1980), de influente família carioca, cunhado do pensador católico Alceu de Amoroso Lima, marcou sua estréia literária com o ensaio “Maquiavel e o Brasil”, em 1931. Era um dos líderes da corrente autoritária da reação católica. Sua grande obra “Tragédia Burguesa”, em 13 volumes, “na linha do romance religioso francês”, recebeu um prêmio do Museu da Imagem e do Som em 1966. Em 1972 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.⁴⁴³

Outro perito influente foi Adonias Aguiar Filho (1915 – 1990), baiano de Itajuípe, chegou ao Rio de Janeiro em 1936, e ligou-se ao grupo católico de Andrade Murici. Colaborou com o jornal “A Manhã”, em 1937, de Cassiano Ricardo e do suplemento “Letras e Artes”, de 1944 a 1949. Foi dono da Editora Ocidente, diretor do Serviço Nacional do Teatro, da Agência Nacional, do Instituto Nacional do Livro (INL) e da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70, durante 10 anos. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1965 e presidiu o Conselho Federal de Cultura em 1965, sendo o primeiro presidente deste Conselho. Em 1968 recebeu o prêmio do Museu da Imagem e do Som. É de sua autoria “Corpo Vivo” (1961); “O Forte” (1965), “Os Servos” e “Memórias de Lázaro”. Definia-se politicamente conservador e democrata. Colocava-se acima dos dogmas ideológicos.⁴⁴⁴

O terceiro perito citado, foi Marcos Konder Reis. Nasceu em Itajaí (SC), em 1922. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1944, ano de sua estréia literária com o livro “Tempo e Milagre”. Sua obra é vinculada ao Neo-Modernismo da geração de 1945. Ocupou cargos públicos e fixou-se no Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, em 1967, quando entrava em vigor a Constituição de 1967, cujo projeto tivera como Relator-Geral seu irmão Antônio Carlos Konder Reis. Posteriormente foi nomeado Governador de Santa Catarina (1975 – 1979). Outras

⁴⁴³ OITICICA, R., op. cit., p. 146.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 148.

obras de sua autoria são: “David”; “Apocalipse”; “Menino de Luto” e “O Templo da Estrela”.⁴⁴⁵

Acrescentam-se a estas figuras, no dizer do próprio Conselho Federal de Cultura, “altamente representativas da cultura brasileira, nas Artes, nas Letras e nas Ciências Humanas”, os nomes de José Galante de Sousa, chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário, antes da sua extinção em 1973, Ronaldo Menegaz, assessor cultural do INL; a professora da PUC, Cleonice Berardinelli; Hélio Pólvora, escritor, e Walmir Ayala, poeta e crítico de Artes e Literatura, autor do Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos, terceiro e quarto volumes, editados pelo INL em 1978.⁴⁴⁶ Além dos intelectuais, do Conselho Federal de Cultura, do Instituto Nacional do Livro e da Academia Brasileira de Letras, a ditadura militar mantinha, na Comissão de Moral e Cívica, um estoque de intelectuais que influíram na política editorial.

A interferência do regime militar na Academia Brasileira de Letras (ABL) chegou a ser escandalosa. Fernando Jorge, em seu livro “A Academia do Fardão e da Confusão”⁴⁴⁷, afirma que a Academia nunca teve a coragem de lançar protestos contra a censura e apreensão de livros de autores respeitados do Brasil e se curvou às pressões do governo, ao longo de toda a ditadura militar. Como recompensa, o Presidente Castello Branco doou-lhe, um imóvel valioso situado à Avenida Presidente Wilson, nº 231, no Rio de Janeiro. O Presidente Médici, completou a doação, em 1970, de modo definitivo, em troca da eleição para a Academia do general Aurélio de Lira Tavares. Quando de sua eleição corria a história maldosa de que sua única obra teria sido o AI-5, em cujo texto havia 135 erros de português. Sua eleição foi antecedida de pressões por parte do general Golbery. Este, novamente, em 1974, impediria a eleição de Juscelino Kubitschek a uma vaga na ABL.⁴⁴⁸ O general estimulou a candidatura de Bernardo Elis, que apesar de ter sido comunista e ter sido punido pelo golpe militar, virou imortal em 1975, com mais de 30 votos. Em troca, a ABL recebeu do Presidente Geisel apoio financeiro, através da Caixa Econômica Federal, para a construção de sua nova sede. Em agosto de 1977, a escritora Rachel de Queiroz foi eleita a primeira mulher a ocupar uma cadeira na

⁴⁴⁵ Ibid.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 149.

⁴⁴⁷ JORGE, F. A Academia do Fardão e da Confusão. São Paulo: Geração Editorial, 1999. P. 336 e seguintes.

⁴⁴⁸ Golbery tinha mágoas de Juscelino por não ter sido promovido por ele, durante o seu governo.

Academia. Seu adversário na disputa, foi o grande jurista e embaixador Pontes de Miranda, que fez a seguinte declaração: "quem venceu não foi uma mulher, foi o governo militar".⁴⁴⁹

Os pareceres da Comissão de Leitura e Aquisição, são extremamente reveladores do controle que o INL mantinha sobre a produção editorial das chamadas "grandes editoras". Na realidade, as co-edições terceirizaram a linha editorial do INL e, se, por um lado, as editoras foram beneficiadas "com a exclusividade de mercado e da subvenção de seus custos", por outro lado havia o limite imposto pelo regime, concretizado nos pareceres dos peritos responsáveis por essa linha editorial, rejeitando logo na fonte o que não deveria ser co-editado junto ao INL.

O regime de co-edição subsidiou o setor privado e reservou para si o poder disciplinador, podendo aprovar ou rejeitar. Neste sistema tudo se encaixa.

A adoção das co-edições, efetuadas pelo MEC, ocorreram no início do apogeu do regime militar e do "milagre econômico", coincidindo também com o DL 1077, que instituiu a censura prévia a todas as publicações por parte do Ministério da Justiça. Outro fato coincidente seria o de que o autor da portaria das co-edições, ter sido o Ministro Jarbas Passarinho, signatário influente do AI-5. Estes fatos nos conduzem a uma conclusão natural. Se o Ministério da Justiça montou toda uma estrutura censória sobre a publicação de livros e revistas, o MEC não se descuidaria de suas co-edições.

Oiticica defende que a função do INL foi eminentemente repressiva, funcionou como um aparelho repressivo e não como um aparelho ideológico.⁴⁵⁰

Discorda-se desta análise, acredita-se que ele foi ideológico, já que foi afirmativo e incentivador de um determinado tipo de orientação, reforçando a ideologia dominante. No nosso entender, a diferença entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação e Cultura era o de que, enquanto o primeiro exercia uma censura repressiva, proibindo a edição e circulação de publicações, o MEC tinha o poder de exercer a "censura disciplinadora", no sentido que Ortiz a define. Incentivando através do subsídio, do privilégio e da troca de favores à indústria do livro, dentro dos parâmetros de sua linha editorial. Não era sua atribuição, nem seu objetivo, proibir a edição e circulação de nenhum livro. Ele tinha apenas o poder

⁴⁴⁹ JORGE, F., op. cit., p. 340.

⁴⁵⁰ OITICICA, R., op.cit., p. 159.

disciplinar, ou seja, rejeitar e não subsidiar aquilo que não reforçasse a ordem vigente.

O MEC recrutava os intelectuais do Conselho Federal de Cultura (CFC), Comissão de Moral e Civismo, Academia Brasileira de Letras, entre outros, para produzirem pareceres “positivos” que afirmariam e incentivariam um determinado tipo de orientação. Evidentemente, quando a obra submetida à Comissão de Leitura e Aquisição contivesse elementos em contradição com a estrutura do poder armado da ditadura, era rejeitada. O veto não era tão categórico e explícito quanto o exercido pelos censores do MJ. Era “evasivo e impreciso”, como o próprio Oiticica afirma. Recorre-se à definição de Althusser sobre o que é “aparelho ideológico”, o que vai definir se é “repressivo”, ou “ideológico”, é o grau, a intensidade ou a predominância do ato repressivo ou do ideológico.⁴⁵¹ No caso do INL, predominavam as ações ideológicas. Foram publicados, através do incentivo e do subsídio à indústria editorial, 1124 títulos de livros literários de 1970 a 1978.

8.2 REJEITADOS E CONSAGRADOS

Os critérios que caracterizaram os livros rejeitados pelo INL foram: o medo do novo e da vanguarda cultural, concretizado através da rejeição a qualquer “experimentalismo formal às experiências contra-culturais”; o moralismo tanto de costumes quanto o religioso; o ideológico que ia do anticomunismo, proteção da imagem dos militares e do governo militar até o engajamento político do autor contra o regime.⁴⁵²

Muitos foram rejeitados com alegações de ordem estética. Provavelmente, muitas vezes, a recusa estética nada mais era do que “cortina de fumaça” para uma recusa de ordem ideológica. A existência de orientação seletiva/censura é facilmente percebida nos pareceres.

Balandier diz que a ordem e a desordem são indissociáveis. Nas sociedades tradicionais, definidas pelo equilíbrio e conformidade, “a desordem se torna uma dinâmica negativa que cria um mundo ao contrário”. Os peritos do INL temiam essa inversão e não souberam “desarmar a desordem”, jogando com ela. Isto aparece na

⁴⁵¹ Ver ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁴⁵² OITICICA, R., op. cit., p. 159.

rejeição da Comissão de Leitura e Aquisição a tudo aquilo que representasse o “novo”, que poderia afetar a “ordem”.⁴⁵³

Os autores que servem como exemplo desse temor, tornaram-se autores de grande aceitação, entre eles Paulo Coelho, cujos livros se tornaram “best-sellers” mundiais na década de 1990.

Em julho de 1972, o romance “Objeto Gritante”, que mais tarde viria se chamar “Água Viva”, de Clarice Lispector, recebeu o parecer seguinte:

Romance certamente não é, Clarice Lispector resolveu abolir o que chama de “técnica” de romance e escrever segundo um processo de livre associação de idéias, ou de palavras. Tem-se a impressão, lendo este seu novo livro, que ela colocou o papel na máquina e foi registrando o que veio à cabeça, sem preocupação de unidade, coerência e fábula.

“Objeto Gritante” é mais uma de suas “coisas”, das muitas “coisas” que Clarice Lispector tem perpetrado sob o rótulo de romance. Ela considera-o “um monólogo com a vida”. Aprecio Clarice Lispector como contista, mas seus romances, à exceção de alguns capítulos de “Maçã no Escuro”, me transmitem a sensação de obra produzida no vazio.

Se dependesse de mim, recusaria o livro, embora correndo o risco de cometer heresia. Afinal, Clarice Lispector é um nome, é um caso literário, tem vasta audiência. Creio, no entanto, que em se tratando de obra de vanguarda, no plano artístico, o editor deveria assumir sozinho a responsabilidade do produto. Hélio Pólvora.⁴⁵⁴

O mesmo medo do experimentalismo e da quebra dos padrões tradicionais da literatura se repetiram em relação aos romances: “Os Limites da Resistência”, de Paulo Coelho de Sousa e “Simulacrus”, de Sérgio Sant’Anna. O primeiro, em 1970, causou estranheza ao conservador Octavio de Faria, conforme seu parecer:

Não esconderei minha perplexidade ante livro tão estranho como esse “Os Limites da Resistência”, que, mesmo depois de lido, não consigo saber em que gênero literário classificar e que traz, apenas, a indicação de capa: “Os Limites da Resistência” – Compostos de 11 Diferenças Fundamentais”, com epígrafe de Henry Miller e pretende ser tudo em matéria de “apreensão” da vida. Divagações, construções surrealistas, depoimentos de experiências psicodélicas, brincadeiras de espécies as mais variadas. Em conjunto, um amontoado de “diferenças fundamentais”, inegavelmente bem escritas, inteligentes, mas que não me parecem do gênero das que se incluem nos nossos quadros de valorização. Pertence ao tipo de que cuidam as editoras “Pra-frente”, na esperança de revelar

⁴⁵³ BALANDIER, G. A Desordem: Elogio do Movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.121.

⁴⁵⁴ Parecer n. 785/72. Anexo. In: OITICICA, R., op. cit.

“gênios”, não as do Instituto Nacional do Livro, qualquer que venha a ser o futuro literário do Sr. Paulo Coelho de Sousa.⁴⁵⁵

Apesar da não recomendação, o escritor previu que Paulo Coelho era um escritor de futuro, qualquer que fosse ele.

O segundo, “Simulacrus”, de Sérgio Sant’Anna, em 1977, recebeu parecer negativo de Adonias Filho, com a alegação de que o romance simplesmente não existia:

(...) O relatório, por vezes dialogado, que o livro é realmente um relatório sentimental – monótono, cansativo, medíocre – não tem mesmo como salvar-se em termos literários. E, apesar da introversão que atrai a história, não há um só personagem no qual se verifique a mais pobre caracterização. E, porque tudo escorre sobre a pele, como o suor de um esforço inútil, não se ergue um problema, uma indagação, nada, nada mesmo e muito menos crises e conflitos. Não se trata de livro, pois, que justifique o convênio. Voto contra o convênio.⁴⁵⁶

De acordo com os ares que sopravam logo após o “surto moralista” que invadiu o governo militar, a partir de 1970, concretizado pelo DL 1077/70, do Ministro Alfredo Buzaid, foram rejeitados dois livros, por transgredirem essa regra. O romance “Clareza 5”, de Helena Jobim, em maio de 1970, foi rejeitado pelo perito Galante de Souza, por usar “gíria” e conter muitas cenas eróticas.

Os lances dramáticos a espelharem o desarvoramento de uma determinada camada social, são praticamente anulados por um punhado de episódios inteiramente sem importância. O romance é fragmentado. Muitas frases soltas sem conexão com o texto – embora algumas vezes de belos efeitos sonoros – mas também muita gíria, sobretudo no primeiro capítulo, onde também se encontram expressões de mau gosto e umas tantas cenas francamente eróticas.

Sou de parecer que esta obra não se enquadra na linha das publicações a serem promovidas pelo Instituto Nacional do Livro.⁴⁵⁷

O outro romance, “O Sargento Getúlio”, de João Ubaldo Ribeiro, em 1971, foi considerado, em alguns trechos, por Octavio de Faria, como pornográfico, conforme pode ser visto abaixo:

⁴⁵⁵ Parecer n. 175/70. Anexo. In: OITICICA, R., op. cit.

⁴⁵⁶ Parecer n. 1639/77. Ibid.

⁴⁵⁷ Parecer n. 60/70. Ibid.

O romance de João Ubaldo Ribeiro traz uma espécie de subtítulo em que se lê: "Nesta história, o Sargento Getúlio leva um preso de Paulo Afonso à barra dos coqueiros. É uma história de arete". É realmente esta trajetória que nos é descrita, longa e exaustivamente, na mais crua e naturalística das linguagens, sem outro vôo que não o de uma descrição realista dos obstáculos que o Sargento Getúlio, jagunço a serviço do chefe local, encontra para levar a cabo a sua missão brutal e desumana. Não falta talento a João Ubaldo Ribeiro e creio que ainda há de se afirmar entre os nossos ficcionistas em futuro não muito distante. O que falta ao romance que se nos apresenta solicitando uma co-edição, são condições de publicação, todas as normas que seguimos, excessivamente cru na linguagem, com abundantes e desnecessários detalhes pornográficos, apresenta-nos um anti-herói que depõe contra a raça humana na sua selvageria quase irracional. Basta lembrar que este "contrastado", na sua reação contra as "traições" da política local que o enviou a Aracaju com o seu preso, sofre uma espécie de processo de revolta ética cuja manifestação mais significativa é a de, na impossibilidade de matá-lo ou castrá-lo (o prisioneiro), arrancar a coronhadas e uso de torquês, os seus quatro caninos, para puni-lo por uma hipotética tentativa de sedução feminina. Não vejo como recomendar romance tão triste e inumano aos benefícios da Portaria 35. Sugiro, porém, que se algum dos Membros da Comissão julgar oportuno, peça vista no volume.⁴⁵⁸

Em 1977, quando o regime teve um outro "surto moralizante", com o Ministro Armando Falcão, o romance "Tiro na Memória", de Esdras do Nascimento, foi também vetado por Adonias Filho, por ser excessivamente erótico. O parecer é curto mas decisivo:

Não se discutirá o indiscutível mérito literário do romance de Esdras do Nascimento – Tiro na Memória - , um dos melhores autores da ficção brasileira contemporânea. Discutir-se-á, face a livro a ser co-editado pelo Instituto Nacional do Livro, a colocação realista que em certas passagens, chega a ser excessivamente erótica. E de tal modo, que a personagem indireta é o próprio sexo, agente que determina as relações e os comportamentos humanos, numa Empresa comercial carioca. É para lamentar-se, em consequência, que tamanha preocupação erótica prejudique o convênio, proibindo-o mesmo, para romance de tão evidentes qualidades literárias. Voto contra o convênio.⁴⁵⁹

Os motivos ideológicos aparecem claramente na apreciação de dois livros encaminhados pela Civilização Brasileira com a pretensão de serem co-editados com o INL. Em 1973, o livro de Arthur Rimbaud "Une Saison en Enfer", traduzido por

⁴⁵⁸ Parecer n. 348/71. Anexo. In: OITICCA, R., op. cit.

⁴⁵⁹ Parecer n. ilegível/1977. Ibid.

Ivo Barroso – Uma Estadia no Inferno – tem sua proposição negada pelo perito Ronaldo Menegaz. O critério para a recusa é nitidamente ideológico. Mesmo elogiando a tradução e a qualidade da obra, dá o seguinte parecer:

(...)pessoalmente preferiria como título “Uma Temporada no Inferno”, mas acho aceitável o título proposto pelo tradutor.

Não é tarefa das mais fáceis transportar para outra língua esta obra (...) Comparei linha por linha a tradução com o texto em francês: É correta, tem a necessária criatividade que se possa exigir de semelhante trabalho (...)

O problema maior, porém, está no prefácio de Tristão de Athayde, do qual transcrevo parte: “A Saison en Enfer ficou sendo, desde então, o maior grito poético do mundo moderno. Grito solitário. Grito inconfundível. Grito sem eco aparente. Ou porventura, com algum eco vindouro em pleno século 21. que lance ao céu do futuro o mesmo clamor de desespero pela morte do que hoje está nascendo, nos horizontes da agonia do mundo burguês, como sendo a aurora de um mundo proletário, que Karl Marx anunciou para o futuro”. Referindo-se o editor, diz Tristão de Athayde: “Enio Silveira, o mais perseguido e o mais perseverante de nossos editores”.

Temo que tais palavras possam trazer problemas para o INL, mas, por outro lado, seria inconveniente sugerir a retirada do prefácio. Se considerarmos bem a questão, veremos que, num país onde pouco ainda se lê de poesia, a publicação dessa obra seria quase um requinte, sobretudo se levamos em conta que Rimbaud não é leitura de grande público no Brasil e que seus leitores – cujo número não deve ser dos maiores – preferirão lê-lo em francês como o devem ler também os estudantes de letras. Desse modo, julgo mais conveniente não se co-editar a obra do que recomendar que se retire ou se modifique o prefácio.⁴⁶⁰

O outro livro apresentado pela Civilização Brasileira, já em 1975, foi “Pretérito Imperfeito”, do Poeta Afonso Félix de Sousa, que teve sua indicação recusada claramente por razões ideológicas, porém numa linguagem ambígua, onde o perito Marcos Konder Reis passa adiante a responsabilidade. O parecer foi o que se segue:

(...) digno de publicação, sem dúvida, este livro, que reúne a obra inteira de Afonso Felix, sob o subtítulo de 25 anos de poesia (...)

Como, no entanto, não se trata, apenas de dar um parecer sobre a qualidade de um livro, nem sobre se o mesmo pode ou não ser publicado, mas, sobre se deve ou não ser financiado e adquirido por um órgão do Governo, sinto-me na obrigação de informar que, um dos maiores poemas do livro “Tercetos de Leningrado”, termina com o verso: “A Lênin uma rosa, e um hino à vida”. Não se trata de um poema subversivo, e, para quem sabe do mundo, nem mesmo, hoje,

⁴⁶⁰ Parecer n. 1068/73. Ibid.

de louvor de alguma coisa que possamos atribuir sem reservas a Lenin. Por outro lado, no poema “Discursos no Cais do Porto”, lemos: “Eu vos digo que assaz louvadas sejam/nossa mulheres/mas que há por contra gerais em penca/por esses bairros”. Ora, se para deixar de reconhecer o gênio de Lênin seria preciso ser ingênuo, seria também ingenuidade não acreditar na existência de gerais “em penca”, com esse ou outros nomes, na pátria de Lênin.

No fundo, o que o poeta deseja louvar, no seu livro, é a liberdade e a justiça, no que, cá e lá, estão, no fundo, todos de acordo. Pena que Lênin, entres os gênios políticos de nosso tempo, tenha sido o que escreveu: “Liberdade para que?”. Teria Lênin financiado, como governante, um livro que dissesse o que diz esse, se os papéis se invertessem?

Sirvam estas informações e estas perguntas a quem tiver finalmente, de decidir se ele pode ser co-editado em convênio com o INL, desde que se trata, repito, antes de mais nada, de um livro de poemas de categoria, e, sobretudo, de autêntica poesia.⁴⁶¹

Outra obra vetada por motivos ideológicos foi o ensaio “A Perversão Analítica”, de Luís Costa Lima, respeitado crítico literário. Submetido ao INL – não se sabe se pela editora ou pelo autor – foi impiedosamente criticado por Adonias Filho:

O ensaio meramente opinativo, excessivamente prolixo, visa situar Cornélio Pena contra ele mesmo numa auscultação tão superficial quanto demagógica. Um “discurso” para usar a palavra para usar ao gosto do A. e dos estruturalistas, efetivamente vazio de conseqüências. O flagrante interesse pelo social, que parece ter dominado o A. na leitura dos romances de Cornélio Pena, não omitiu apenas referências à linguagem ou à própria capacidade inventiva do ficcionista de “A Menina Morta”. Dir-se-á que um fanático do social – inteiramente a zero quanto à psicologia e tanto que foi incapaz de qualquer compreensão humana para o romancista e suas personagens – pensou ocupar a arena para negar o romancista em toda a sua única e grande percepção: a religiosidade e, muito mais que a religiosidade, a catolicidade. O romancista, confessadamente católico que é Cornélio Pena, que por isso mesmo tem Deus como a chave extrema de toda uma problemática existencial, jamais poderá ser reduzido a um repórter que informa pequenos episódios sociais. E, se um materialista sem preocupação com os problemas religiosos e estéticos o pseudo-crítico nada tinha a fazer visitando o autor de “Fronteira”. Tudo o que escreveu – e a verdade é que, escrevendo mal, escreveu muito para coisa alguma – não justifica o convênio. E, em conseqüência, voto contra o convênio.⁴⁶²

⁴⁶¹ Parecer n. 1898/75. Anexo. In: OITICICA, R., op. cit.

⁴⁶² Parecer n. 1510/76. Ibid.

Volta-se a Balandier, quando diz “para alguns o passado (depositário da tradição) e mesmo o arcaico (fator de permanência e do universal), relacionam-se à ordem, revelam o que está solidamente demarcado”.⁴⁶³

O parecer favorável de Octavio Faria, em 1972, sobre o livro “Civilização e Cultura”, de Luís Câmara Cascudo é um exemplo paradigmático desta visão de “ordem”

Com o modesto subtítulo: “Pesquisas e Notas de Etnografia Geral”, lança Luís de Câmara Cascudo o seu grande e, talvez decisivo livro: “Civilização e Cultura”, que a Assessoria do Livro Didático (...), envia à nossa apreciação. Não julgo necessário, é claro, emitir qualquer julgamento em caso tão indiscutível. Nem me sentiria com competência, caso entrasse no problema do mérito do livro. Não há quem não conheça e não reconheça, o valor do sociólogo e escritor Luís Câmara Cascudo. Sua competência no assunto estudado é por demais conhecida. E, quando outros méritos não tivesse a sua rigorosa e inteligente obra, é evidente que a odisséia dessas 700 páginas datilografadas que há mais de uma década vieram rolando em oficinas, e que vários anos já, levou, completa e irrecuperavelmente perdida, faria com que subscrevêssemos o gesto entusiasmado com que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho o acorçou (sic) o autor a apresentá-la a uma co-edição na base da Portaria 115. Quanto ao problema da extensão dos três volumes datilografados (...) nosso parecer é totalmente favorável à co-edição solicitada.⁴⁶⁴

Leopoldo Waizbort, escreve na Folha de São Paulo, em 2002, sobre a obra “Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio”, de Raimundo Faoro, iniciando o artigo com uma dúvida: “por alguma razão, que valeria a pena especular, a década de 1970, produziu uma série notável de estudos sobre Machado de Assis”.⁴⁶⁵ Dentre os autores mais co-editados pelo INL, durante a ditadura, Machado de Assis foi o preferido. Foi o autor mais co-editado e reeditado 41 vezes, majoritariamente, pela Civilização Brasileira. Em seguida vem Maria Teresa Cunha de Giacomo, com 30 títulos publicados em primeira edição, pela Melhoramentos, em convênio com o INL. Todos são livros destinados ao público infanto-juvenil, onde grande parte se refere a figuras e lendas do folclore nacional.

Do terceiro lugar ao oitavo, aparecem, respectivamente: Francisco Martins, autor de livros infanto-juvenis, editados pela Melhoramentos e Mário de Andrade, editado pela Martins, ambos com quinze títulos; Gilberto Freyre, Monteiro Lobato e

⁴⁶³ BALANDIER, G., op.cit., p.11.

⁴⁶⁴ Parecer n. 764/72. Anexo., op. cit.

⁴⁶⁵ WAIZBORT, L. O Enigma de Machado. Folha de São Paulo. 9 mar. 2002. Caderno Especial, p. 8.

Cecília Meireles, com doze títulos cada um, editados pela José Olympio, Brasiliense e Civilização Brasileira; José de Alencar, com onze títulos, editados majoritariamente pela José Olympio; Capistrano de Abreu e R. Magalhães Jr., sendo o primeiro editado pela Civilização Brasileira e o segundo pela Editora Lisa; Oswald de Andrade e Josué Montello, com nove títulos, editados pela Civilização Brasileira, Martins e José Olympio; Euclides da Cunha, com sete títulos publicados pela Cultrix. Os outros autores, não citados aqui, tiveram menos de sete títulos publicados. O Programa das co-edições foi largamente utilizado para garantir a reimpressão de clássicos. Em 1976 tornou-se parte do Programa a reimpressão de obras fundamentais da cultura brasileira.

No sistema do INL, a iniciativa de proposta do título, era feita mais freqüentemente por ele do que pelas editoras, e a preferência era dada a autores brasileiros. Após a incorporação da COLTED ao INL, em 1971, este estendeu o princípio da co-edição ao campo do livro didático, até 1976.

A análise mostra que foram privilegiados os autores clássicos da literatura e da história brasileira; os clássicos da literatura infanto-juvenil; os autores que faziam parte do Conselho Federal de Cultura.

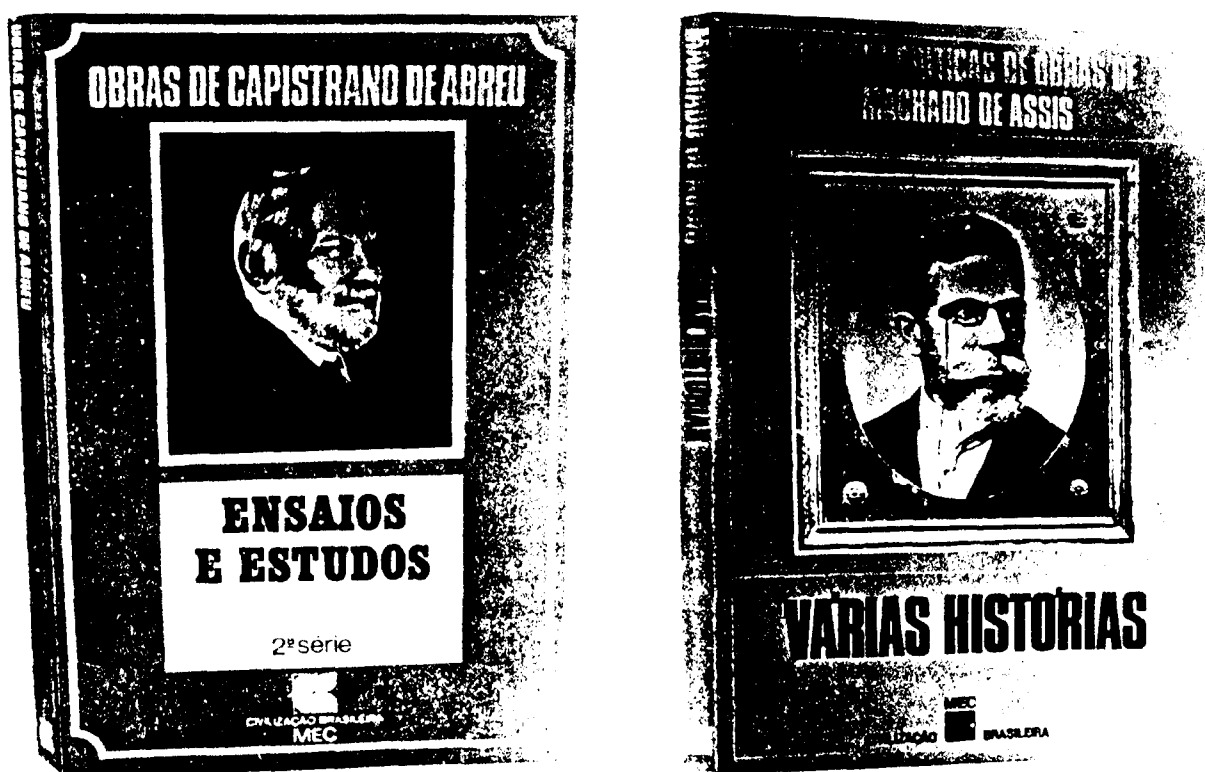
A única novidade apresentada pelo INL, foi na área da literatura infanto-juvenil, durante os anos em que a COLTED esteve sob o seu comando, entre 1971 e 1976. Nessa fase descobriram grandes talentos, como Lígia Bojunga Nunes, que recebeu o prêmio Andersen de literatura infanto-juvenil.⁴⁶⁶

Quanto às editoras, de 1970 a 1978, as que mais se beneficiaram com as co-edições foram: José Olympio, com 145 co-edições, o que não chega a surpreender, porque sempre foi uma editora ligada ao “establishment”. Seguida, surpreendentemente pela Editora Civilização Brasileira (133), co-edições, predominantemente após 1974. Para Oiticica “se pleitear a co-edição é cooptação, não tentar o subsídio é suicídio – lógica perversa que aproximou ditadores e editores, mesmo os mais críticos”. No caso da Civilização, ela enfrentou “uma luta extremamente dura para sobreviver à constante pressão exercida sobre seus fornecedores e pontos de venda”.

As evidências em relação à Civilização mostram o jogo duro do regime para cooptar as editoras, através do poder econômico. Era arriscado, pessoalmente e

⁴⁶⁶ Entrevista com Catarina Knychala.

financeiramente, publicar livros que transgredissem os parâmetros definidos pela burocracia oficial e praticamente todas as editoras se renderam ao jogo do governo.⁴⁶⁷ Um total de 98 editoras foram contempladas com as co-edições, todas dentro do universo das chamadas grandes editoras. A única exceção foi a Record, com apenas três co-edições. As editoras com maior número de livros proibidos evidentemente não freqüentaram a lista das co-edições do INL.⁴⁶⁸



Fotografia 2: Livros co-editados pelo INL

Fonte: Relatório Anual do INL: 1974-1975 (p. 11).

⁴⁶⁷ Beneficiada também com 116 co-edições foi a Editora Melhoramentos, a Cátedra (58); Martins (54); Nacional (45); Cultrix (32); Brasiliense (25); Quiron (22); Vozes (22); José Aguilar (21); Tempo Brasileiro (21); Globo (18); Bloch (16); Nova Aguilar (15); As editoras: Agir e Presença (13); Abril e Comunicação tiveram 12; Expressão e Cultura e Imago tiveram 11. Americana, Artenova, tiveram 10. As outras editoras, que deixaram de ser mencionadas aqui, tiveram menos de 10 co-edições.

⁴⁶⁸ As exceções ficaram por conta de dez editoras que foram patrocinadas pelo INL e ao mesmo tempo reprimidas pelo Ministério da Justiça. Foram elas: Americana, com dez livros co-editados e cinco proibidos; Artenova com dez co-editados e vinte proibidos; Brasiliense, com vinte e cinco co-editados e um proibido; Difel, com cinco co-editados e um proibido; e IBRASA, com sete editados e um proibido; José Álvaro, com dois co-editados e um proibido; Livros do Mundo Inteiro, sete coedições e uma proibição; Mundo Musical, duas co-edições e onze proibições; Record, três co-edições e seis proibições; Civilização Brasileira, com cento e trinta e seis co-edições e aproximadamente doze títulos proibidos. Tratando-se desta editora, o número de títulos proibidos deve ter ultrapassado mais de doze. Como a maioria foi antes de 1970 no cruzamentos dos dados não foi possível precisar com exatidão.

9 CONCLUSÃO

O início da censura no Brasil, durante a ditadura militar, tem sido predominantemente datada em 1968 com a instituição do AI-5, bem como restrita à imprensa escrita. Restringiu-se essa memória histórica sobre a censura, a uma visão única num campo onde há toda uma diversidade a ser explorada, como a censura dos livros, onde se manifestou, de certa forma, bem diferenciada, como se pôde ver ao longo deste trabalho. As décadas de 60 e 70, apesar da censura, mostram um processo de grande produção e expansão dos produtos culturais, dentre eles os livros. Resultado da expansão da indústria cultural no Brasil. Só que a expansão, nesta área, foi acompanhada, regulada e controlada pelo Estado, empenhado em utilizar a cultura para construção do seu projeto político. Desta forma, o Estado não só censurou a cultura, como também a incentivou.

A visão linear de que o regime militar somente censurou a cultura através da repressão do Ministério da Justiça não permite enxergar toda a complexidade que envolve a relação Estado e Cultura. Esta complexidade pode ser percebida através das ações do Ministério da Educação e Cultura que, ao lado da censura negativa do Ministério da Justiça, exerceu a sua censura do incentivo, a censura do patrocínio, através dos grandes investimentos e controles feitos na indústria cultural. Para entender esta contradição entre a “Censura do Veto” e a “Censura do Incentivo” foi

necessário buscar o antigo sentido semântico da palavra que, na “Real Mesa Censória”, significava “examinar”, “criticar” e “disciplinar”.

Outra idéia que ficou clara é a de que a censura não era aleatória, dependendo somente da cabeça do censor. Na verdade, existia toda uma lógica interna, que permitiu ver a freqüência de suas ações.

Para se ter clareza de como foram as relações entre a área cultural dos livros e o processo censório instalado no País, a partir do golpe de 1964 até o final de 1978, foi necessária uma reconstituição histórica. Ao traçar toda essa trajetória, chegamos a várias conclusões setoriais que virão a seguir.

A censura existe ou já existiu em quase todos os países e esteve presente em todas as épocas. É um instrumento de coação utilizado para a preservação do poder. Apresenta-se concretamente das mais variadas formas e é da sua natureza manifestar-se nos regimes autoritários e totalitários.

O objetivo da censura é a preservação do sistema político-ideológico, e subjaz estruturalmente no poder político do Estado. Para o exercício da censura, o Estado, sua fonte principal e mais aparelhada, conta com os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo este último o que exerce o controle e a repressão. Ela se manifesta de duas formas gerais: preventiva e repressiva.

A censura é uma forma de repressão política, para aumentar a eficácia da dominação. O processo censório é antigo no Brasil. Nossa cultura tem uma tradição censória herdada de Portugal e da Espanha. A ditadura militar repetiu, com a devida atualização, os mesmos modelos e práticas dos inquisidores do Santo Ofício e da Real Mesa Censória. Ela sempre esteve endógena, mesmo nos períodos de liberdade de expressão. A censura visível que põe “um lápis vermelho” ou “não deixa publicar”, é mais fácil de se combater. A censura “sutil” é a pior forma de censura, porque é invisível. Quanto mais escondida mais eficaz e é aí que reside sua força.

A censura, ao contrário do que diz o senso comum, não se constitui apenas de proibições. A censura representa duas faces de uma moeda, uma que diz “sim” e outra que diz “não”. A censura não se limita a ser apenas de natureza policial que, corta, restringe e proíbe. Ela aplica tanto “sanções” quanto elogios. Tanto proíbe, quanto incentiva. Vai depender do conteúdo da obra e do grau de adequação à orientação do governo. A compreensão da censura vai além da sua função repressora, é paradoxal.

Este fenômeno pode ser visto historicamente no Antigo Regime, através do chamado “Privilégio”. O termo censura tinha uma maior amplitude, significando não apenas proibir, mas também examinar e criticar. Nos últimos séculos até os nossos dias, o sentido de proibição foi o que predominou no ato de censurar, mascarando o seu lado sedutor que neutraliza as dissonâncias e valoriza a verdade oficial.

Os estudos sobre a censura privilegiam apenas o seu lado visível e exposto, esquecendo-se que a grande batalha da censura se passa também nas sombras, longe da ribalta. Lembrando Goethe, “onde há muita luz, há muitas sombras”.

A censura que se instalou no regime militar nas décadas de 60 e 70, utilizou-se tanto da repressão quanto da sedução, através das benesses. Foi um encontro dos interesses ideológicos com os interesses comerciais. Usou de todo seu poder sobre a cultura para não só reprimir, mas também para desenvolvê-la. Repressão, prevenção e cooptação foram usadas para preservar a hegemonia cultural.

A censura é o contraponto da liberdade de expressão e a democracia é a forma de governo onde é possível neutralizar-se a censura através da “liberdade de expressão”. Nas sociedades democráticas a liberdade de expressão é vista como um valor positivo onde o interesse comum alicerça-se no debate onde as decisões são tomadas pela maioria, resultando no consenso e restringindo-se o uso da coerção.

A liberdade de expressão só é possível com a liberdade de crítica, o debate e a controvérsia. Numa retrospectiva histórica do debate sobre a censura no século XVII é o poeta John Milton, tido como seu fundador. Tem seus argumentos presentes nas obras liberais do século XIX, como as de Benjamin Constant e John Stuart Mill. Os argumentos de Milton e desses liberais são de uma extraordinária contemporaneidade e validade. Embora o enfoque liberal clássico sempre corra o risco de transformar a chamada “opinião pública” mais na “palavra dos ricos e no silêncio dos pobres”.

A censura no Brasil é um fenômeno histórico cíclico que reaparece quando os pré-requisitos conjunturais o permitem. A censura se instalou antes mesmo da imprensa. A censura oficial desde o descobrimento é um dos aspectos da história cultural brasileira, com pequenos intervalos de liberdade de expressão. A Constituição de 1824, que permitia a liberdade de expressão, sem censura, “conviveu com os privilégios da nobreza, o voto censitário e o regime escravocrata”. A Carta de 1891 manteve a mesma disposição da de 1824. No entanto assistiu a

coações à imprensa e o empastelamento de jornais, feita pela incipiente República⁴⁶⁹. A de 1934 é que introduziu a censura prévia no sistema jurídico brasileiro. Intensificada com a Lei de Segurança Nacional de 1935 e o advento do Estado Novo e a Carta de 1937. A Constituição de 1946 inspira-se na de 1934, e, já sob a influência da guerra fria, presta-se à condenação das idéias comunistas.

Após o golpe militar, a Constituição de 1967 é substituída pela de 1969, que acrescenta a intolerância à “moral e aos bons costumes”. A Carta de 1969 tenta hipocritamente manter uma fachada liberal, mas sob sua égide a censura generaliza-se de forma assustadora. Observa-se que, em todas as Constituições brasileiras, o que se refere à censura apresenta-se como a solução para a manutenção da segurança, preservação da moral, da família e dos bons costumes. E não como instrumento violento e intolerante, usado para a preservação dos poderes do Estado.

Observa-se que a idéia generalizada de que a censura afeta a criação literária não é unanimemente endossada por alguns escritores. Acredita-se que ela de alguma forma, interfere no processo criativo e de certa forma influencia a obra, mas não impede sua criação.

A censura não teve uma atuação uniforme durante o regime militar. O grau de censura acompanhou a dinâmica do regime e seus ciclos de repressão ou de liberalização. Na primeira onda de repressão (1964), a censura aos livros deu-se através de invasão e confisco por parte de policiais estaduais e de soldados do Exército. Na segunda onda repressiva, de 1964 a 1967, o Departamento de Polícia Federal estende sua base repressiva a todo o território nacional através dos convênios celebrados com as Secretarias de Segurança Pública, onde o símbolo maior da repressão nos estados eram os DOPS.

A Polícia Federal foi o elo entre a União e os Estados, na questão da repressão. E passa a ser responsável pela censura em todo o País, a partir da Constituição de 1967. Embora a discussão sobre a centralização da censura nas mãos da União tenha começado em 1964, acompanhada respectivamente da tentativa de sua organização.

Ao se analisar os pareceres dos censores, percebe-se que não têm contemplações quando se trata de tomar uma decisão censória sobre as obras consideradas subversivas ou que atentem contra a moral e os bons costumes. Os

⁴⁶⁹ Barroso, L., op. cit., p. 15

pareceres censórios, na realidade, são textos que se relacionam e dialogam com outros textos e que, às vezes, trazem informações sobre a forma como são escritos, lidos e interpretados no seu contexto.

Para o exercício da censura, exigia-se o curso superior e treinamentos específicos dentro do aparelho repressivo do Estado. Há evidências da existência de cursos para censores já em 1965. Acredita-se que fossem ainda incipientes, sem a sistematização que lhe é dada em 1972, com os cursos voltados para censurar filmes. Mesmo assim representam os primeiros indícios da divulgação dos conceitos da Doutrina da Segurança Nacional na formação dos censores.

Em 1972, os cursos mostram claramente a que vieram. O tema recorrente é a “subversão”, e demonstram a paranóia coletiva em relação à “segurança nacional”, que caracterizou o discurso da chamada Comunidade de Segurança Nacional do governo Médici. Possivelmente, depois destes cursos, que eram a fonte básica de formação e informação, os censores saíam vendo “subversão” onde não havia nem de longe.

Não se tem notícias de curso para censurar livros, mas se percebe a preocupação de que os livros só fossem proibidos, com a palavra final do Ministro da Justiça, através de despacho publicado no Diário Oficial da União. O que evidentemente resultava em publicidade por parte dos jornais. Talvez a intenção fosse causar publicidade e mostrar à sociedade brasileira que o Estado estava vigilante, protegendo a família brasileira.

Paralelamente à montagem da repressão e a organização da censura, foi-se constituindo a arquitetura jurídica do regime. Na segunda onda de repressão, o AI-2 já apresenta alguns parâmetros disciplinares, referentes ao comportamento da imprensa. Ao alterar o §5 do artigo 141 da Constituição de 1946, retirando a expressão “processos violentos”, qualquer publicação que subvertesse a ordem poderia ser proibida. Portanto a censura já se dá, de fato, a partir do final de 1965, quando já dava os primeiros passos para sua sistematização, dentro da estrutura do DPF.

A citação de 1968 como o ponto de partida da censura, durante a ditadura, é apenas simbólica. Isso se deve ao fato de que todos os trabalhos que abordam a censura neste período, o fazem a partir de 1968, sobre a censura aos jornais. Estes, de fato, passaram a conviver com a radicalização da censura a partir deste ano.

A Constituição de 1967 fecha o segundo ciclo de repressão com a nova Lei de Imprensa (nº 5.250 de 09/02/67), que foi agregada, logo a seguir, à primeira Lei de Segurança Nacional (DL nº 314/67), onde os abusos de imprensa passavam para o seu âmbito. Todas essas investidas sistemáticas sob a forma de legislação no campo da liberdade de expressão culminariam com o AI-5, no final de 1968. Dando início a uma terceira onda repressiva, mais abrangente e severa, no enfrentamento da guerrilha e na implantação do aparelho repressivo. Esse longo surto repressivo irá se refletir na censura através do DL 1077 de 1970 que, usando a moralidade, atingiu em cheio os livros e revistas e, praticamente completou a arquitetura básica do que constituiu a censura na área cultural. A essa altura já existiam os critérios para censurar, mais ou menos definidos, em dois grandes blocos principais de proibições: atentados contra a segurança nacional e a transgressão aos princípios da moral e dos bons costumes. No detalhamento desses critérios é visível a presença da Doutrina da Segurança Nacional. Que mesmo criticada por ser um “mero esquema conceitual sem conteúdo”, serviu de parâmetro para o Estado censurar.

O ano de 1968 simbolizou as inovações comportamentais dos costumes, em todo o mundo, contra a moralidade fortemente impositiva. Zuenir Ventura diz que: “Um passeio pelas livrarias do País, em 68, mostrava que, em cada três livros, pelo menos um tratava de questões sexuais... O sexo se converteu em tema de palestra, em diálogo social, em bate-papo em mesa de bar”. A tradução do livro “Sexus”, de Henry Miller em 1967, havia provocado uma corrida ao tema no mercado. Em um ano a Record, lançadora das outras partes da trilogia do mesmo autor – “Plexus” e “Nexus” – aumentara o número de títulos sobre o tema. O Piauí, estado que, naquela época, comprava da Record 20 livros por mês, passou a comprar mais de 200. “Os livros sobre sexo representavam, um terço dos lançamentos”⁴⁷⁰. Em 1970 a tendência continuava e a ditadura tentava “a ferro e fogo” barrar esta tendência.

Ao contestar as regras traçadas pela moral e os bons costumes que orientavam e determinavam os comportamentos, as novas condutas acabaram esbarrando nos muros da ditadura. Os militares não entenderam a moral de forma dialética onde o velho se contrapõe ao novo, e o instituinte ao instituído. A moral e os costumes em 1968 davam sinais de agonia, derrotada pelas próprias

⁴⁷⁰ VENTURA, Z., op. cit., p. 25.

contradições. Todas as tradições criadas para serem eternas, todos os antigos tabus vão se desmoronando. Os diversos movimentos sociais, políticos, existenciais e de gênero, eclodiram a partir daí.

O modelo da razão e o esquema mental assentado sobre as bases das dicotomias, de forte herança cristã ocidental: céu/inferno; bem/mal; teoria/prática foi-se desfazendo. Passou-se a valorizar o universo do desejo, do imaginário, as entrelinhas dos discursos ou práticas culturais, a emergência inclusive do irracional, a presença da paixão. Ruíam também as instituições já consagradas, não havia nenhuma delas que não estivesse em crise: Estado, Igreja, Família, Educação e Partidos Políticos, tanto no capitalismo como no socialismo. Na verdade, começava a se desfazer toda uma herança dogmática e autoritária das prévias definições, das verdades definidas e acabadas que tomaram conta das instituições⁴⁷¹

Começa, a partir daí, a emergência de uma nova categoria social: os jovens. Os americanos foram os que realizaram, na prática, as palavras de ordem enunciadas pelos jovens franceses, em maio de 1968, e transpuseram, para todo o mundo ocidental, uma nova experiência cultural, chamada de “contracultura”, protagonizada pelos denominados “hippies”.

Entre nós, 68 teve sua imagem associada mais à política do que à cultura. Girando a roda da História no seu sentido contrário, a ditadura lutou contra a maré dos novos tempos, e implantou o AI-5, que liquidaria de vez com os resquícios de liberdade de expressão que ainda existiam e intensificaria a censura à imprensa e à toda área cultural. A censura vai-se expandindo cada vez mais, culminando com o DL 1077, de 20/01/1970, cujo alvo principal são os livros e revistas, que ofendessem os padrões da “moral e bons costumes” brasileiros. Este DL, eivado de inconstitucionalidades, violava a Constituição de 1967 criada pelos próprios militares. O senador Josaphat Marinho, da Bahia, definiu de maneira curta e incisiva o DL 1077: “matéria que a consciência repele, a Constituição proíbe e a cultura despreza”.

Ao justificar o DL 1077, o Ministro da Justiça, do governo Médici, não convenceu dada a fragilidade de seus argumentos. Por utilizar referências bem caducas, para um mundo que havia passado pelos movimentos de 1968 e por responsabilizar o “comunismo internacional pela dissolução da família, através da erotização da juventude, ‘para impor seu regime político’”, quando se sabe que os

⁴⁷¹ PEREIRA, O., op. cit., p. 18.

comunistas eram conservadores em relação aos costumes e viam, nos novos comportamentos de 1968, retrocessos e não avanços. Analisando esse discurso, vamos encontrar os mesmos usos que os regimes totalitários e autoritários faziam sobre a instituição da família. Esse mesmo discurso foi largamente usado pelos integralistas e fascistas.

Culpar os comunistas pela suposta decadência dos costumes foi usado como recurso político do regime para sua auto-preservação. Usaram para isso o catolicismo, o conservadorismo e o medo do comunismo presente na classe média brasileira, e dos golpistas de 1964. Introjetados em suas mentalidades, por um “discurso fundador” que remonta à época da colonização pela tradição simbolizada pela “cruz e a espada”, que justificava a guerra a “serviço de Deus”.

O catolicismo conservador e o pensamento reacionário se expandiram consideravelmente, nos anos 20, tendo como referência obrigatória o pensador católico Jackson de Figueiredo, criador do Centro D. Vital e da revista “A Ordem”. A revigoração do catolicismo conservador e o aparecimento da subversão anarquista irão consolidar, nos anos 30, a imagem negativa do comunismo no imaginário nacional. Já pode ser vista, na imprensa, uma ligação entre comunismo e a dissolução da família.

De 1930 em diante o comunismo passou a ser o inimigo, que foi potencializado com o advento da guerra fria na década de 50. É relevante lembrar que parte dos recursos humanos recrutados pelo regime militar foram direitistas e reacionários, forjados dentro do catolicismo conservador e do integralismo, como, por exemplo, Alfredo Buzaid, Raimundo Padilha, Plínio Salgado e Gustavo Corção.

Mesmo imposto, o DL 1077 – que proporcionou ilimitadas possibilidades de censura ao governo – foi recebido, em princípio, sem grande reação. A reação só veio à tona quando a Portaria 11-B, de 6 de fevereiro, determinou que a “verificação prévia” iria ser responsabilidade das Delegacias Regionais da Polícia Federal. Vieram protestos da ABI, do poder Legislativo e de outros segmentos. O escritor Érico Veríssimo fez um longo pronunciamento, lido por um deputado na tribuna da Câmara. Essa resistência se repetiria em 1977, no governo Geisel, quando o Ministro da Justiça, Armando Falcão, submeteu à censura prévia todas as publicações vindas do exterior, através dos Correios e Telégrafos, independentemente de atentarem ou não contra a moral e os bons costumes. A

essa altura, as editoras nacionais já estavam domesticadas e não publicavam nada que ofendesse ao regime.

Logo após o golpe militar, as intervenções nos livros – feitas no calor do momento – caracterizaram-se pela violência física, pela ignorância, com livros confiscados, em editoras, livrarias e residências. Nos anos 60, os confiscos e proibições recaíram predominantemente contra livros escritos antes de 1964, os clássicos do socialismo e alguns livros escritos após 64, analisando o golpe ou criticando a ditadura.

Até 1970, não existia respaldo da lei para a censura de livros. Os confiscos eram inteiramente arbitrários e sem nenhuma mediação. A partir de 1970, a censura aos livros já estava respaldada na polêmica censura prévia. Tal como a Inquisição, a censura do Ministério da Justiça tinha seus ritos, sua organização, seus modelos de ação e seus objetos de proibição. A prática ajudou a modelar a censura, a partir das ações censórias e das resistências a essas ações. O envolvimento do Ministro da Justiça, desde o início, com a censura aos livros, refletiu a centralização das decisões em Brasília, diferente da censura de diversões públicas que era responsabilidade do DCDP.

A prática da proibição, ajudou a definir o quadro legal de censura aos livros, impondo regras de comportamento aos livreiros, editores, proprietários de bibliotecas particulares e públicas, correios, alfândega e importadores. A vigilância exercida pelos inspetores, com um formulário padronizado, tornava a vigilância homogênea, típica de uma administração centralizada.

O Ministério da Justiça intensificou, a partir de 1970, o controle sobre a produção, circulação e posse ao livro. Além da vigilância às livrarias, editoras e importadoras, distribuidoras, Alfândega e Correios, a censura contou com a delação de cidadãos e pressão por parte de alguns segmentos da imprensa. A censura liberou o espírito censor que cada um traz dentro de si. Uma onda denunciasta impregnou os comportamentos na década de 70, que ia desde o chefe de um organismo público, até o pai de família, o cidadão anônimo e “os movimentos vigilantes da ‘moral e bons costumes’”.

As proibições se intensificaram em 1970, chegando ao cúmulo de serem proibidos vinte e dois livros em um só despacho, todos enquadrados no DL 898/69 chamado de Lei de Segurança Nacional. A partir daí o número de livros proibidos por

subversão política é reduzido e a repressão se volta para os considerados ofensivos à moral e aos bons costumes.

No governo Geisel (1974-1979), a proibição sobre livros considerados pornográficos se acentuou de forma extraordinária. A imagem que se associou ao governo Geisel como o da distensão política e o fim da censura, está inteiramente equivocada no que se refere à censura de livros. Essa predominância de livros proibidos por motivos morais traduziu a atenção que o Ministro da Justiça, dispensava a este tema. Suas preocupações parecem não ter sido de natureza política. Foi acusado de ter sido mais rígido que seu antecessor Alfredo Buzaid.

Os autores mais proibidos foram escritoras consideradas pornográficas. Os livros de duas delas, Cassandra Rios e Adelaide Carraro, tornaram-se verdadeiros “best-sellers”. Se a intenção do ministro foi apagar da literatura nacional todos os autores pornográficos, pelo menos com essas duas não conseguiu. Ambas têm hoje, respectivamente, 73 e 47 registros, no acervo da Biblioteca Nacional.

A Censura Prévia nunca foi recebida passivamente pelas editoras. O DL 1077, deixava uma brecha enorme, para se resistir a ela, quando dizia que incidia apenas nos temas referentes “à moral e aos bons costumes”. De modo que o autor ou editor que submetesse os originais do livro à censura, estaria fazendo uma confissão de culpa. Praticamente nenhuma editora submetia-se à Censura Prévia. Quem geralmente se submetia eram autores individuais, mesmo assim poucos o fizeram. A conclusão a que se chega é de que a Censura Prévia aos livros foi criada mais para intimidar do que para funcionar. A história mostra que a Censura Prévia aos livros não funciona, e aqui também não funcionou.

A falta de pessoal, o enorme volume de publicações com temas eróticos, jogou contra a pretensão de se fazer funcionar a Censura Prévia. As grandes editoras, domesticadas pelo INL, praticamente não publicavam nada que pudesse atentar contra a moral, com exceção da Civilização Brasileira e da Record. Em contrapartida, houve uma proliferação das pequenas editoras que se especializaram nesse gênero que tinha retorno financeiro garantido, beneficiado pela revolução sexual desencadeada em todo o mundo. A campeã de títulos proibidos foi a editora L. OREN, com 43 livros proibidos. Suas publicações aparecem a partir de 1975. A conclusão é de que a censura-prévia, utilizada para proteger a família contra a “onda de erotismo internacional”, realmente não funcionou. Os livros desse gênero, como tudo indica, continuaram a ser produzidos dentro do país ou importados e

comprados pela população, em qualquer banca de revista. A polícia conseguia controlar os estoques de livros nas livrarias, mas não nas bancas, por conta da alta rotatividade de vendas, o que não permitia a formação de estoques.

Desde 1975, um ano após o início do governo Geisel, a derrota já era reconhecida pela assessoria jurídica do Ministério da Justiça, que tentou reagir contra a situação concebendo o **“Plano para um Combate Sistemático Contra as Publicações Obscenas e Subversivas”**, que não passou de retórica por parte dos consultores jurídicos, sobre uma situação de que já não tinham controle. O Plano foi obviamente engavetado no final do governo Geisel, em janeiro de 1979. A censura da ditadura derrotou a literatura subversiva, mas foi derrotada pela literatura pornográfica.

A Doutrina da Segurança Nacional se multiplicou por todos os aparelhos estatais do governo militar. Não foi diferente com o MEC. Antes de 1964 a sociedade brasileira estava em mutação: novos valores, novos hábitos. Não se considerando este contexto fica difícil compreender a formação do aparelho ideológico no MEC, gerada e localizada no Estado, pela burocracia oficial, em um duplo movimento. De um lado, desmantelava as concepções do ISEB e perseguia seus integrantes e suas produções, e, do outro, criava novos órgãos e revitalizava outros, para conduzir a nova política cultural. A idéia de que, sob a ditadura de direita, existia uma cultura de esquerda, requer uma certa reflexão. Logo após o golpe, as primeiras medidas tomadas contra os antigos grupos que direcionavam as políticas educacionais e culturais do MEC já indicavam a preocupação com uma nova política cultural.

O pensamento isebiano foi substituído pela política da tradição, onde se cultivava a memória de grandes vultos nacionais e o folclore. Numa postura eminentemente patrimonial, voltada para a conservação dos bens culturais, nos museus, arquivos e casas de cultura, a serviço dos intelectuais tradicionais.

A ditadura tentou consolidar um espaço cultural hegemônico, através da memória nacional, da unidade nacional e de símbolos nacionais. A criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) dentro do MEC, impulsionou a área cultural e deu-lhe grande visibilidade. Na área dos livros, a dinamização e o incentivo à indústria editorial, pelo INL, desencadeou toda uma política de co-edição e distribuição de livros que alcançou grande parte dos municípios brasileiros.

A montagem do aparelho ideológico do MEC se deu a partir da criação de novos órgãos e a revitalização de outros, como o INL. A gestão de Jarbas

Passarinho, no governo Médici, permitiu preparar e impulsionar a gestão de Ney Braga, cujo ponto mais alto foi a elaboração da “Política Nacional de Cultura”.

A indústria editorial, como um todo, foi amplamente beneficiada pela ditadura militar, a partir de 1965, com o GEIL e, em 1966, com o GEIPAG, importante instrumento que subsidiou a modernização do parque gráfico do País. Influíram nessas políticas, editores que se destacaram como colaboradores do IPES. O reforço decisivo para a manutenção da ordem foi exercido pelo Estado, auxiliado pelas instituições subvencionadas e pelos empresários do setor.

O INL foi o órgão que administrou as co-edições de livros subsidiados pelo Estado. Suas principais realizações se manifestaram durante a gestão de Maria Alice Barroso, de 1970 a 1974, durante o governo Médici. Houve uma bem sucedida distribuição de livros por todo o País e uma grande preocupação em melhorar as bibliotecas dos mais distantes municípios do País.

A Portaria nº 35 de 1970, de Jarbas Passarinho foi o documento que deslocou a ação do INL, até então produtor e editor de livros, para patrocinador de cultura, através dos subsídios às editoras. Com o objetivo de melhorar o acervo das bibliotecas brasileiras, com “livros de real valor cultural”, mostrará sua presença na condução da linha editorial a ser seguida. O programa de co-edições do INL controlou a produção de livros que eram distribuídos às bibliotecas e manteve, com o subsídio, o controle sobre as editoras. O modelo de co-edições do INL era muito semelhante ao modelo totalitário do Ministério da Cultura da República Democrática Alemã (RDA). O próprio Conselho Federal de Cultura percebia a excessiva interferência do Estado na questão da cultura e sua incoerência com a democracia e tentavam colocar “panos quentes” em suas declarações. Os convênios de co-edições favoreceu extraordinariamente os editores, com a garantia do INL de ficar geralmente com cerca de 40% de cada edição.

O INL interferiu vetando aquilo que era visto como prejudicial ao regime e, ao mesmo tempo, promovendo aquilo que considerava o melhor da nossa literatura. Tinha por objetivo controlar o processo editorial. Na realidade a Censura Prévia funcionou mais no Ministério da Educação e Cultura do que no Ministério da Justiça. As intervenções foram mais em cima de produções mais intelectualizadas deixando os gêneros mais populares, como foi o caso dos livros eróticos, nas mãos do MJ. Para isso, monitorou as grandes editoras do País. Cerca de 98 firmaram convênio com o INL, principalmente na década de 70. O principal instrumento de controle

onde o INL exerceu sua censura disciplinadora, foi a Comissão de Leitura e Aquisição, onde os peritos – todos eles intelectuais – faziam parte das principais instituições culturais da época, como CFC, Instituto Geográfico Histórico, Academia Brasileira de Letras e Comissão Nacional de Moral e Civismo. Os critérios de seleção da Comissão de Leitura e Aquisição do INL eram os mesmos do MJ, só que usados eufemisticamente e não na forma truculenta utilizada pela censura federal: o medo do novo e da contra-cultura; o moralismo, o anticomunismo e a preservação do governo militar. Os peritos, tudo indica, não tinham um decálogo de critérios esquematizados como o tinham os censores. A similitude dos critérios só tem visibilidade quando se analisa os pareceres dados pelos intelectuais do MEC, e os pareceres dos censores do MJ.

Reconstituir esse pedaço de nossa História é sempre um ponto de partida para se analisar a realidade atual e suscita a seguinte pergunta: o que a censura tem a ver com o Brasil de hoje? Consolida-se uma nova forma de comunicação: a Internet, “forum” virtualmente livre de leis e regras, que os governos têm dificuldade de controlar. Considerando-se que a censura é um fenômeno universal e cíclico, assunto freqüente, e atualmente debatido, diríamos que a censura tem tudo a ver com o Brasil de hoje. E é bom lembrar que o Brasil tem a censura impressa no seu código genético, como herança da cultura portuguesa. Mas quem se lembra disso? Deseja-se que esse trabalho contribua para o debate sobre a censura, nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos Primários Textuais

Auto de Apreensão nº 47/78. SCDP/SR/SP.

Carta da Kodak para DCDP/DPF. São Paulo, 8/09/77.

Carta do Diretor Geral do DPF p/ Editora Abril Ltda. Brasília 23/5/72.

Informação nº 198/67 SNI/ARE. p/ DOPS/PE (16/03/67) APPE.

Lista de Livros Proibidos do Arquivo Nacional de Brasília.

Mandado de Segurança nº 72626/74- DF: Calabar de Francisco Buarque de Hollanda.

Mandato de Segurança: Livro “Bar Don Juan” de Antonio Calado (24/11/71).

Ofício - Parecer nº 005/76 – SO/DCDP-DF.

Ofício - Parecer nº 029/75 SCDP/SR-DPF-ES.

Ofício – Parecer nº 034/75 – SO/DCDP/DPF-BR.

Ofício circular do ME. SICIN 676-7ª RM. Livros Subversivos (11/11/69) p/DOPS/PE. APPE.

Ofício nº 005/77 – IRF (28/01/77).

Ofício nº 041/71. SCDP/DPF-DF (02/02/71).

Ofício nº 10/77. SCDP/SR-RJ (19/01/77)

Ofício nº 271/70. T CDP/DR-GB (29/12/70).

Ofício nº 3199/75. SCDP/DPF/SR/BA (12/11/75).

Ofício nº 479/71/SRP/GB p/ Diretor da Editora Abril Ltda. Brasília 18/11/71.

Ofício nº 65/78. Serviço de Remessa Postais Internacionais. COLIS POSTAUX (6/09/78).

Parecer (apreciação de publicação) nº 19/79. DCDP/DPF-DF.

Parecer 1/08/72: “História de O” de Paul Reage. DPF/DR-SP.

Parecer 16/12/70: Basta Bastardos (Prot. 13548/70 DR/DBF-GB).

Parecer 8/11/70: “O Túmulo” de Rezende Filho. SR/GB.

Parecer de 06/04/70: A Farsa do Bode Expiatório De Luiz Maranhão. SCDP/DPF-DF.

Parecer de 10/11/70: Papa Highirte de Oduvaldo Vianna. SCDP/DPF-DF.

Parecer de 22/12/78: Nova Vida Revolucionária de Moisés Daniel. SCDP/SR/CE.

Parecer de 30/05/77: Revista Anima. SCDP/SR/BA.

Parecer de 9/05/77: "The Brazilian Communist Party" de Ronald H. Chilcote.
SIGAB/SR/DPF-SP.

Parecer nº 005/77. DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 026/74. SO/DCDF-DF.

Parecer nº 04/76 – DPF/INC-DF.

Parecer nº 111/74. Processo nº 58469/74. Consultoria Jurídica do MJ.

Parecer nº 1222/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 1331/77 – SCDP/SR/DPF-RJ.

Parecer nº 1423/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 148/77 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 15/78 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 1550/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 1551/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 156/77 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 1564/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 1579/9/76: SCDP/SR/DPF-RJ.

Parecer nº 1586/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 1590/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 161/77. DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 16237/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 1761/77. SCDP/SR/RJ.

Parecer nº 1861/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 1997/77 – SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 20310/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 20751/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 20752/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 21598/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 21748/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 21749/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 21750/74 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 22/12/71: o Labirinto de André de Figueiredo. DPF-DR/GB.

Parecer nº 237/76 – DCDP/DPF/DF.

Parecer nº 270/78 – SCDP/SR-PR.

Parecer nº 2879/77. SCDP/SR-RJ.

Parecer nº 314/77 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 317/77. MJ. Consultoria Jurídica - DF.

Parecer nº 333/78. DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 336/77 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 36/77 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 482/77 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 505/77. DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 519/75 – DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 76/76. DCDP/DPF-DF.

Parecer nº 76/78 – SCDP/SR-PR.

Parecer nº 911/73 – DCDP/DPF-DF.

Processo de 14/09/72. A Alfândega de Santos.

Processo MJ 058622/77. Despacho de 20/06/77.

Processo MJ nº 67149/74. Despacho nº 5/75. Consultoria Jurídica do MJ.

Processo nº 58897 de 20/09/1973. DPF-DF.

Processo nº 60439/73. Direção geral do DPF-DF.

Processo nº 61170/72. SCDP/SR-SP.

Relação dos Livros Proibidos pelo MJ. CI/DPF (1972) APJE.

Relatório Censório de 29/06/73: O Último Tango em Paris. SI/GAB/DPF-DF.

Relatório de 17/11/73: O Grão de Mostarda de Márcio Moreira Alves. MJ/DPF-DF.

Documentos Primários Orais

Depoimento escrito de Francisco Clóvis Marques do Vale. Fortaleza, fevereiro 2002.

Entrevista com Myriam Martins Gusmão. Pirenópolis (GO), maio de 2002 (notas).

Entrevista com Agenor Briquet Lemos. Brasília, maio de 2002 (notas).

Entrevista com Catarina Helena Knychala. Brasília, maio de 2002 (notas).

Entrevista com Vitor Meireles. Brasília, maio de 2002 (notas).

Entrevista gravada com Raimundo Carreiro. Recife, abril de 2003.

Dissertações e Teses

OITICICA, Ricardo. O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras. 1997. 270 f. Tese (Doutorado em Literatura) - PUC – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Silvia Cortez. Cultura Tutelada: Uma Visão Patrimonialista da Cultura Luso-Brasileira. 1987. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE, Recife, 1987.

_____. Tempos de Casa-Grande (1930-1940). 1995. 251 f. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo.

SILVA, Solange. O Signo Amordaçado. 1994. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - PUC-SP, São Paulo, 1994.

Publicações

Periódicos

Jornais Consultados

Cojornal. Rio de Janeiro, 1977.
(Arquivo Nacional – Brasília)

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1966.
(Biblioteca do Congresso – Brasília)

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 1968.
(Biblioteca do Ministério da Educação – Brasília)

Diário Oficial da União (DOU). Brasília, 1964-1978
(Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco - Recife)

Diário de Pernambuco. Recife, 2001, 2002.
(Assinatura Pessoal)

Folha de São Paulo. São Paulo, 1970, 1977, 2002.
(Biblioteca do Congresso – Brasília)

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1966, 1998.
(Biblioteca do Congresso – Brasília)

Jornal do Commercio. Recife, 1966.
(Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco)

O Estado de Minas. Belo Horizonte, 1974.
(Arquivo Nacional – Brasília)

O Estado de São Paulo. São Paulo, 1975, 1979, 1980, 1993.
(Biblioteca do Congresso – Brasília)

Artigos de Jornais

ADIDO MILITAR da França no Brasil. Diário de Pernambuco, Recife, 15 jun 2001, B. p.6.

AS BANDEIRAS do Feminismo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 maio 1998. Caderno B Especial, p. 9.

CENSURA e Critérios Fundamentais. O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 jul 1975.

COMO Funciona a Censura no Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 dez. 1985.

EDITORIAL. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 17 abr. 1966.

EDITORIAL. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 jan. 1966.

EMANUELLE. Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 dez. 1974.

ENTREVISTA General Bandeira. Folha de São Paulo, São Paulo 02 nov. 1997.

FALCÃO Justifica a Censura. O Estado de São Paulo, São Paulo. 14 mar 1979.

FRANÇA, J. Quando Jovens nos EUA Aprenderam a Dizer Não! Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 maio 1998. Caderno B Especial, p. 8.

GABEIRA, F. Sessenta o Quê, Cara Pálida? Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 03 maio 1998. Caderno B Especial, p. 5.

IMPRENSA e Liberdade Relativa. Cojornal, Rio de Janeiro, ago. 1977. p. 28

JORNALISTAS Lançam Protesto. Jornal do Commercio, Recife, 30 dez 1966.

MARETTI, E. Mais de 500 livros foram proibidos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 dez. 1993. Caderno D p. 6.

MORRE Cassandra Rios. Diário de Pernambuco, Recife, 09 mar 2002. Caderno A. p.11

NO Dia da Imprensa: Censura Prévia. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 maio 1970.

NOVA Ordem Cultural. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 22 dez. 1968.

PROFESSORES Fazem Manifesto contra Censura de Livros. Folha de São Paulo, São Paulo, 04 jun. 1977.

REAL Mesa Censória. O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 fev 1970.

REPULSA à Lei de Imprensa. Jornal do Commercio, Recife, 30 dez. 1966.

VENTURA, Z. Os Sonhos que não Envelheceram. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 maio 1998. Caderno B Especial, p. 4.

VERSIANI, M. Censura Brasileira: Uma Força mais Poderosa que a Constituição. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 maio 1980.

WAIZBORT, L. O Enigma de Machado. Folha de São Paulo, São Paulo, 09 mar 2002. Caderno Especial.

ZAPPA, R. ; SOTO, E. O Ano Radical 68. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 maio 1998. Caderno B Especial, p. 01.

Revistas Consultadas

Revista do Tribunal Federal de Recursos. Brasília, 1988.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, 1978, 1979.
(Biblioteca do Congresso- Brasília)

República. São Paulo, 2002.
(Aquisição Particular)

Cultura. Brasília, 1967.
(Biblioteca do Ministério da Educação – Brasília)

Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1989, 1992.
(Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco – Recife)

Revista Arquivos. Brasília, 1972, 1985.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. São Paulo, 1994/95, 1997/98.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Época. Rio de Janeiro, 1998.
(Aquisição Particular)

Revista Forense. [s. l.], 1984.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Revista de Direito Público. São Paulo, 1978.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Veja. São Paulo, 2001.
(Assinatura Pessoal)

Comunicação e Política. Rio de Janeiro, 1983.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)
Revista da Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 1991.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Universitas. Brasília, 1980.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965, 1966.
(Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco – Recife)

Estudos Avançados. São Paulo, 1999.
(Biblioteca do Congresso - Brasília)

Cultura (CFC). Brasília, 1967-1970.
(Biblioteca do Ministério da Educação – Brasília)

Revista de Cultura Brasileira (CFC). Brasília, 1969-1974.
(Biblioteca do Ministério da Educação – Brasília)

Cultura (MEC). Brasília, 1971.
(Biblioteca do Ministério da Educação – Brasília)

Revista do Livro (INL). Brasília, 1967-1970.
(Biblioteca do Ministério da Educação – Brasília)

Artigos de Revistas

ABRAMO, Perseu. Sistema de Censura do Sistema. Revista de Cultura Contemporânea, São Paulo, v.1, n.1, p. 64-68, jul. 1978.

BOURDIEU, P. Entrevista. República, São Paulo, v.6, n.64, p.48-52, fev. 2002.

CASTELO BRANCO, H. Presidente. Discurso Cultural, Brasília, n. 1, p. 1-2, jul. 1967.

CENSURA e a Jurisprudência do TEFR. Revista do Tribunal Federal de Recursos. Brasília, p. 71-331, 1988.

DARNTON, R. O Significado Cultural da Censura. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 18, fev. 1992.

FAORO, Raymundo. Liberdade de Imprensa: Considerações Históricas Sobre um Tema Atual. Revista de Cultura Contemporânea, v.1, n. 2, p. 89-93, jan. 1979.

FRANCO, R. Política e Cultura no Brasil: 1969-1979. Perspectiva: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17/18, p. 59-74, 1994/95.

FRANCO, R. Censura e Modernização Cultural à Época da Ditadura. Perspectiva: Revista de Ciências Sociais, v. 20/21, p. 77-92, 1997/98.

HORA de Pendurar as Tesouras. Época, Rio de Janeiro, 78-79, jun. 1998.

LUNA, Everardo da Cunha. A Arte e o Obsceno. Revista Forense, v. 80, n. 285, p. 503-505, jan./mar. 1984.

MARINHO, Josaphat. Inconstitucionalidade de Decreto-Lei sobre Censura Prévia. Revista de Direito Público, São Paulo, v. 13, p. 109-113. 1978.

MICELI, S. Entrevista. Veja, São Paulo, p. 11, jul. 2001.

MANDADO DE SEGURANÇA Impetrado pela Editora, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 4, p. 412, 1966.

OLIVEIRA, José Manuel P. de. A Censura no Portugal de Salazar: do "exame prévio" "à censura oculta". Comunicação e Política. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-101, jun./set. 1983.

PACHECO, A. M. Censura: Conceito Histórico e Legislação. Universitas. Brasília, n. 3, p. 5-45, nov. 1980.

PALESTRA do Ministro. Revista Arquivos. Brasília, n. 124, p. 11-18, 1972.

SEELAENDER, A.C.L. Surgimento da Idéia de Liberdades Essenciais Relativas à Informação: A "Areopagítica de Milton", Revista da Faculdade de Direito da USP, São Paulo, v. 86, p. 191-211, 1991.

SOARES, G. A. D. A Censura durante o regime autoritário. Revista Brasileira de Ciência, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10. p. 21-42, jun. 1989.

SODRÉ, N. W. História da História Nova II. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 4, p. 71-84, set. 1965.

TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. Estudos Avançados. São Paulo. v. 13, n. 37, p. 125-154, 1999.

TERRORISMO Cultural. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 1, mar. 1965.

LIVROS

ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, M. H. M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDRADE, J. Um Jornal Assassinado. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

AQUINO, Maria Aparecida. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, P. C. de. Eu Não Sou Cachorro Não: Música Popular Cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record 2002.

ARENDT, H. Crises da República. São Paulo: Perspectiva, 1973.

AZEVEDO, Cândido de. Mutiladas e Proibidas: Para a História da Censura Literatura em Portugal nos Tempos do Estado novo. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

_____. A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa – Teatro – Cinema – Televisão e Radiodifusão – Livro. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

BALANDIER, G. A Desordem: Elogio do Movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1997.

BARROSO, L. R. Temas de Direito Constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BETHENCOURT, F. História das Inquisições. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOBBIO, N. Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BROSSARD, Paulo. A Censura Prévia e a Liberdade de Imprensa: Discurso Proferido na sessão de 13 de maio de 1970. Brasília: Câmara dos Deputados, 1970, Separata.

CAPALDI, Nicholas. Da Liberdade de Expressão: Uma Antologia de Stuart Mill a Marcuse. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DEOPS e as Minorias Silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

_____. Minorias Silenciosas. In: Colóquio sobre Direitos Humanistas no limiar do século XXI. Programa. São Paulo: USP, 1997.

COELHO, T. O Que é Indústria Cultural? São Paulo: Brasiliense, 1998.

COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

COSTELLA, Antônio F. O Controle da Informação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1970.

COUTO, Ronaldo Costa. História Indiscreta da ditadura e da Abertura: Brasil 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DARNTON, R. Boemia Literária e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

_____. Edição e Sedição. O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Os Best Sellers da França Revolucionária. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DELLA SOPPA, E. Ao Inimigo nem Justiça. São Paulo: HUCITEC, 1999.

DEL PRIORE, M e Venancio, R. O Livro de Ouro da História do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DREIFUSS, R. A. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Coriolano de L. C. Censura e Liberdade de Expressão. São Paulo: Edital, [1975].

FEIJÓ, M. C. O Que é Política Cultural? São Paulo: Brasiliense, 1992.

FIDELIS, Guido. Lei de Segurança Nacional e Censura: Comentários. São Paulo: Sugestões Literárias, 1979.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. Microfísica do Poder. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lei de Segurança Nacional: Uma experiência Antidemocrática. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabus Editor, 1980.

FREUD, S. O Inconsciente, os Sonhos e a Vida Pulsional. Lisboa: Europa-América, 1985.

GARCIA, N. J. Sadismo, Sedução e Silêncio. São Paulo: Loyola, 1990.

GASPARI, E. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GASPARI, E; Ventura, Z. Hollanda H. B. D. 70/80 Cultura em Trânsito: Da Repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- HALLEWEL, Laurence. O Livro no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- HOBSBAWN, E. A Era dos Extremos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- HUGGINS, Martha K. Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998. 292 p.
- HUNT, L. (org). A Invenção da Pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade. São Paulo: Hedra, 1999.
- IGLESIAS, Francisco. A História e Ideologia. São Paulo: Perspectiva, 1981. 299 p.
- INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. 1937-1987: 50 Anos de Publicações. Brasília: INL, 1987.
- _____. Catálogo Comentado das Publicações do INL, 1981. Brasília: INL, 1985.
- _____. Catálogo das Publicações do INL, 1939-1973. Brasília, INL, 1979.
- _____. Catálogo do INL, 1974-1978. Brasília: INL, 1979.
- _____. Relatório de Atividades, 1974-1984. Brasília: INL, 1984.
- JORGE, F. A Academia do Fardão e da Confusão. São Paulo: Geração Editorial, 1999.
- KHEDE, S. S. Censores de Pincenê e Gravata. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. Problemas de Direito Público e Outros Problemas. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.
- MACIEL, Ayrton. A História Secreta: Prontuários do DOPS. Recife: Bagaço, 2000. 164 p.
- MARCONI, Paolo. A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978). São Paulo: Global Editora, 1980. 312 p.
- MARIANI, Bethânia. O PCB e a Imprensa. Rio de Janeiro: Revan, 1998. 256 p.
- MEDINA, Cremilda. O Jornalismo na Nova República. São Paulo: Summus, 1987.
- MERCADANTE, P. A. Consciência Conservadora no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 244 p.
- MICELI, Sergio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984. 240 p.

MILTON, John. Aeropagítica: Discurso pela Liberdade de Imprensa do Parlamento da Inglaterra – 1644. Rio de Janeiro: Topbook, 1999, 214 p.

MOMENTOS do Livro no Brasil. São Paulo: SNEL, 1996.

MORAES, E. P. O Que é Pornografia? São Paulo: Brasiliense, 1985.

NOBRE, Freitas. Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOVINSKY, A. A Inquisição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, J. et al. A Política do Livro Didático. São Paulo: Summus, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. "Nossos Comerciais, Por Favor!: a televisão Brasileira e a Escola Superior de guerra: O Caso Flávio Cavalcanti. São Paulo: Beca, 2001.

ORLANDI, E. Interpretação. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, O. O Que é Moral? São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO, P. O Que é Família? São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRÍNCIPE, C. Os Segredos da Censura. 3. ed. Lisboa, 1994.

PROSS, H. Estructura Simbolica Del Poder. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

REBELLO, G. A Guerrilha de Caparaó. São Paulo, 1977.

SERBIN, K. P. Diálogos na Sombra: Bispos e Militares; Tortura e Justiça Social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 566 p.

SILVA, G. do Couto e. Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Deonísio. Nos Bastidores da Censura: Sexualidade, Literatura e Repressão Pós-64. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SIMÕES, Inimá. Roteiro da Intolerância: A Censura Cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 1999. 263 p.

SOMBRA, L. H. DFSP: Ruptura ou Permanência. In: DOPS: A Lógica da Desconfiança. Rio de Janeiro: APE, 1993.

TOLEDO, C. N. ISEB: Fábrica de Ideologia. Campinas: UNICAMP, 1997.

VENTURA, Z. 1968: O Ano que não Terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Luiz Renato. Consagrados e Malditos: Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

APÊNDICE A
LISTA DE LIVROS PROIBIDOS
PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1964-1979)

LISTA DE LIVROS PROIBIDOS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1964-1979)

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
1	A.H. Chapman	Adaptação Sexual Perfeita	Nova Época	1975	DL 1077
2	Abraham Gailen	Estratégia de la guerrilla urbana		1970	DL 898/69
3	Adelaide Carraro	A verdadeira estória de um assassino		1975	DL 1077
4	Adelaide Carraro	Carniça		1976	DL 1077
5	Adelaide Carraro	De prostituta a primeira dama	L. Oren	1976	DL 1077
6	Adelaide Carraro	Escuridão e podridão		1965	DL 1077
7	Adelaide Carraro	Falência das Elites		1978	DL 1077
8	Adelaide Carraro	Mulher Livre		1977	DL 1077
9	Adelaide Carraro	O castrado	L. Oren	1977	DL 1077
10	Adelaide Carraro	O comitê		1978	DL 1077
11	Adelaide Carraro	Os amantes		1976	DL 1077
12	Adelaide Carraro	Os padres também amam		1976	DL 1077
13	Adelaide Carraro	Podridão	L. Oren	1976	DL 1077
14	Adelaide Carraro	Sexo em troca de fama		1971	DL 898/69
15	Adelaide Carraro	Submundo da sociedade		1976	DL 1077
16	Adolf Hitler	Mein Kampf		1976	DL 1077
17	Aginaldo Silva	Dez histórias imorais	Record	1976	DL 1077
18	Al. Treba	As aventureiras		1976	DL 1077
19	Al. Treba	Ele não brincava com o amor		1975	DL 1077
20	Al. Treba	Férias em Mar del Plata		1975	DL 1077
21	Al. Treba	Flores para o Dr. Oscar	L. Oren	1976	DL 1077
22	Al. Treba	Mistério de uma doutora		1975	DL 1077
23	Al. Treba	O palácio das ninfas		1976	DL 1077
24	Albert de Routsie	Irene		1975	DL 1077
25	Alex Comfort	Os Prazeres do Sexo	Artenova	1977	DL 1077
26	Alex Confort	Mais prazeres do Sexo		1977	DL 1077
27	Alex Polari	Meu companheiro querido			
28	Alexandre Cabral	Um português em Cuba			
29	Alfred Musset	Duas noites de paixão	Sérgio Guimarães		
30	Alice Amew	A mulher sem fronteiras			
31	Álvaro Cunhal	Rumo à vitória		1971	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
32	Andrew Laird	Abey Opens Up	Noblet*	1974	DL 1077
33	Anny Lover	Teatro dos prazeres	Lampião	1978	DL 1077
34	Anny Lower	Linka, A mestra do sexo	Lampião	1979	DL 1077
35	Anônimo	A casa dos sexos			
36	Antonio Galvão N. Novaes	Pavana p/ um Macaco defunto	SNT	1970	D 20493/46
37	Arthur José Poerner	O poder jovem	SNT	1970	DL 898/69
38	Barbara Brooks	Só nós duas	Aquarius		
39	Baron de Gloeden	Taormina: début de siècle	Editions du Chene	1977	DL 1077
40	Belinho	A gíria sensual	Luzeiro	1975	DL 1077
41	Ben Doughty	Reckless flesh	Noblet	1974	DL 1077
42	Bernardo Elias Lahdo	Vícios, tuberculose e sexo	L. Oren	1975	DL 1077
43	Bernardo Elias Lane	Sexo impetuoso			
44	Bertha Herzfeld	Die Liebeschude			
45	Brasigóis Felício	Diário de André	Oriente	1975	DL 1077
46	Brigitte Bijou	A chinesinha		1970	DL 1077
47	Brigitte Bijou	A garota cobiçada	Movedi	1978	DL 1077
48	Brigitte Bijou	A inocente	Montanha	1975	DL 1077
49	Brigitte Bijou	A Tarde??	Terra	1968	DL 1077
50	Brigitte Bijou	Amor a Três	Dis- Livro		
51	Brigitte Bijou	Caminhos Eróticos	Arelux	1978	DL 1077
52	Brigitte Bijou	Chinezinha Erótica	Líder	1975	DL 1077
53	Brigitte Bijou	Clube dos prazeres	Panamericana	1978	DL 1077
54	Brigitte Bijou	Duelo entre duas mulheres	L'Oren	1975	DL 1077
55	Brigitte Bijou	Em busca das aventuras	L'Oren	1976	DL 1077
56	Brigitte Bijou	Garotas em apuros	Gótica	1978	DL 1077
57	Brigitte Bijou	n Viagem do Êxtase	Arelux	1978	DL 1077
58	Brigitte Bijou	Na voragem do êxtase	Arelux		
59	Brigitte Bijou	O padre fógoso de Boulange	L. Oren	1976	DL 1077
60	Brigitte Bijou	Play sex	Panamericana	1978	
61	Brigitte Bijou	Prazer sem pecado	Arelux	1978	DL 1077
62	Brigitte Bijou	Tentação Sexual	Panamericana	1979	DL 1077
63	Brigitte Bijou	Vamos Querida		1977	DL 1077
64	C. C. Banyon	Hot pursuit	Noblet	1974	DL 1077
65	C. von Seyffertiz	Psychiatrists tales	Casa do Livro	1975	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORIA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
66	Caio Prado Jr.	A revolução brasileira	Brasiliense	1967	D20493/46
67	Caio Prado Jr.	O mundo do socialismo	Brasiliense	1967	D20493/46
68	Calder Willingham	A Forasteira	Nova Época	1977	DL 1077
69	Camille La Femme	Ahmm...	Lampício	1979	DL 1077
70	Camille La Femme	Copa Mundial do Sexo	Lampião	1979	DL 1077
71	Cassandra Rios	A borboleta branca	Mundo Musical	1976	DL 1077
72	Cassandra Rios	A breve história de Fábria	Mundo Musical	1976	DL 1077
73	Cassandra Rios	A Paranóia	Global	1978	DL 1077
74	Cassandra Rios	A sarjeta	Mundo Musical	1976	DL 1077
75	Cassandra Rios	As serpentes e a flor			
76	Cassandra Rios	As traças	Mundo Musical	1975	DL 1077
77	Cassandra Rios	Copacabana posto seis	Mundo Musical	1975	DL 1077
78	Cassandra Rios	Georgette	Mundo Musical	1976	DL 1077
79	Cassandra Rios	Macaria			
80	Cassandra Rios	Marcella	Record	1975	DL 1077
81	Cassandra Rios	Nicoleta Ninfeta	Record	1976	DL 1077
82	Cassandra Rios	Tara			
83	Cassandra Rios	Tessa, a gata	Mundo Musical	1976	DL 1077
84	Cassandra Rios	Uma mulher diferente	Mundo Musical	1975	DL 1077
85	Cassandra Rios	Veneno	Record	1976	DL 1077
86	Cassandra Rios	Volúpia do pecado	Mundo Musical	1976	DL 1077
87	Catherine Remoir	Minha vida íntima	Luzeiro	1976	DL 1077
88	Cawlyn Colby	Deliciosas Loucuras em Monte Carlo	Diana	1979	DL 1077
89	Charles W. Runyon	A possuída	Nova Época	1975	DL 1077
90	Chris Harrison	I confess	Noblet	1974	DL 1077
91	Chris Harrison	O gíglô	Americana	1975	DL 1077
92	Christopher Palmer	A hora do amor	Artenova	1975	DL 1077
93	Christopher Palmer	A hora inesperada		1975	DL 1077
94	Christopher Palmer	Amor sem Limite		1971	DL 1077
95	Christopher Palmer	Ela	Artenova	1975	DL 1077
96	Christopher Palmer	Ele	Artenova	1975	DL 1077
97	Christopher Palmer	Nós	Artenova	1975	DL 1077
98	Claude Rank	Train de Nuit pour Fortaleza	Artenova	1976	DL 1077
99	Cláudio Marques	O Despertador	Editions Fleuve Noir	1972	DL 898/69

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
100	Claudio Quarantolito	Tutti Fascist	Il Borguese	1976	
101	Claudio Alencar	O cabo e a normalista		1976	DL 1077
102	Comendador Napoleão	Humor negro em terceira dimensão			
103	D. M. Perkins	Um caso de sexo especial	Nova Época	1975	DL 1077
104	D.M. Perkins	Novas aventuras de Linda Lovelace	Nova Época	1978	DL 1077
105	Dalton Trevisan	Mister Curitiba: conto	Três		
106	Dan Abelow	Total Sex	Sucessos Publicações	1977	DL 1077
107	Danielle Jobbert	Rainha do strip-tease	Panamericana	1978	DL 1077
108	Darcy Ribeiro	A universidade necessária			
109	David Saramon	Sexo e amor			
110	Denise Taylor	Bolero Sensual	Panamericana	1978	DL 1077
111	Deonísio da Silva	"Reflexões de dois amigos": conto			
112	Dert Phelan	A degrading affair	Noblet	1974	DL 1077
113	Dick Trent	Everybody does it	Casa do Livro	1975	DL 1077
114	Diderot	Diário de uma freira			
115	Diderot Freitas	Copacabana em trajes íntimos		1971	DL 1077
116	Don Elcord	Neighborhood	Noblet	1974	DL 1077
117	Donald E. Westlake	A vida secreta de um homem sensual		1976	DL 1077
118	Dorothy Anén	A Virgem de Jade		1979	DL 1077
119	Dr. David Reuben	Como aumentar a satisfação sexual			
120	Dr. G. Pop	A Coisa Incrível	L. Oren	1977	DL 1077
121	Dr. G. Pop	A filha de ninguém	L. Oren	1975	DL 1077
122	Dr. G. Pop	A Menina Cor de Rosa	L. Oren	1977	DL 1077
123	Dr. G. Pop	A vida amorosa de um médico	L. Oren	1977	DL 1077
124	Dr. G. Pop	A vida e o sexo	L. Oren	1976	DL 1077
125	Dr. G. Pop	As bruxas estão soltas			
126	Dr. G. Pop	As coisas amargas da doce vida			
127	Dr. G. Pop	As lágrimas das virgens	L. Oren	1975	DL 1077
128	Dr. G. Pop	As trigêmeas	L. Oren	1976	DL 1077
129	Dr. G. Pop	Astúcia Sexual	L. Oren	1978	DL 1077
130	Dr. G. Pop	Cidinha, a incansável	L. Oren	1975	DL 1077
131	Dr. G. Pop	Contrabandistas de escravas	L. Oren	1975	DL 1077
132	Dr. G. Pop	Duas flores do sexo	Gorrión	1975	DL 1077
133	Dr. G. Pop	Gina à procura de Kukla		1975	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORIA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
134	Dr. G. Pop	Graciela amava e... matava	L. Oren	1976	DL 1077
135	Dr. G. Pop	Horas tardias	L. Oren	1978	DL 1077
136	Dr. G. Pop	Kukla, a boneca			
137	Dr. G. Pop	Loira vestida de branco		1978	DL 1077
138	Dr. G. Pop	O homem que desafiou o diabo	L. Oren	1975	DL 1077
139	Dr. G. Pop	O louco	L. Oren	1978	DL 1077
140	Dr. G. Pop	Quando o diabo se diverte			
141	Dr. G. Pop	Sensação em Portugal	L. Oren	1977	DL 1077
142	Dr. Helmut Fichter	Seja feliz na vida sexual	Edições Sociais	1975	DL 1077
143	Dr. Helmut Fichter	Técnicas amorosas			
144	E. Rimbaud	Os fornecedores do vício	Nova Época	1978	DL 1077
145	Eberhard e Phyllis Kronhausen	L'Art érotique	Artistes	1976	DL 1077
146	Eduardo Galeano	Vagamundo			
147	Edward Thorne	As garotas que dizem sim	Artenova	1975	DL 1077
148	Edward W. Richardson	Cartas Eróticas de Edward	Luzeiro	1977	DL 1077
149	Emanuelle Arsan	Emanuelle, a Anti-Virgem	Artenova	1975	DL 1077
150	Emanuelle Arsan	Emmanuelle, a virgem	Artenova	1975	DL 1077
151	Emmanuelle Arsan	Emmanuelle			
152	Emmanuelle Arsan	Novelas da Erosfera	Artenova	1975	DL 1077
153	Enerald Evans	Sugar	Noblet	1974	DL 1077
154	Enerald Evans	When she was bad	Noblet	1974	DL 1077
155	Epharam Lord	Câmara cuties	Noblet	1974	DL 1077
156	Ernesto Che Guevara	Nossa luta em Sierra Maestra	Saga	1970	DL 898/69
157	Ernesto Che Guevara	Socialismo y el hombre em Cuba		1970	DL 898/69
158	Euclides Carneiro da Silva	Eu, Margô	Artenova	1975	DL 1077
159	Eurico Felix	Swing - Sexo sem Segredo	Top-Livros	1979	DL 1077
160	Ezequiel M. Strada	Mi experiência cubana		1970	DL 898/69
161	F. Lamont	Delírio Sensual		1979	DL 1077
162	F. Lamont	Fraqueza da carne	Gótica	1978	DL 1077
163	F. W. Paul	Vampiras do sexo	Mundo Musical	1976	DL 1077
164	F.W. Paul	O garanhão da cosa nostra	Mundo Musical	1976	DL 1077
165	Faure Barran Laurent	Os comunistas e o desporto			
166	Felisbela da Silva	Essas virgens de hoje	L. Oren	1976	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORIA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
167	Felisbello da Silva	Explosão sexual	L. Oren	1976	DL 1077
168	Felisberto da Silva	Liberdades sexuais		1975	DL 1077
169	Fernando Henrique Cardoso	Autoritarismo e democratização	Paz e Terra	1975	
170	Fernando Menezes da Silva	A grande comédia	L. Oren	1976	DL 1077
171	Fidel Castro e outros	A Aventura Boliviana: Che Guevara			
172	Fletcher Hill	Sweet Lips	Noblet	1974	DL 1077
173	Francis Hgaerre	Armadiha Erótica	Gótica	1978	DL 1077
174	Francis Hgaerre	Confissões de uma Estudante	Gótica	1979	DL 1077
175	Francis Hgaerre	Trio Sensual	Dis-Livros	1979	DL 1077
176	Francis Hagalrre	As Levianas	Gótica	1979	DL 1077
177	Francis Miler	Simplemente amor			
178	Francis Miller	As duas amantes	Hemus	1975	DL 1077
179	Francis Miller	Companheiras Noturnas	L. Oren	1975	DL 1077
180	François Chatelet	Logos e práxis	Paz e Terra		
181	Frantz Fanon	O condenados da terra	Civilização Brasileira	1970	DL 898/69
182	Frantz Fanon	Sociologia de uma revolução		1975	Lei 5220
183	Frederick Starr	Come again (Goze de novo)	Noblet	1974	DL 1077
184	Frederico Oisberg	Amores Insaciáveis de uma Estrela	Nova Época	1975	DL 1077
185	Gabrielle Manson	Liselle, Massagista para Cavalheiros	Panamericana	1978	DL 1077
186	Gabrielle Manson	Massagista para cavalheiros	Panamericana		
187	Giani Sofri	O modo de produção asiático			
188	Gil Johns	Sheila's sin	Noblet	1974	DL 1077
189	Grant Tracy Saxon	Xaviera masculino	Nova Época	1978	DL 1077
190	Guilherme Figueiredo	Maria da ponte: peça			
191	Gwen Whinter	A herança de Dena			
192	Harold Robbins	O machão	Aquários	1978	DL 1077
193	Hector Bejar	Apuntes sobre uma experiência Guerrilera	Record	1975	DL 1077
194	Helio Miranda de Abreu	Os classificados do sexo		1970	DL 898/69
195	Helmut Fichter	Seja Feliz na Vida Sexual	Cedibra	1979	DL 1077
196	Henrique Medina	As tumbas	Edições Sociais	1975	DL 1077
197	Henry Kane	O Violador	Brasiliense	1975	DL 1077
198	Henry Miller	Dias de Clichy e uma Noite em New Haven	Nova Época	1977	DL 1077
199	Henry Miller	O mundo do sexo	Americana	1975	DL 1077
200	Henry Miller	Sexus	Americana	1976	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
201	Henry Miller	Uma noite em New Haven			
202	Henry Spencer	Minha vida, meus amores	Hemus	1969	DL 1077
203	Henry Spencer	Um homem irresistível			
204	Herbert Hauser	Tagebuch Einer Modernen...	Noblet	1974	DL 1077
205	Herman Miller	O mundo erótico de Isadora Duncan	Denel	1970	DL 1077
206	Hernani Irajá	Confissões de um conquistador de criadas	Americana	1975	DL 1077
207	Hoang Van Thal	Guerras de guerrilhas em Vietnam		1970	DL 898/69
208	Humphrey A. Slone	Humpy's nudist camp	Casa do Livro	1975	DL 1077
209	Ian Lederer	Imitation to sin	Noblet	1974	DL 1077
210	Ignácio de Loyola Brandão	Zero: romance pré-histórico* (2ª ed.) * A 1ª edição em português, em 1975 virou best-sellers	Brasília	1976	
211	Ignácio Piter	O carvoeiro	L. Oren	1975	DL 1077
212	Irany C. Rezende	Última Besta	Moça	1978	
213	Istvan Shwenda & Thomas Leuchner	The Pictorial Guide to Sexual Intercourse	Pent-R Book	1977	DL 1077
214	Ivonit Karystyse	Amado Amante			
215	Ivonit Karystyse	Amor e Sexo	Rodolivos	1975	DL 1077
216	Ivonit Karystyse	Emoção Sexual	Editorial Phoenix	1978	DL 1077
217	Ivonit Karystyse	Sexo em Conflito	Phoenix	1978	DL 1077
218	Ivonit Karystyse	Sexo Proibido	Editorial Phoenix	1978	DL 1077
219	Ivonit Karystyse	Uma para cada gosto	Editorial Phoenix	1978	DL 1077
220	J. A. Guilhon de Albuquerque	Classes Médias e política no Brasil			
221	J. Álvaro Moisés e outros	Contradições urbanas e movimentos sociais			
222	J. Casanova de Seingalt	As memórias de casanova	Hemus	1976	DL 1077
223	J. Casanova de Seingalt	O diário íntimo de casanova	Hemus	1976	DL 1077
224	J. Mello	Sem retoque: a vida íntima de um jovem universitário	L. Oren	1975	DL 1077
225	J. Moura e J. Sutherland	Com carinho e amor			
226	J.A. Guilhon de Albuquerque	Movimento estudantil e consciência social na América Latina			
227	Jack Darck	The titlators	Casa do Livro	1975	DL 1077
228	Jack Gordon	Mares da perdição	Aquários	1978	DL 1077
229	Jack Vaste	Carnal Cousins	Noblet	1974	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
230	Jackie Collins	Vendetta do Sexo	Record**	1975	DL 1077
231	James Garan	O Amante Insaciável	Montanha	1975	DL 1077
232	James O' Connor	U.S.A.: a crise do Estado capitalista			
233	Jan Myrdal	Uma Aldeia da China Popular			
234	Janice Blair	Novas confissões íntimas de Paulette, a aromoça	Panamericana	1970	DL 898/69
235	Jay D. Matcalle	Três Gatos e uma cama	Lampião	1979	DL 1077
236	Jay Greene	Cruise ship	Midwood Book	1974	DL 1077
237	Jay Greene	The colonel's boy	Noblet	1974	DL 1077
238	Jean Charles Chapelle	Fêmeas de Luxo	Lider	1975	DL 1077
239	Jean Fleubert	Sexo, delírios e tormentos	Luzeiro	1976	DL 1077
240	Jean Garret	A Ilha do Desejo	Mek	1975	DL 1077
241	Jean Michon	Das Lust Duett	Noblet	1974	DL 1077
242	Jeanette Sinclair	O primo Charlie	Sucessos Literários	1979	DL 1077
243	Jeff Jones	Grab your joystick	Casa do Livro	1975	DL 1077
244	Jeffrey N. Hudson	Make me	Casa do Livro	1975	DL 1077
245	Jennifer Silbs	Os Garotos da Massagista	Global	1977	DL 1077
246	Jennifer Sills	As massagistas	Global	1976	DL 1077
247	Jennifer Sills	As novas aventuras das massagistas	Global	1976	DL 1077
248	Jhan Robbins	Anatomia de uma Prostituta			
249	Joan Garrity	A mulher sensual	Artenova	1971	DL 1077
250	João Carlos C. Teixeira	Poesis			
251	João Francisco de Lima	Angélica das Madrugadas	L. Oren	1975	DL 1077
252	João Francisco de Lima	Carne e Sangue		1971	DL 1077
253	João Francisco de Lima	Meus amores secretos	L. Oren	1976	DL 1077
254	João Francisco de Lima	O eterno sexo		1976	DL 1077
255	João Francisco de Lima	O galante mister John	L. Oren	1976	DL 1077
256	João Francisco de Lima	O gavião do asfalto	L. Oren	1976	DL 1077
257	João Francisco de Lima	Sexo e boêmia	L. Oren	1976	DL 1077
258	John Bell	Kevin's big number	nOBLET	1974	DL 1077
259	John C. Douglas	Hot and tough	Noblet	1974	DL 1077
260	John Vermon	Teacher taught us	Mid Wood Book	1974	DL 1077
261	John Wallace	O homem, a mulher e a cama	Palmeiras	1975	DL 1077
262	José Aduato Cardoso	Devaneios de uma virgem	Mek	1975	DL 1077
263	José Ildenor Ferreira	Soninha Toda Pura	SNT***	1970	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
264	José Louzeiro	Araceli, Meu Amor	Civilização Brasileira	1975	DL 898/69
265	José Serra et al	América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica			
266	Joy Warren	A mulher erótica	Publicações ou Edições Sucessos Literários	1975	DL 1077
267	June Warren	Amado Amante Negro		1979	DL 1077
268	Kurt Ulrich Mirow	A ditadura dos cartéis	Civilização Brasileira	1977?	
269	L.R. O'Conner	Photographic Manual of sexual intercourse		1975	DL 1077
270	Lana Robbins	Emoção e Frenesi em Veneza		1979	DL 1077
271	Larry	Minha vida com Xaviera		1975	DL 1077
272	Larry Schwab e Karen Markham	Descubra seu Q.I. sexual		1975	DL 1077
273	Lawrence Lipton	A revolução erótica	IBRASA	1977	
274	Lazarento	Os sindicatos e a gestão de empresas			
275	Lee van Lee	A Amante de Kung Fu	Edrel	1975	DL 1077
276	Lee Van Lee	Na rota do sexo		1975	DL 1077
277	Lenine	A catástrofe iminente e os meios a conjurar			
278	Lenine	Citações de Lenine sobre a revolução proletária e a ditadura do proletariado			
279	Lenine	O esquerdismo, a doença infantil do comunismo			
280	Lenine	O imperialismo e a cisão do socialismo			
281	Lenine	Sobre a caricatura do Marxismo e o economicismo imperialista			
282	Leo Huberman e Paul H. Sweezy	Socialismo em Cuba		1970	DL 898/69
283	Leon Trotsky	La Internacional Comunista desde la muerte de Lenine	Materialies Sociales	1975	LEI 5250/67
284	Leopold Lowenzahan	Strand party	Noblet	1974	DL 1077
285	Lévi-Strauss	Estruturalismo			
286	Lili Lamont	Sou Lilly, atriz de cinema	Panamericana	1978	DL 1077
287	Lima Miranda	Teribre, o místico do sexo		1976	DL 1077
288	Lita Lafond	Garotas Calientes		1978	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORIA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
289	Louis Althusser	La filosofía como arma de la revolución instaura inquérito contra Folhetim Editora, responsável pela distribuição e venda no Brasil	Siglo XXI	1975	LEI 5250/67
290	Louis Althusser	Marxismo			
291	Luiz Barreiros	Novas páginas eróticas	Líder	1975	DL 1077
292	Luiz Barreiros	Páginas eróticas	Edrel	1975	DL 1077
293	Luiz Barreiros	Saigon, meu amor	Edrel	1975	DL 1077
294	Luiz Fernando Emediato	Rebelião dos mortos*		1978	
		* Proibido após ter ganho um prêmio literário oficial um mês antes			
295	Luiz Maranhão Filho	A Farsa do Bode Expiatório	SNT	1970	Lei 5536/68
296	Ly Yu	Jou Fu Tuan, O Livro Erótico Chinês	Livros do Brasil	1977	DL 1077
297	M. Casey	As violentadas	Mek	1975	DL 1077
298	M. Casey	Possua-me e depois...	Mek	1975	DL 1077
299	M. Lopes	Meu nome é Marcelo	L. Oren	1975	
300	Madame Claude	Alô Sim...			
301	Manilo Conceghi e Ivan Boris	Solano López, o Napoleão do Prata			
302	Mao Tse Tung	Citações do presidente Mao Tse Tung		1970	DL 898/69
303	Mao Tse Tung	Obras escogidas		1970	DL 898/69
304	Marcel Gaye	Jogo do amor	T. Boschini	1970	DL 1077
305	Marcel Koppa	As sensuais	Hemus	1975	DL 1077
306	Márcia Fagundes Teixeira	Lenita e o Padre	Edrel	1975	DL 1077
307	Márcia Fagundes Varela	Dois corpos em delírio	L. Oren	1978	DL 1077
308	Márcia Fagundes Varela	Mulher pecado		1975	
309	Márcia Fagundes Varela	Noviça erótica	L. Oren	1976	DL 1077
310	Márcia Fagundes Varela	O preço de Marta	L. Oren	1975	DL 1077
311	Márcia Fagundes Varela	Sexo superconsumo	L. Oren	1975	DL 1077
312	Márcio Moreira Alves	O despertar da revolução brasileira	Abril	1976	
313	Márcio Moreira Alves	Torturas e torturados	Idade Nova	1967	DL 314/67
314	Maria Luhan	A Lupana de Luxo da Princesa Russa	Luhan	1979	DL 1077
315	Maria Luhan	As fascinadoras	Gótica	1979	DL 1077
316	Maria Luhan	Os prazeres de uma princesa russa	Gótica	1978	DL 1077
317	Maria Luhan	Sadismo e masoquismo da princesa russa	Gótica	1978	DL 1077
318	Maria Luhan	Resistência sexual	Gótica	1978	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
319	Marilyn Monray	Adelaide, uma enfermeira sensual	Cristal	1978	
320	Marilyn Monray	Cassandra	Sucessos Literários	1978	DL 1077
321	Marilyn Whitney	Cartas eróticas a Marilyn	Luzeiro	1975	DL 1077
322	Mário Souto Maior	Dicionário de palavrões e termos afins		1978	DL 1077
323	Mark Andrews	Massagistas para Executivos	Monterrey	1979	DL 1077
324	Mark Clements	Cedo para a cama	Kultus	1975	DL 1077
325	Marquês de Sade	Filosofia de Alcova ou escola de libertinagem	Coordenada	1969	Lei 5150/67
326	Mary Singl Eten	O pecado nos seus olhos	Aquarius	1976	DL 1077
327	Maurice Montier	As Insaciáveis de Pares	Diana	1979	DL 1077
328	Mauro Almeida	U.S.A.: civilização empacotada	Fulgor		
329	Maximo Jubilus	Um caso de duas			
330	Maxine Rabel	Sexo e morte em Paris: último tango em Paris	Edimax	1975	DL 1077
331	Meldutis Laupinaitis	Eu Acuso.... Genocídio Soviético	L'Oren	1976	DL 1077
332	Michael Adrian	Pick-up	Noblet	1974	DL 1077
333	Michael Adrian	Slup ship	Noblet	1974	
334	Michael Lamont	O cruzeiro dos amantes	Panamericana	1978	DL 1077
335	Michael Lory	Método dialético e teoria política			
336	Michel Lamont	A última noite de amor de um condenado	Panamericana	1978	
337	Miguel Urbano	Opções da revolução na América Latina		1970	DL898/69
338	Milène Demarst	Confissões de uma Estrela	Luzeiro	1977	DL 1077
339	Milène Demarst	Por trás das câmeras	Luzeiro	1977	
340	Mivhael Lamont	Machos e fêmeas	Panamericana	1978	DL 1077
341	Moisés David	MO: nova vida revolucionária		1979	
342	Moses David	Free Sex		1976	DL 1077
343	Movimento Comunista Internacional	La guerra popular en el Brasil		1970	DL898/69
344	Movimento Comunista Internacional	Revolución política del Partido Comunista en Colombia		1970	DL898/69
345	Mylene Demarst	O mundo pecaminoso em que vivi	Luzeiro	1975	DL 1077
346	Myène Demarst	Sexo para Principiantes	Luzeiro	1979	DL 1077
347	N. Campel	Meu amor o bode			
348	N. Camppell	A gatinha erótica	Mek	1975	DL 1077
349	N. Hughes Jonathan	Vôo erótico	Americana	1975	DL 1077
350	Nancy Fryday	Meu jardim secreto		1975	

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
351	Natalio Kisherman	Servicio social pueblo			
352	Nazareno Tourinho	Lei é lei e está acabado		1971	DL 1077
353	Nelson C. Cunha	Luíza a cigana sexual			
354	Nelson Werneck Sodré	História Militar do Brasil	Civilização Brasileira	1970	DL 898/69
355	Ngutan Giar	Lucha armada: fuerza armada		1970	DL 898/69
356	Nguyen Giap	Guerra Del pueblo: exercito del pueblo		1970	DL 898/69
357	Nicolas Behr	logurte com farinha			
358	Nicos Poulantzaz	A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha			
359	Norman Begner	Fazendo Amor	Artenova SNT	1975	DL 1077
360	Oduvaldo Viana	Papa Highirte		1970	D 20493/46
361	Oduvaldo Viana Filho	Rasga coração: teatro	Carioca L&PM	1975	DL 1077
362	Oliver Ruston	Os Degenerados da terra			
363	Olympio Mourão Filho	A verdade de um revolucionário		1971	DL 1077
364	Oscar Vieira Garcia	Elas o esperam		1979	DL 1077
365	P. I. Jones	Amores Frenéticos		1977	DL 1077
366	Pamela Lloyd	The Book of Pot	The Ridge Press Edrel	1976	DL 1077
367	Paul Ableman	A beleza mora com o sexo		1975	DL 1077
368	Paul Ableman	A Boca sensual	Artenova	1975	DL 1077
369	Paul Demougart	Paris, sexo, prazeres e crimes	Luzero	1975	DL 1077
370	Paul Harris	Férias no Havai	Publicações Sucessos Literários	1978	DL 1077
371	Pauline Reage	A História de O	José Álvaro	1970	DL 1077
372	Pedro Porfírio	Canteiro de obras			
373	Pedro Porfírio	O belo burguês			
374	Peggy Caddis	As excitadas			
375	Peter Khan	Volúpia Sensual	Colorado	1978	DL 1077
376	Peter Kulp	Wollust	Noblet	1974	DL 1077
377	Peter McCurtin	Escalada do prazer	Americana	1975	DL 1077
378	Philiipe Herzeg	A união popular e o domínio da economia			
379	Phillipe Sollers	La teoria revolucionaria	La Rosa Blindada	1975	LEI 5250/67
380	Pierre Maes	A concepção das superpotências			
381	Pierre Marchais	Louras ardentes			
382	Pierre Valinief	As carícias do casal			
383	Pierre Valinief	Guia das cariocas	A.C. Fernandes	1975	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
384	Pierry	As duas faces de uma secretária			
385	Plínio Marcos	Abajur Lilás	Global		
386	Plínio Marcos	Barrela:teatro			
387	Porno Vellen	Sex Auf Deisen	Noblet	1974	DL 1077
388	Preobrajensky Boukharine	ABC do Comunismo	Centelha	1975	
389	R. Bar Barva	Contos Eróticos	Royal	1974	DL 1077
390	R. Bar Barva	Inteirinha nua e sua	Luzeiro	1975	DL 1077
391	R. Bar Bava	Mulheres eróticas	Kultus	1975	DL 1077
392	R. Barnes	Amante Amada	Mek	1978	DL 1077
393	R. T. Larkin	Supermercado supermacho	Mundo Musical	1976	DL 1077
394	Raimundo Pereira Rodrigues	Espelho/Seminário			
395	Régis Debray	Revolução na revolução	Casa de Las Americas	1967	LEI 5250/67
396	Renato Tapajós	Em câmara lenta*	Alfa-Ômega	1977	DL 898/69
		*Foi liberado por A. Falcão em 1979, um dia antes de sua saída do Ministério.			
397	René Clair	Elas são de morte	Rodolivos	1976	DL 1077
398	René Clair	Sexo e prazer		1976	DL 1077
399	René D'Clair	Adoráveis Gatinhas	Rodolivos	1975	DL 1077
400	Rex Larson	Odd Ball	Casa do Livro	1975	DL 1077
401	Rex Schindler	Há muito não tenho relações com o leitão		1975	DL 1077
402	Rex Stewart	A última conquista de Don Juan	Panamericana		
403	Rezende Filho	O Túmulo	Livros do Mundo Inteiro	1973	DL 1077
404	Ricardo Ramirez	Autobiografia di una Guerrigla			
405	Ricardo Rojo	Meu amigo Che	Feltrinelli	1978	LEI 5250/67
406	Richard Hershey e Annie Berger	Do namoro à noite de núpcias	Civilização Brasileira Luzeiro	1970 1975	DL 898/69 DL 1077
407	Rigers Young ou Gisele Sorrel	Sexo em Alta Rotatividade	Samantha	1979	DL 1077
408	Riola Arriagada	Confidências íntimas			
409	Rita Reynolds	As massagistas de Tóquio	A.C. Fernandes	1975	DL 1077
410	Rob O'Neal	Miss Stuck Up	Panamericana	1978	DL 1077
411	Robert Chartham	As mulheres, o amor e o sexo	Noblet	1974	DL 1077
412	Robert Chartham	Guia para o amor sensual	Artenova	1976	DL 1077
			Artenova	1975	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
413	Robert Chartham	O que excita as mulheres	Artenova	1975	DL 1077
414	Robert Chartham	Sexo para jovens a adultos	Artenova	1975	DL 1077
415	Robert Gover	O quinteto sensual	Nova Época	1975	DL 1077
416	Robert Halley	O último tango em Paris	Civilizaçã Brasileira	1973	DL 1077
417	Robert Harket	The Picture book of sexual love		1975	DL 1077
418	Robert Moore	Sitting idol (Silken Idol)	Midwood Book	1974	DL 1077
419	Robert S. Ashley	Pussey in the Penthouse	Casa do Livro		
420	Robert Sisson	O gênio nacional da história do Brasil	Unidade	1972	DL 898/69
421	Robert Thompson	O médico sensual			
422	Roberto Freire	Quarto de empregada: teatro			
423	Robin Moore	Novas aventuras da aliciadora feliz	Nova Época	1974	DL 1077
424	Rock Allmen	O Don Juan da Segunda Avenida			
425	Rock Duggan	For Adult	Xavantes	1978	DL 1077
426	Rodolfo Quaresma Filho	Memórias de um verão castrado			
427	Roger St. Clair	Jeff's trade	Midwood Book	1974	DL 1077
428	Rommie James	As aventuras das secretárias	Global	1976	DL 1077
429	Ronald H. Chilcote	The Brazilian Communist Party	Oxford University	1977	LEI 5250/67
430	Rose Marie Muraro	A automação e o futuro do homem	Vozes	1975	DL 1077
431	Rose Marie Muraro	A mulher na construção do mundo futuro	Vozes	1975	
432	Roy Mills	Der Orgienkeller	Noblet	1974	DL 1077
433	Roy Thomas	Boca de Fogo	Ebex	1977	DL 1077
434	Roy Thomas	Doze mulheres e um andrógino	Ebex	1975	DL 1077
435	Roy Thomas	Posições amorosas	Healter Press	1975	DL 1077
436	Rubem Fonseca	"O cobrador":conto		1978	DL 1077
437	Rubem Fonseca	Feliz ano novo	Artenova	1976	DL 1077
438	Samuel Sutton	Doing daddy	Noblet	1974	DL 1077
439	Shere Hite	O Relatório Hite	Difel	1978	DL 1077
440	Silvana Dubois	Camila, Modista de Alta Costura	Guaíba	1979	DL 1077
441	Sonder Greco	House of pleasures	Casa do Livro	1975	DL 1077
442	Stela Moore	Lucille	Lopes	1979	DL 1077
443	Stephen Morrison	Peggy Getshers	Noblet	1974	DL 1077
444	Takoo Takagui	História de Kim il Sung			
445	Tangy e outros	Temas de Higiene e Saúde	Nacional	1978	
446	Thomas Cassidy	Meet Marilyn	Noblet	1974	DL 1077

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
447	Thomas Conrad	Blue love	Noblet	1974	DL 1077
448	Traduzido por A.M. Amerij	Ching Ping Mei (Flor de Ameixa no vaso de ouro)			
449	Traduzido por P. Skroski	Viva superestrela			
450	Trey Conway	Uma proposta indecorosa			
451	Unikelajeva Tereshova	O papel da mulher na sociedade: do problema feminino nos países socialistas			
452	Vários Autores	Contos Eróticos	Royal	1975	DL 1077
453	Vários autores	La Guerriglia in Italia	Feltrinelli	1978	LEI 5250/67
454	Veronica King	All Juiced Up		1974	DL 1077
455	Vicente Rovetta	El derecho a rebelarse		1970	DL 898/69
456	Vicky Morris	Paulette, aeromoça	Panamericana	1979	DL 1077
457	Vincent Church	Wild	Noblet	1974	DL 1077
458	Virginia Graham	A jóia do sexo	Nova Época	1975	DL 1077
459	Virginia Grey	Um office-boy das arábias	Panamericana	1978	DL 1077
460	Vivian Crawford	Férias amorosas	Panamericana	1978	DL 1077
461	Vlas Tenin	Noites de Moscou	Montanha	1976	DL 1077
462	Wardeel B. Pomeroy	Guia Sexual da Moça Moderna	Artenova	1975	DL 1077
463	Wedge Nels	Tóxico, sexo e mortes	Edição Clandestina	1975	DL 1077
464	Wesley Simon York	Amantes e Exorcistas	Artenova	1975	DL 1077
465	William Steig	Male female St.		1975	DL 1077
466	Wiston Graham	Marnie - Seus Vícios e Encantos	Hemus	1975	DL 1077
467	Xaviera Hollander	A aliciadora feliz	Nova Época	1973	DL 1077
468	Xaviera Hollander	A Selvagem Xaviera	Nova Época	1976	DL 1077
469	Xaviera Hollander	Cartas a Xaviera	Nova Época	1976	DL 1077
470	Yeira Laus	Strasse der Geilheit	Noblet	1974	DL 1077
471	Yuri Gletter	Mulheres Ardentes	Colorado	1977	DL 1077
472	Yuri Gletter	Prazer e Desejo		1977	DL 1077
473		A educação em Cuba	M. da Educação/Cuba		
474		A minha vida secreta	Livros do Brasil		
475		A pérola: um jornal erótico	Livros do Brasil	1978	DL 1077
476		Actas Tupamares: uma experiência de guerrilha urbana no uruguai			
477		Amantes do Sexo	Edrel	1978	
478		Anti Justine			

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
479		Arde e Sensual Lili	Divon	1979	DL 1077
480		Aventuras de um sádico	Livros do Brasil	1977	DL 1077
481		Belas e perigosas			
482		Bondinho	Cia. Comunicação		
483		Chamas eróticas			
484		Desperte sua Sensualidade	Abril	1976	DL 1077
485		Dois na cama	Gepe	1980	DL 1077
486		Elas e o sexo	Edrel	1975	DL 1077
487		Elas fazem aquilo	Edrel	1975	DL 1077
488		Elas não escondem nada	Edrel	1975	DL 1077
489		Elas, as eróticas	Roval	1978	DL 1077
490		Erotika biblion	Mirabeau		
491		Escravas do Sexo	Edrel	1975	DL 1077
492		Esculturas de Barro	Ed. Língua Estrangeira Pequim	1970	DL 898/69
493		Ex, o melhor de ex	Ex. Editora		
494		Fogo sensual	Edrel		
495		Grafia Erótica	Livros do Brasil	1978	DL 1077
496		Gravuras de Picasso	Artanova	1973	DL 1077
497		Holy men	Edrel		
498		La violence militaire du Brésil	Maspéro		
499		Labaredas sensuais	Kultus		
500		Lili, A Vamp Sexy		1977	DL 1077
501		Masterpiece of erotic photography	Harbour House Book		
502		Memórias eróticas de um burguês	Livros do Brasil	1978	DL 1077
503		Nua e sua	Edrel		
504		Nuas e Carinhosas	Edrel	1975	DL 1077
505		O homem sensual			
506		O pátio de cobrança das rendas	Ed. Língua Estrangeira Pequim	1970	DL 898/69
507		O Verdadeiro Manual das 1001 posições	Yara	1980	DL 1077
508		Only men	Edrel	1975	DL 1077
509		Os deuses eróticos	Mek		
510		Os protocolos dos sábios do Sião	Farnalivros		

NUM	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	DATA PROIBIÇÃO	CRITÉRIO
511		Páginas sensuais	Rodolivos		
512		Sexo ardente	Edrel		
513		Sexo e tentação	Rodolivos		
514		Sexo no paraíso	Edrel	1975	DL 1077
515		Tantris das Funfeck	Noblet	1974	DL 1077
516		Ten Poems and Lyrics by Mao-Tse-Tung	Univ. Massachusetts	1976	DL 898/69
517		Textos de Che Guevara	Saga		
518		Última Hora		1976	
519		Vip's	Lemar	1980	DL 1077
520		We love sexo sixty			

Fonte: Esta lista foi elaborada a partir de três fontes básicas: SILVA (1989); Arquivo Nacional Brasília. Série Publicações (1995) e DOU 1964 - 1979.

* Importadora de Livros

** Censura Prévia não chegou a ser publicada. (ver DOU nº 207 de 29 de out./1975, p. 14245).

*** Serviço Nacional de Teatro

APÊNDICE B

**LISTA DOS LIVROS CO-EDITADOS
PELO INL COM EDITORES (1970-1978)**

LISTA DOS LIVROS CO-EDITADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL) COM EDITORES BRASILEIROS (1970-1978)*

	AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
1	ABREU, Capistrano de	Caminhos antigos e povoamento do Brasil	4ª	Civilização Brasileira	1975
2	ABREU, Capistrano de	Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800	6ª	Civilização Brasileira	1976
3	ABREU, Capistrano de	Correspondência	2ª	Civilização Brasileira	1977
4	ABREU, Capistrano de	O Descobrimento do Brasil	2ª	Civilização Brasileira	1976
5	ABREU, Capistrano de	Ensaio e estudos: crítica e história: 1ª Série	2ª	Civilização Brasileira	1975
6	ABREU, Capistrano de	Ensaio e estudos: crítica e história: 2ª Série	2ª	Civilização Brasileira	1976
7	ABREU, Capistrano de	Ensaio e estudos: crítica e história: 3ª Série	2ª	Civilização Brasileira	1976
8	ABREU, Capistrano de	Ensaio e estudos: crítica e história: 4ª Série		Civilização Brasileira	1976
9	ABREU, Casimiro de	Poemas		Cultrix	1971
10	ABREU, Casimiro de	As Primavera		Martins	1972
11	ABREU, Silvio Froes	A riqueza mineral do Brasil	2ª	Nacional	1975
12	ACIÖLI, Marcos	Nordestinados	2ª	Tempo Brasileiro	1978
13	ACIÖLI, Marcos	Sisfo		Quiron	1976
14	ADONIAS FILHO	Os Servos da Morte: romance	4ª	Civilização Brasileira	1975
15	ADONIAS FILHO	Sul da Bahia: chão de cacau	2ª	Civilização Brasileira	1978
16	AGUIAR, Pinto de	Os precursores brasileiros da aeronáutica		Civilização Brasileira	1975
17	ALBUQUERQUE, Leda Maria de	Zumbi dos Palmares		IBRASA	1978
18	ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros	Dicionário de tipos e personagens de Eça de Queirós		Mundo Musical	1977
19	ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros e	Os maiores detetives de todos os tempos: o herói na estória policial: Ensaio		Civilização Brasileira	1973
20	ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de	Um sertanejo e o sertão	2ª	José Olympio	1976
21	ALCANTARA, Eduardo	Antigênese: Natal e outros poemas		Quatro Artes	1970
22	ALEIXO, José Carlos Brandi	A Integração latino-americana: considerações políticas e históricas sobre suas bases: processo e significado		Coordenada	1970
23	ALENCAR, Gilberto de	Tal dia é o batizado: o romance de Tiradentes	2ª	Itatiaia	1972
24	ALENCAR, José de	Alfarrábios, Guerra de Mascates		José Olympio	1977
25	ALENCAR, José de	Cartas e documentos	2ª	HUCITEC	1977
26	ALENCAR, José de	Cinco minutos	7ª	José Olympio	1977
27	ALENCAR, José de	Encarnação		Saraiva	1971
28	ALENCAR, José de	O Gaúcho: romance brasileiro		Saraiva	1971
29	ALENCAR, José de	O Gaúcho. O Tronco do ipê	7ª	José Olympio	1977

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORA	ANO
30	ALENCAR, José de			
31	ALPHONSUS, João	7ª	José Olympio	1977
32	ALPHONSUS, João	7ª	Imago	1976
33	ALPHONSUS, João	2ª	Imago	1976
34	ALMEIDA, Elenice Machado de	3ª	Imago	1976
35	ALMEIDA, Fernando Lopes de		Abri Cultural	1977
36	ALMEIDA, Fernando Lopes de		Bonde	1971
37	ALMEIDA, Fernando Lopes de	2ª	Bonde	1973
38	ALMEIDA, Fernando Lopes de		Melhoramentos	1971
39	ALMEIDA, José Américo de	2ª	Melhoramentos	1974
40	ALMEIDA, José Américo de		José Olympio	1972
41	ALMEIDA, José Américo de	2ª	Leitura	1971
42	ALMEIDA, José Américo de	2ª	Leitura	1971
			Nosso Tempo	1970
43	ALMEIDA, José Américo de	2ª	Leitura	1971
44	ALMEIDA, Lúcia Machado de	2ª	EBRASA	1972
45	ALMEIDA, Lúcia Machado de	6ª	Brasiliense	1973
46	ALMEIDA, Lúcia Machado de		Melhoramentos	1971
47	ALMEIDA, Lúcia Machado de	2ª	Martins	1974
48	ALMEIDA, Lúcia Machado de	14ª	Melhoramentos	1970
49	ALMEIDA, Lúcia Machado de	16ª	Melhoramentos	1977
50	ALMEIDA, Lúcia Machado de	6ª	Brasiliense	1972
51	ALMEIDA, Manuel Antônio de		Ática	1971
52	ALMEIDA, Renato	2ª	Americana	1974
53	ALMEIDA, Renato		AGIR	1971
54	ALVES, Audálio		Leitura	1971
55	ALVES, Castro		José Aguilar	1971
56	ALVES, Castro		Martins	1972
57	ALVES, Castro		G.R. Dorea	1970
58	AMADO, Gilberto	4ª	José Olympio	1971
59	AMADO, Gilberto		José Olympio	1974
60	AMADO, Gildásio		José Olympio	1973
61	AMADO, James	3ª	Martins	1974
62	AMARAL, Afrânio do		Melhoramentos - EDUSP	1977
	Til. O Sertanejo.			
	Contos e Novelas			
	Rola-Moça			
	Teotônio Pacheco			
	No tempo em que a girafa falava e outras estórias			
	A Fada que Tinha Ideias			
	A Fada que Tinha Ideias			
	Soprinho			
	Soprinho			
	A Bagaceira			
	O Boqueirão			
	Coiteiros			
	Eu e eles: Getúlio Vargas, Virgílio de Melo Franco, Augusto dos Anjos.			
	Epitácio Pessoa, José Lins do Rego, Graça Aranha, João Cabral de Melo			
	Neto, Assis Chateaubriand.			
	Reflexões de uma Cabra			
	Atíria: a borboleta			
	Aventuras de Xisto			
	Estórias do Fundo do Mar			
	Passeio a Diamantina			
	Viagens Maravilhosas de Marco Polo			
	Viagens Maravilhosas de Marco Polo			
	Xisto no Espaço			
	Memórias de um sargento de milícias			
	A Inteligência do folclore			
	Vivência e projeção do folclore			
	Antologia poética			
	Antologia poética			
	Os Escravos			
	Espumas flutuantes			
	A Chave de Salomão e outros escritos			
	Seleta			
	Edição média e fundamental			
	Chamado do mar			
	Serpentes do Brasil: iconografia colorida = Brazilian Snakes: a color			
	iconography			

	AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
63	AMARAL, Luís	Jornalismo: matéria de primeira página	2ª	Tempo Brasileiro	1978
64	AMARAL, Luís	Técnica de jornal e periódico	2ª	Tempo Brasileiro	1978
65	AMARAL, Márcio Tavares d'.	A Casa		Artenova	1977
66	AMARAL, Márcio Tavares d'.	Filosofia da comunicação e da linguagem		Civilização	1977
67	AMARAL, Maria Lúcia	Criança é criança: literatura infantil e seus problemas		Vozes	1971
68	ANDRADE, Carlos Drummond de	A Bolsa e a vida		Sabá	1971
69	ANDRADE, Carlos Drummond de	As Impurezas do branco		José Olympio	1973
70	ANDRADE, Carlos Drummond de	Menino antigo (Boitempo II)		José Olympio	1973
71	ANDRADE, Carlos Drummond de	Seleção em prosa e verso		José Olympio	1973
72	ANDRADE, Euclides Marques	A Árvore maravilhosa		Lemi	1977
73	ANDRADE, Euclides Marques	Papagaios ao vento		Lemi	1978
74	ANDRADE, Manuel Correia de	Geografia econômica	2ª	Atlas	1974
75	ANDRADE, Maria Nunes de	Cirandinha		Conquista	1974
76	ANDRADE, Mário de	Amar: verbo intransitivo: idílio	3ª	Martins	1972
77	ANDRADE, Mário de	Aspectos das artes plásticas no Brasil	2ª	Martins	1975
78	ANDRADE, Mário de	Aspectos da literatura brasileira	4ª	Martins	1972
79	ANDRADE, Mário de	Aspectos da música brasileira	2ª	Martins	1975
80	ANDRADE, Mário de	O Baile das quatro artes	3ª	Martins	1975
81	ANDRADE, Mário de	Os Contos de Belazarte	5ª	Martins	1972
82	ANDRADE, Mário de	Contos novos	3ª	Martins	1972
83	ANDRADE, Mário de	O Empalhador de passarinho	3ª	Martins	1972
84	ANDRADE, Mário de	Ensaio sobre a música brasileira	3ª	Martins	1972
85	ANDRADE, Mário de	Os Filhos da Candinha	3ª	Martins	1976
86	ANDRADE, Mário de	Música doce música	2ª	Martins	1976
87	ANDRADE, Mário de	Namoro com a medicina: I – Terapêutica musical; II – A Medicina dos excretos.	3ª	Martins	1972
88	ANDRADE, Mário de	Pequena história da música	7ª	Martins	1976
89	ANDRADE, Mário de	Obra imatura. Há uma gota de sangue em cada poema. Primeiro andar. A Escrava que não é Isaura.		Martins	1972
90	ANDRADE, Mário de	Poesias completas	3ª	Martins	1972
91	ANDRADE, Olímpio de Sousa	Joaquim Nabuco e o Brasil na América	2ª	Nacional	1978
92	ANDRADE, Olímpio de Sousa	O Livro brasileiro		Paralelo	1974
93	ANDRADE, Olímpio de Sousa	O Livro brasileiro: desde 1920	2ª	Cátedra	1978

	AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORA	ANO
94	ANDRADE, Oswald de	Os Condenados		Civilização Brasileira	1970
95	ANDRADE, Oswald de	Do Pau-brasil à Antropofagia e às utopias: manifestos, teses de concursos e ensaios		Civilização Brasileira	1972
96	ANDRADE, Oswald de	Marco Zero: I – A Revolução Melancólica	2ª	Civilização Brasileira	1974
97	ANDRADE, Oswald de	Marco Zero: II – Chão	2ª	Civilização Brasileira	1974
98	ANDRADE, Oswald de	Memórias sentimentais de João Miramar	3ª	Civilização Brasileira	1971
99	ANDRADE, Oswald de	Poesias reunidas	3ª	Civilização Brasileira	1972
100	ANDRADE, Oswald de	Ponta de lança: polémica	2ª	Civilização Brasileira	1971
101	ANDRADE, Oswald de	Telefonia		Civilização Brasileira	1974
102	ANDRADE, Oswald de	Um Homem sem profissão: memórias e confissões, 1: 1890 – 1919: Sob a ordem de mamãe	2ª	Civilização Brasileira	1974
103	ANDRADE, Oswald Moraes	Os Tóxicos		Bloch	1971
104	ANJOS, Cyro dos	O Amanuense Belmiro: romance	7ª	José Olympio	1971
105	ANJOS, Ricardo Augusto dos	Agrolírica		Quiron	1974
106	ANJOS, Waldemar Versiani dos	Jornal de Serra Verde		Itatiaia	1972
107	ANTIERO, Marta	A Rede	2ª	Civilização Brasileira	1976
108	ANTOLOGIA do Correio Braziliense			Cátedra	1977
109	ANTONIL, André João	Cultura e opulência do Brasil	2ª	Melhoramentos	1976
110	ANTÔNIO, João	Malaguetta, perus e bacanaço: contos	2ª	Civilização Brasileira	1975
111	AQUILES, Aristeu	Os Jornais na Independência		Thesaurus	1976
112	ARAGÃO, João Guilherme de	Paixão e fim de Valério Caluête		Agir	1978
113	ARANHA, Graça	Canaã		José Aguiar	1974
114	ARAUJO, Alceu Maynard	Cultura popular brasileira		Melhoramentos	1973
115	ARAUJO, Alceu Maynard	Medicina rústica	2ª	Nacional	1977
116	ARAUJO, Bárbara de, pseud. De Zilah Corrêa de Araújo	E ofereceras as tua outra face: romance		Itatiaia	1972
117	ARAUJO, Clóvis Arruda de	O Jacarezinho egoísta		Ed. Do Brasil	1977
118	ARAUJO, Maria Lúcia Corrêa de	Em silêncio		José Olympio	1978
119	ARMITAGE, John	História do Brasil: desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abolição do Imperador D. Pedro I, em 1831.	6ª	Melhoramentos	1977
120	ARROYO, Leonardo	A Carta de Pero Vaz de Caminha: ensaio de informação à procura de constantes válidas de método.		Melhoramentos	1971
121	ARROYO, Leonardo	A Carta de Pero Vaz de Caminha: ensaio de informação à procura de constantes válidas de método.	2ª	Melhoramentos	1976
122	ARROYO, Leonardo	Estórias do galo e do candimba	4ª	Melhoramentos	1971
123	ARTE Brasileira		2ª	Abril Cultural	1976
124	ASSIS, Machado de	Casa velha		Martins	1972

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORA	ANO
125 ASSIS, Machado de	Contos		Saraiva	1971
126 ASSIS, Machado de	Contos A		Lia	1971
127 ASSIS, Machado de	Contos B		Lia	1971
128 ASSIS, Machado de	Contos Fluminenses		Civilização Brasileira	1975
129 ASSIS, Machado de	Contos Fluminenses	2ª	Civilização Brasileira	1977
130 ASSIS, Machado de	Dom Casmurro		Lia	1971
131 ASSIS, Machado de	Dom Casmurro		Civilização Brasileira	1975
132 ASSIS, Machado de	Dom Casmurro	2ª	Civilização Brasileira	1977
133 ASSIS, Machado de	Esau e Jacó		José Aguilar	1973
134 ASSIS, Machado de	Esau e Jacó	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
135 ASSIS, Machado de	Helena	2ª	Ática	1971
136 ASSIS, Machado de	Helena	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
137 ASSIS, Machado de	Helena	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
138 ASSIS, Machado de	História sem data	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
139 ASSIS, Machado de	História sem data	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
140 ASSIS, Machado de	Histórias da meia-noite	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
141 ASSIS, Machado de	Histórias da meia-noite	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
142 ASSIS, Machado de	Iaiá Garcia	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
143 ASSIS, Machado de	Iaiá Garcia		Saraiva	1971
144 ASSIS, Machado de	Iaiá Garcia	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
145 ASSIS, Machado de	A Mão e a Luva	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
146 ASSIS, Machado de	A Mão e a Luva		Ática	1971
147 ASSIS, Machado de	A Mão e a Luva	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
148 ASSIS, Machado de	Memorial de Aires	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
149 ASSIS, Machado de	Memorial de Aires	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
150 ASSIS, Machado de	Memórias Póstumas de Brás Cubas		Lia	1971
151 ASSIS, Machado de	Memórias Póstumas de Brás Cubas	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
152 ASSIS, Machado de	Memórias Póstumas de Brás Cubas	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
153 ASSIS, Machado de	Poesias completas: Crisálidas, Faleas, Americanas, Ocidentais	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1976
154 ASSIS, Machado de	Poesias completas: Crisálidas, Faleas, Americanas, Ocidentais	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1976
155 ASSIS, Machado de	Quincas Borba		Lia	1971
156 ASSIS, Machado de	Quincas Borba	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
157 ASSIS, Machado de	Quincas Borba	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
158 ASSIS, Machado de	Relíquias de casa velha	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
159 ASSIS, Machado de	Relíquias de casa velha	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORA	ANO
160	ASSIS, Machado de		Ática	1971
161	ASSIS, Machado de	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
162	ASSIS, Machado de	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
163	ASSIS, Machado de	Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1975
164	ASSIS, Machado de	2ª Ed. Crítica	Civilização Brasileira	1977
165	AYALA, Waldir		Guaratujá/Instituto Estadual do Livro	1976
166	AYALA, Waldir		Pallas	1976
167	AYALA, Waldir		Gráfica Olímpica Editora	1972
168	AYALA, Waldir		Melhoramentos	1974
169	AYALA, Waldir		Expressão e Cultura	1974
170	AYALA, Waldir		LISA	1973
171	AZEVEDO, Aluísio	10ª	Martins	1973
172	AZEVEDO, Aluísio		Martins	1972
173	AZEVEDO, Aluísio	28ª	Martins	1975
174	AZEVEDO, Aluísio	12ª	Martins	1973
175	AZEVEDO, Aluísio	8ª	Martins	1973
176	AZEVEDO, Aluísio	12ª	Martins	1973
177	AZEVEDO, Aluísio	20ª	Martins	1975
178	AZEVEDO, Aluísio de	7ª	Martins	1973
179	AZEVEDO, Alvares de		José Aguilar	1971
180	AZEVEDO, Artur		Cultrix	1977
181	AZEVEDO, Isa Ramos de	16ª	Ed. Do Brasil	1977
182	AZEVEDO, Vicente de		Martins	1977
183	BAERS, Joanes	2ª	IBRASA	1978
184	BAMBERGER, Richard		Cultrix	1977
185	BANDEIRA, Manuel	2ª	José Olympio	1970
186	BANDEIRA, Manuel		José Olympio	1971
187	BÁRBARA, Danúzia		Ed. De Orientação Cultural	1975
188	BARBOSA, Francisco de Assis		José Olympio	1974
189	BARBOSA, Francisco de Assis	5ª	José Olympio	1975
190	BARKER, Ronald E. & ESCARPIT, Robert		Fundação Getúlio Vargas	1975
191	BARREIROS, Eduardo Canabrava		José Olympio	1976
192	BARRETO, Tobias	2ª	Grijalbo	1977

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
193	BARRETO, Tobias	A Questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros	Vozes	1977
194	BARROS, Armando de Carvalho	A Música: sua história geral em quadros rápidos; ambientes históricos: artes comparadas	Americana	1973
195	BARROS, Sousa	Arte, folclore, subdesenvolvimento	Civilização Brasileira	1977
196	BARROS, Sousa	Arte, folclore, subdesenvolvimento: continuação à análise de contrastes nas sociedades tradicionais	Paralelo	1971
197	BARROS, Sousa	Visão sócio-estrutural de problemas brasileiros	Paralelo	1974
198	BARROS JÚNIOR, Francisco de	Três garotos em férias no rio Paraná	Melhoramentos	1977
199	BARROS JÚNIOR, Francisco de	Três garotos em férias no rio Tietê	Melhoramentos	1972
200	BARROS JÚNIOR, Francisco de	Três garotos em férias no rio Tietê	Melhoramentos	1977
201	BARROSO, Célio	Bruca Gamburu	Conquista	1973
202	BARROSO, Célio	Camburê no Jardim Zoológico	Conquista	1972
203	BARROSO, Célio	História do morcego-sem-dentes	Conquista	1971
204	BARROSO, Célio	História do Urupuru: lenda brasileira	Conquista	1973
205	BARROSO, Célio	Mimosa: a bezerinha formosa	Conquista	1973
206	BARROSO, Célio	Só Deus sabe	Conquista	1974
207	BARROSO, Célio	Turum Bicho-do-Mato	Conquista	1974
208	BARROSO, Célio	Vitória-Régia: lenda brasileira	Conquista	1974
209	BARROSO, Gustavo	História do Brasil: em quadrinhos	EBAL	1974
210	BASTIDE, Roger	O Candomblé na Bahia: rito Nagô	Nacional	1978
211	BASTOS, A. de Miranda	Rondon: o último bandeirante	EBAL	1974
212	BASTOS, A. C. Tavares	Cartas do solitário	Nacional	1975
213	BASTOS, A. C. Tavares	Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros	Nacional	1976
214	BASTOS, A. C. Tavares	A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil	Nacional	1975
215	BASTOS, A. C. Tavares	O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do Vale do Amazonas	Nacional	1975
216	BASTOS, Hermenegildo	A coisa comum	Imago	1976
217	BEBIANNIO, Elza	Coisas de crianças: histórias e poemas infantis	José Olympio	1973
218	BENEVIDES, Walter	Visitas de médico	Cátedra	1978
219	BEVILÁQUA, Clóvis	História da Faculdade de Direito do Recife	Conselho Federal de Cultura	1977
220	BIBLIOGRAFIA e crítica de Aripino Grieco		Cátedra	1977
221	BOPP, Raul	Cobra Norato e outros poemas	Civilização Brasileira	1975
222	BOPP, Raul	Seleto em prosa e verso	José Olympio	1975
223	BOPP, Raul	Vida e morte da Antropofagia	Civilização Brasileira	1977
224	BORGES, Jorge Luis	O Aleph	Globo	1972

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
225 BORGES, Jorge Luis	Elogio da sombra: poemas		Globo	1971
226 BORGES, Jorge Luis	Ficções		Globo	1970
227 BORGES, José Casemiro	Selva selvagem		Cátedra	1978
228 BRAGHINE, Alexandre	Nossa herança da Atlântida: as mais antigas civilizações da Terra		Cátedra	1971
229 BRASIL, Fundação Nacional do Índio. Assessoria de Relações Públicas	Os Indiozinhos		Melhoramentos	1974
230 BRASIL, Assis	Joyce, o romance como forma: ensaio		Livros do Mundo Inteiro	1971
231 BRASIL, Assis	O Modernismo		Pallas	1976
232 BRASIL, Assis	A Nova literatura: II – A Poesia		Americana	1975
233 BRASIL, Assis	A Nova literatura: III – O conto		Americana	1975
234 BRASIL, Assis	A Nova literatura: IV – A Crítica		Americana	1975
235 BRASIL, Assis	Ulisses: o sacrifício dos mortos		Livros do Mundo Inteiro	1970
236 BRASILIENSE, Eli	Uma Sombra no fundo do rio		José Olympio	1977
237 BRITO, Mário da Silva	História do Modernismo brasileiro: I – Antecedentes da Semana de Arte Moderna	3ª	Civilização Brasileira	1971
238 BRONTE, Emily	O Morro dos ventos uivantes		Bruguera	1971
239 BRUNO, Haroldo	As Fundações da morte		José Olympio	1976
240 BRUNO, Haroldo	A Metamorfose: romance		Civilização Brasileira	1974
241 BRUNO, Haroldo	Rachel de Queiroz		Cátedra	1977
242 CALMON, Pedro	Castro Alves: o homem e a obra		José Olympio	1973
243 CALMON, Pedro	História de D. Pedro II		José Olympio	1975
244 CÂMARA, Antônio Alves	Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil	3ª	Nacional	1976
245 CÂMARA, José Aurélio Saraiva	Um Soldado do Império: o General Tibúrcio e seu tempo		José Olympio	1978
246 CÂMARA JÚNIOR, J. Matoso	Contribuição à estilística portuguesa	3ª	Ao Livro Técnico	1977
247 CÂMARA JÚNIOR, J. Matoso	Ensaio machadiano	2ª	Ao Livro Técnico	1977
248 CÂMARA JÚNIOR, J. Matoso	Introdução às linguas indígenas brasileiras	3ª	Ao Livro Técnico	1977
249 CAMINHA, Adolfo	A Normalista		Ática	1972
250 CAMÕES, Luís de	Os Lusíadas	2ª	Cultrix	1972
251 CAMÕES, Luís de	Os Lusíadas	3ª	Cultrix	1974
252 Camões, Luís de	Os Lusíadas: antologia		Grifo	1973
253 CAMPOS, Eduardo	Cantador: musa e viola		Americana	1973
254 CAMPOS, Geir	Castro Alves: o Canto da Esperança: Teatro		Leitura	1972
255 CAMPOS, José Maria Moreira	Contos escolhidos	3ª	Antares	1978
256 CANABRAVA, Eurialo	Teoria da decisão filosófica		Forense Universitária	1977
257 CARDIM, Fernão	Tratados da terra e gente do Brasil	3ª	Nacional	1978

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
258	CARDOSO, Joaquim	O Capataz de Salema. Antonio Conselheiro. Marechal, boi de carro	Agir	1975
259	CARDOSO, Joaquim	De uma noite de festa: Bumba-eu-boi, em 3 quadros	Agir	1971
260	CARDOSO, Joaquim	Poesias completas	Civilização Brasileira	1971
261	CARDOSO, Lúcio	Diário Completo	José Olympio	1970
262	CARDOSO, Lúcio	Histórias da Lagoa Grande: Livro I	Presença	1974
263	CARDOSO, Lúcio	Histórias da Lagoa Grande: Livro II	Presença	1974
264	CARDOSO, Lúcio	A Luz no subsolo: romance	Expressão e Cultura	1971
265	CARDOSO, Lúcio	Maleita: romance	Presença	1974
266	CARDOSO, Maria Helena	Por onde andou meu coração: memórias	José Olympio	1974
267	CARDOSO, Maria Helena	Vida-vida: memórias	José Olympio	1973
268	CARLOS Drummond de Andrade: fortuna crítica	Seleção de Textos de Sônia Brayner	Civilização Brasileira	1977
269	CARNEIRO, Caio Porfírio	Os Meninos e o Agreste: contos	Quatro Artes	1970
270	CARNEIRO, David	A Vida Gloriosa de José Bonifácio de Andrada e Silva e sua atuação na Independência	Civilização Brasileira	1977
271	CARNEIRO, Edison	Candombês da Bahia	Civilização Brasileira	1977
272	CARNEIRO, José Fernando	Psicologia do Brasileiro e outros estudos	Agir	1971
273	CARNEIRO, Mário de Sá	Todos os poemas	José Aguilar	1974
274	CARPEAUX, Otto Maria	Hemingway: tempo, vida e obra	Bruguera	1971
275	CARROL, Lewis	Alice no País das Maravilhas	Melhoramentos	1977
276	CARVALHO, André & AULICUS, Cellius	Tusuca e Laurinha nas terras do Índio Peri	Comunicação	1974
277	CARVALHO, André & AULICUS, Cellius	Tusuca e Laurinha no País das Águas Doces	Comunicação	1976
278	CARVALHO, José Candido de	O Coronel e o Lobisomem.....	José Olympio	1970
279	CARVALHO, O.G. Rego de	Rio Subterrâneo	Civilização Brasileira	1976
280	CARVALHO, Rodrigues de	O Bode Canuto e a moça Maçaroca	Conquista	1971
281	CARVALHO, Ronald de	O Espelho de Ariel e poemas escolhidos	Nova Aguilar	1976
282	CARVALHO, Ronald de	Estudos brasileiros	Nova Aguilar	1976
283	CASASANTA, Tereza	Criança e Literatura	Vega	1974
284	CASCUDO, Luis da Câmara	Canto de muro: romance de costumes	José Olympio	1977
285	CASCUDO, Luis da Câmara	Civilização e Cultura: pesquisas e notas de etnografia geral	José Olympio	1973
286	CASCUDO, Luis da Câmara	Geografia dos mitos brasileiros	José Olympio	1976
287	CASCUDO, Luis da Câmara	Literatura oral no Brasil	José Olympio	1978
288	CASCUDO, Luis da Câmara	Seleita	José Olympio	1972
289	CASTELO BRANCO, Carlos Heitor	Macunaima e a viagem grandota.....	Quatro Artes	1971

	TÍTULO		Edição	EDITORIA	ANO
	AUTOR				
290	CASTELO BRANCO, Carlos Heitor	Pré-História brasileira: fatos & lendas		Quatro Artes	1971
291	CASTRO, Emil de	Estória do Vovô Pajé		Livros do Mundo Inteiro	1973
292	CASTRO, Emil de	Habitação em campo urgente		Livros do Mundo Inteiro	1973
293	CASTRO, Jeanne Berrance de	A Milícia cidadã: a guarda Nacional de 1831 a 1850		Nacional	1977
294	CASTRO, Manuel Antônio de	O Homem provisório no Grande sertão, um estudo de Grande Sertão Veredas		Tempo Brasileiro	1976
295	CASTRO, Walter de	Metáforas machadianas: estruturas e funções		Ao Livro Técnico	1977
296	CAVALCANTI, Carlos Provina	Volta à infância: memórias		José Olympio	1972
297	CAVALHEIRO, Edgard	Monteiro Lobato: o amigo das crianças	5ª	EBAL	1974
298	CÉSAR, Camila Cerqueira	Estória de Tonzeza, o calhambeque de Nhotom		Melhoramentos	1972
299	CÉSAR, Camila Cerqueira	Tonzeca, o calhambeque	2ª	Melhoramentos	1974
300	CHAGAS, José	Lavoura azul		Civilização Brasileira	1974
301	CHAGAS, Paulo Pinheiro	Esse velho vento da aventura: memórias		José Olympio	1977
302	CHAGAS, Paulo Pinheiro	Teófilo Otoni, Ministro do Povo		Itatiaia	1978
303	CHAMA, Foed Castro	O Andarilho e a aurora	3ª	Livros do Mundo Inteiro	1971
304	CHAME, Mário	Objeto selvagem: poesia completa		Quiron	1977
305	CIBULARES, Maurício	As Bolsas de Valores		Bloch	1971
306	BARROS, Souza (Coord.)	50 Anos de Catimbó		Cátedra	1977
307	COELHO, Nelly Novais	O Ensino da literatura: comunicação e expressão		José Olympio	1973
308	COELHO, Nelly Novais & VERSIANI, Ivana	Guimarães Rosa: dois estudos	2ª	Quiron	1975
309	COLLOR, Lindolfo	Garibaldi e a guerra dos Farrapos		Civilização Brasileira	1977
310	CONDÉ, José	Noite contra noite; Um Rumo para Luisa	2ª e 6ª	Civilização Brasileira	1977
311	CONDÉ, José	Santa Rita: História da cidade morta. Os dias antigos	3ª	Civilização Brasileira	1977
312	CONDÉ, José	Terra de Caruaru: romance	2ª	Civilização Brasileira	1977
313	CONDÉ, José	Vento do amanhecer em macambira: novela; Tempo, Vida...	2ª e 3ª	Civilização Brasileira	1978
314	CONRAD, Robert	Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 - 1888		Civilização Brasileira	1975
315	CORREIA, Luiz	Ópera mística		Livro Místico	1970
316	CORREIA, Nereu	Cassiano Ricardo, o prosador e o poeta	2ª	José Olympio	1976
317	CORREIA, Nereu	A Palavra: uma introdução ao estudo da oratória		Laudes	1972
318	CORREIA, Nereu	A Tapeçaria linguística d' "Os Sertões" e outros estudos		Quiron	1978
319	CORREIA, Raimundo	Poesias		Nova Aguilar	1976
320	CORREIA, Viriato	História da liberdade no Brasil	2ª	Civilização Brasileira	1974
321	COSTA, João Craveiro	A Conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do Território do Acre	2ª	Nacional	1973
322	COSTA, João Ribas da	Um Chimpanzé nas alturas		Melhoramentos	1977

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
323	COSTA, Joaquim Ribeiro		Itatiaia	1975
324	COSTA, Lamartine Pereira da		José Olympio	1977
325	COSTA, Sotigenes	2ª	Cultrix	1978
326	COSTA, Virgílio		Artenova	1977
327	COSTA FILHO, Odilo	2ª	Artenova	1974
328	COSTA FILHO, Odilo		Artenova	1977
329	COUTINHO, Afrânio		Pallas	1976
330	COUTINHO, Afrânio	2ª	Civilização Brasileira	1975
331	COUTINHO, Edilberto		Civilização Brasileira	1975
332	COUTINHO, Galeão	4ª	Civilização Brasileira	1977
333	COUTINHO, Galeão	5ª	Civilização Brasileira	1978
334	COUTINHO FILHO, Francisco	2ª	Leitura	1972
335	COUTO, Deolindo		Cátedra	1976
336	CRULS, Gastão	9ª	José Olympio	1973
337	CRULS, Gastão	5ª	José Olympio	1973
338	CRULS, Gastão	4ª	José Olympio	1976
339	CUNHA, Antônio Geraldo da		Melhoramentos	1978
340	CUNHA, Celso	2ª	Tempo Brasileiro	1970
341	CUNHA, Euclides da		Cultrix	1975
342	CUNHA, Euclides da		Cultrix	1975
343	CUNHA, Euclides da		Cultrix	1975
344	CUNHA, Euclides da		Vozes	1976
345	CUNHA, Euclides da		Cultrix	1975
346	CUNHA, Euclides da		Cultrix	1973
347	CUNHA, Euclides da	2ª	Cultrix	1975
348	CUNHA, Fausto		Cátedra	1978
349	CUNHA, Fausto		Paz e Terra	1971
350	CUNHA, Helena Parente		Tempo Brasileiro	1978
351	DANTE ALIGHIERI		GRD	1976
352	DEBES, Célio		Francisco Alves	1978
353	DEBRET, Jean Baptiste	6ª	Martins	1975
354	DEFOE, Daniel	13ª	Brasiliense	1973
355	DEVEZA, Guilherme		Nacional	1976
356	DI BIASE, Walter		Cátedra	1977

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORA	ANO
357	DI BIASE, Walter		Melhoramentos	1977
358	DIAS, Antônio Gonçalves		José Aguiar	1974
359	DIAS, Rui		José Olympio	1975
360	DIEGUES JUNIOR, Manuel	4ª	Paralelo	1972
361	DIEGUES JUNIOR, Manuel	5ª	Civilização Brasileira	1976
362	DINES, Alberto		Sabiá	1972
363	DINIS, Júlio		Cultrix	1971
364	DONATO, Hernâni	Ed. Didática	Cultrix	1973
365	DONATO, Hernâni		Melhoramentos - EDUSP	1976
366	DONATO, Hernâni	8ª e 5ª	Melhoramentos	1971
367	DONATO, Mário		José Olympio	1978
368	DOREA, Augusto Garcia	2ª	IBRASA	1978
369	DORNELLES, Leny Werneck		Expressão e Cultura	1974
370	DOSTOIEVSKY, Fédor Mikhailovitch		Ordibra	1972
371	DOURADO, Autran	2ª	Expressão e Cultura	1971
372	DOURADO, Autran		Perspectiva	1973
373	DUARTE, José Afrânio Moreira	2ª	Ed. Do Escritor	1978
374	ELIA, Sílvia	2ª	Grifo	1975
375	ÉLIS, Bernardo		José Olympio	1974
376	ÉLIS, Bernardo	5ª	José Olympio	1977
377	ÉLIS, Bernardo	2ª	José Olympio	1976
378	ELIS, Myriam		Melhoramentos	1977
379	ELIS JÚNIOR, Alfredo	2ª	Nacional	1976
380	ESCARPIT, Robert		Fundação Getúlio Vargas	1976
381	ESCOLAR SOBRINHO, Hipólito		Quiron	1977
382	ESCOREL, Ana Luisa		José Olympio	1974
383	EULÁLIO, Alexandre		Quiron	1978
384	EURÍPEDES, Hipólito		Civilização Brasileira	1977
385	EXPILLY, Charles	2ª	Nacional	1977
386	FABIAN, Wanda		José Aguiar	1974
387	FABIAN, Wanda		Nova Aguiar	1976
388	FABRI, Ferúccio		Lidador	1971
389	FARIA, Otávio de		Pallas	1976

	AUTOR		TÍTULO		Edição	EDITORIA	ANO
	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS		Normas para bibliotecas públicas				
390					Quiron		1976
391	FELÍCIO, Vovô (Pseud. de Paulo Guimarães)	De Vicente	Os Bichos eram diferentes	2ª	Americana		1973
392	FELÍCIO, Vovô (Pseud. de Paulo Guimarães)	De Vicente	Era uma vez uma onça	2ª	Comunicação		1974
393	FELÍCIO, Vovô (Pseud. de Paulo Guimarães)	De Vicente	A Fama do Jabuti		Americana		1974
394	FELÍCIO, Vovô (Pseud. de Paulo Guimarães)	De Vicente	Gurupi: estória de um bezerinho órfão	2ª	Americana		1973
395	FERNANDES, Ana Maria		Seiva e sumo		Artenova		1975
396	FERNANDES, João		Perdidos para o mundo		Cátedra		1977
397	FERNANDES, João		Perdidos para o mundo		Cátedra		1977
398	FERRAZ, Wanda		A Biblioteca da escola primária e suas funções	6ª	Freitas Bastos		1972
399	FERRAZ, Wanda		Relação de assuntos para cabeçalhos de fichas	4ª	Freitas Bastos		1972
400	FERREIRA, Celina		Espelho convexo		Movimento		1976
401	FERRI, Mário Guimarães		Ecologia e poluição		Melhoramentos - EDUSP		1976
402	FIGUEIREDO, Guilherme		Comes&bebes: ensaios de culinária e gastronomia		Civilização Brasileira		1978
403	FIGUEIREDO, Guilherme		A Menina sem nome: peça infantil em dois atos		Expressão e Cultura		1972
404	FIGUEIREDO, Guilherme		Papai Noel para gente grande		Cátedra		1976
405	FIGUEIREDO, Guilherme		A Pluma e o vento		Cátedra		1977
406	FIGUEIREDO, Guilherme		Ração de abandono e outros poemas	2ª	Cátedra		1978
407	FIGUEIREDO, Guilherme & FIGUEIREDO		História da arca de Noé		Expressão e Cultura		1972
408	FYRME, Ledy Olinda		Toninha		Presença		1975
409	FISCHER, Almeida		O Áspero ofício		Cátedra		1977
410	FISCHER, Almeida		O Homem de duas cabeças: contos	3ª	EBRASA		1971
411	FISCHER, Almeida		Nova luz ao longe: contos	2ª	Record		1978
412	FLEURY, Renato Sêneca&LAVIER JR., Vicente		Anchieta	5ª	Melhoramentos		1975
413	FLEURY, Renato Sêneca&PENA, V.L.F.		Dom Pedro II	6ª	Melhoramentos		1975
414	FLEURY, Renato Sêneca&PENA, V.L.F.		Duque de Caxias	7ª	Melhoramentos		1975
415	FLEURY, Renato Sêneca&PENA, V.L.F.		Santos Dumont	7ª	Melhoramentos		1975
416	FONTES, Armando		Os Corumbás: romance	9ª	José Olympio		1971

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
417	FONTES, Ofélia de Barros		Expressão e Cultura	1972
418	FRAGA, Clementino		José Olympio	1972
419	FRANÇA, Eliardo Neves		Orientação Cultural	1974
420	FRANÇA, Eurico Nogueira	2ª	EBRASA	1972
421	FRANÇA, Rubem		Leitura	1970
422	FRANCO, Afonso Arinos de Melo	2ª	Nova Aguilar	1976
423	FRANCO, Afonso Arinos de Melo	2ª	José Olympio	1976
424	FRANCO, Oranice		Presença	1977
425	FRANCO, Oranice		Conquista	1973
426	FRANCO, Oranice & FRANÇA, Mary	2ª	Conquista	1973
427	FREYRE, Gilberto	3ª	José Olympio	1974
428	FREYRE, Gilberto		José Olympio	1975
429	FREYRE, Gilberto		Grifo	1972
430	FREYRE, Gilberto	2ª	José Olympio	1971
431	FREYRE, Gilberto	2ª	José Olympio	1977
432	FREYRE, Gilberto		Grifo	1971
433	FREYRE, Gilberto	3ª	José Olympio	1974
434	FREYRE, Gilberto		Cátedra	1978
435	FREYRE, Gilberto	4ª	José Olympio	1973
436	FREYRE, Gilberto		José Olympio	1971
437	FREYRE, Gilberto	5ª	José Olympio	1977
438	FREYRE, Gilberto	5ª	José Olympio	1973
439	FREIRE, Junqueira		Nova Aguilar	1976
440	FREITAS, Afonso A. de	2ª	Nacional	1976
441	FREIXEIRO, Fábio		Tempo Brasileiro	1971
442	FRÓES, Leonardo		Artenova	1973
443	FROTA, Lélia Coelho		Quiron	1978
444	FROTA, Lélia Coelho		José Olympio	1971
445	FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL		Melhoramentos	1977
446	GALVÃO, Eduardo	2ª	Nacional	1976
447	GARCIA, Iderval		Cátedra	1976

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
448 GARCIA, Rodolfo	Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil: 1500 - 1810	2ª	José Olympio	1975
449 GARCIA LORCA, Frederico	Livro de poemas		José Aguiar	1974
450 GARCIA LORCA, Frederico	Romanceiro gitano e outros poemas		José Aguiar	1973
451 GASTELOIS, Maria Magdalena Lana	Sapo cururim da beira do rio		Vertente	1974
452 GASTELOIS, Maria Magdalena Lana	Viramundo vai à França		Vega	1974
453 GERSON, Brasil	O Regalismo brasileiro		Cátedra	1978
454 GIACOMO, Arnaldo Magalhães de	Villa-Lobos, alma sonora do Brasil: biografia para a infância e a juventude	6ª	Melhoramentos	1972
455 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	O Bem com o bem se paga		Melhoramentos	1974
456 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	O Casamento da raposa		Melhoramentos	1975
457 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	Como surgiu a noite		Melhoramentos	1974
458 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	A Cumbuca de ouro		Melhoramentos	1975
459 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	O Curupira e o caçador		Melhoramentos	1975
460 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	O Curupira: lenda indígena		Melhoramentos	1975
461 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	O Dilúvio: lenda dos índios caingangues		Melhoramentos	1975
462 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	Os Dois papagaios: lenda bororo		Melhoramentos	1976
463 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	A Festa no céu		Melhoramentos	1976
464 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	Uma Festa na selva		Melhoramentos	1974
465 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	A Fruta desconhecida: lenda da Amazônia		Melhoramentos	1975
466 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	A lara		Melhoramentos	1974
467 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	Jurupari: lenda tupi-guarani		Melhoramentos	1976
468 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	A Lenda da cobra grande		Melhoramentos	1974
469 GIACOMO, Maria Tereza Cunha de	A Lenda do guaraná: lenda dos índios maués		Melhoramentos	1975

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
470	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de A Lenda da mandioca		Melhoramentos	1974
471	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de O Macaco e o fogo: lenda da região do rio Juruá		Melhoramentos	1976
472	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de Macunaíma: lenda dos índios taulipangues		Melhoramentos	1976
473	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de Malazarte e o urubu falante		Melhoramentos	1974
474	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de Negrinho do pastoreio		Melhoramentos	1974
475	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de A Onça e o raio: lenda dos índios taulipangues		Melhoramentos	1976
476	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de A Origem dos bichos: lenda dos índios maués		Melhoramentos	1975
477	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de A Origem das estrelas		Melhoramentos	1974
478	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de A Panela encantada		Melhoramentos	1975
479	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de Pedro Malasartes e os porcos		Melhoramentos	1975
480	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de O Pulo do gato		Melhoramentos	1975
481	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de O Saco-pererê		Melhoramentos	1974
482	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de A Surucucu e o sapo: lenda da Amazônia		Melhoramentos	1975
483	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de Tahira-Can, a estrela vésper: lenda dos índios carajás		Melhoramentos	1975
484	GIACOMO, Maria Tereza Cunha de O Uirapuru		Melhoramentos	1974
485	GIFFONI, Maria Amália Corrêa Danças folclóricas brasileiras e suas.....	3ª	Melhoramentos	1973
486	GISMOND, Luís Biquinho de gás		Cátedra	1978
487	GOMES, Eugênio Machado de Assis: influências inglesas	2ª	Pallas	1976
488	GONÇALVES, Ribeiro O Boitatá		Formar	1974
489	GONÇALVES, Ribeiro O Curupira		Formar	1974
490	GONÇALVES, Ribeiro A Dança dos tangarás		Formar	1974
491	GONÇALVES, Ribeiro O Graxaim e o gambá		Formar	1974
492	GONÇALVES, Ribeiro O Papagaio e o tamandua		Formar	1974
493	GONZAGA, Tomás Antonio Marília de Dirceu		Martins	1972
494	GÖRGEN, Hermann Brasil		Presença	1977

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
495	GOULART, José Alípio		Conquista	1972
496	GOULART, José Alípio		Conquistas	
497	GRACILIANO RAMOS		Civilização Brasileira	1977
498	GUIMARÃES, Bernardo		Nova Aguilar	1976
499	GUIMARÃES, Bernardo		Civilização Brasileira	1976
500	GUIMARÃES, Carlos Eduardo		Paz e Terra	1971
501	GUIMARÃES, Reginaldo		Cátedra	1977
502	GUIMARÃES, Rute		Cultrix	1972
503	GUIMARÃES, Rute		Cultrix	1975
504	GUIMARÃES, Rute	4ª	Cultrix	1972
505	GUIMARÃES, Vicente		José Olympio	1972
506	GUIMARÃES, Vicente	2ª	Comunicação	1978
507	GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de		Artenova	1973
508	GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de		Nova Aguilar	1976
509	GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de		José Aguilar	1972
510	HANDELMANN, Heinrich	2ª	Melhoramentos	1978
511	HERCULANO, Alexandre	2ª	Cultrix	1972
512	HILL, Amariles Guimarães		Cátedra	1976
513	HILL, Telênia		Tempo Brasileiro	1978
514	HOFFMANN, Ricardo		Livros do Mundo Inteiro	1971
515	HOFFMANN, Ricardo	2ª	Antares	1978
516	HOLANDA, Sérgio Buaraque de	6ª	José Olympio	1971
517	HOMEM, Homero		Nova Cultura	1976
518	HOMEM, Homero		José Olympio	1972
519	HORTA, Anderson Braga		EBRASA	1970
520	HORTA, Anderson Braga		Comunicação	1977
521	IANNONE, Carlos Alberto		Quiron	1975
522	INOJOSA, Joaquim	2ª	Civilização Brasileira	1975
523	IVO, Ledo		Nova Aguilar	1976
524	IVO, Ledo	2ª	Duas Cidades	1977
525	IVO, Ledo		José Olympio	1974
526	JARDIM, Luis	6ª	José Olympio	1972

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
527 JARDIM, Luís	Faças do cavalo voador		José Olympio	1978
528 JARDIM, Luís	Maria Perigosa: contos	3ª	José Olympio	1971
529 JARDIM, Luís	Outras faças do cavalo voador		José Olympio	1978
530 JARDIM, Luís	Seleta		José Olympio	1974
531 JARDIM, Raquel	Cheiros e ruídos		José Olympio	1975
532 JATOBÁ, Tânia	Martins Pena: construção e prospecção		Tempo Brasileiro	1978
533 JORDÃO, Iolanda	Biografia do edifício e anexos		Imago	1976
534 JOSÉ, Elias	As Curtiões de Pitu		Melhoramentos	1976
535 JOSEFF, Bella	História da literatura hispano-americana		Vozes	1971
536 JURANDIR, Dalcídio	Marajó	2ª	Cátedra	1978
537 JURANDIR, Dalcídio	Ponte do galo		Martins	1971
538 KATZ, Chaim Samuel e outros	Dicionário crítico de comunicação		Paz e Terra	1971
539 KELLY, Celso	Arte e comunicação		Agir	1972
540 KELLY, Sílvia	História dos jogos olímpicos		Gol	1972
541 KERSTENETZKY, Isaac	O Recenseamento		Bloch	1972
542 KIEFER, Bruno	Elementos da linguagem musical	2ª	Movimento	1973
543 KIEFER, Bruno	História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX		Movimento	1976
544 KOVACO, Jozsef	Minha Pátria está só		Lidador	1971
545 LACERDA, Nair	Dicionário de pensamentos		Cultrix	1974
546 LACERDA, Julieta de Godoy	Entre lobo e cão: romance		José Olympio	1971
547 LACLETTE, René	O Alejandrinho e suas doenças		Cátedra	1976
548 LACOMBE, Américo Jacobina	Á sombra de Rui Barbosa		Nacional	1978
549 LAUS, Lausimar	O Guarda-roupa alemão		Pallas	1975
550 LAUS, Lausimar	O Mistério do homem na obra de Drummond		Tempo Brasileiro	1978
551 LAUS, Lausimar	Tempo permitido (fins de 1966, 1967 até meados de 1968): romance		Americana	1970
552 LEAL, Isa Silveira	Glorinha, bandeirante	5ª	Brasiliense	1972
553 LEAL, Isa Silveira	Glorinha e a quermesse	5ª	Brasiliense	1972
554 LEAL, Isa Silveira	Glorinha e o mar	7ª	Brasiliense	1973
555 LEAL, Isa Silveira	Glorinha radioamadora	5ª	Brasiliense	1973
556 LEAL, Isa Silveira & LEAL, Alberto	O Menino de Palmares	4ª	Brasiliense	1972
557 LEFEVRE, Virginia	O Gigante preguiçoso	18ª	Ed. Do Brasil	1977
558 LEFEVRE, Virginia	No país da bicharada	18ª	Ed. Do Brasil	1977
559 LEFEVRE, Virginia	No reino dos bichos	18ª	Ed. Do Brasil	1977
560 LEINZ, Viktor e outros	Geologia física			1972

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
561 LÉLLIS, Raul Moreira	Há sol por trás das nuvens		Civilização Brasileira	1975
562 LEMOS, Gilvan	Os Olhos da treva: romance		Civilização Brasileira	1975
563 LEONARDOS, Stella	Amanhecência		José Aguilar	1974
564 LEONARDOS, Stella	Romanário: poesia		José Olympio	1974
565 LEPECKI, Maria Lúcia	Autran Dourado, uma leitura mítica		Quiron	1976
566 LEPSCH, Igo. F.	Solo: formação e conservação		Melhoramentos	1976
567 LESSA, Clado Ribeiro de	Vocabulário de caça	2ª	Nacional	1977
568 LESSA, Orígenes	Balbino, homem do mar	2ª	José Olympio	1973
569 LESSA, Orígenes	Seleta		José Olympio	1973
570 LEUZINGER, Maria Alice do Nascimento e Silva	O Diário de Marcos Vinicius		José Olympio	1973
571 LEUZINGER, Maria Alice do Nascimento e Silva	A Revolta dos vagalumes		Ed. Orientação Cultural	1977
572 LIMA, Araújo	Amazônia, a terra e o homem.....	4ª	Nacional	1975
573 LIMA, Cláudio de Araújo	Plácido de Castro: um caudilho.....	4ª	Civilização Brasileira	1973
574 LIMA, Edy	A Vaca deslumbrada		Melhoramentos	1973
575 LIMA, Edy	A Vaca na selva		Melhoramentos	1973
576 LIMA, Edy	A Vaca voadora		Melhoramentos	1972
577 LIMA, Edy	A Vaca voadora	4ª	Melhoramentos	1973
578 LIMA, Geraldo França de	O Nó cego: romance		José Olympio	1973
579 LIMA, Geraldo França de	Serras azuis: romance	3ª	José Olympio	1976
580 LIMA, Herman	Garimpos	5ª	Civilização Brasileira	1977
581 LIMA, Jackson da Silva	O Folclore em Sergipe, I: romanceiro		Cátedra	1977
582 LIMA, Jorge de	Castro Alves - Vidinha: Poemas dispersos		José Aguilar	1974
583 LIMA, Jorge de	Invenção de Orfeu		José Aguilar	1974
584 LIMA, Jorge de	Sonetos, alexandrinos. Poemas. Novos poemas.....		José Aguilar	1974
585 LIMA, Jorge de	Tempo e eternidade		José Aguilar	1974
586 LIMA, Pereira	Cosmopopéia		Expressão e Cultura	1973
587 LIMA SOBRINHO, Barbosa	A Língua portuguesa e a unidade do Brasil	2ª	José Olympio	1977
588 LINDEMBERG, Nestor	Os Esportes: traçado e técnica construtiva.....		Cultrix	1976
589 LINHARES, Temístocles	Diálogos sobre a poesia brasileira		Melhoramentos	1976
590 LINHARES, Temístocles	Diálogos sobre o romance brasileiro		Melhoramentos	1978
591 LINHARES, Temístocles	Introdução ao mundo do romance	2ª	Quiron	1976
592 LINS, Sônia	Baticum		Pedra Q Ronca	1978
593 LIRA FILHO, João	Introdução à sociologia dos desportos		Bloch	1973
594 LISBOA, Henriqueta de	Literatura oral para a infância e a juventude	3ª	Cultrix	1970

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
595 LISBOA, Henriqueta de	Miradouro e outros poemas		Nova Aguilar	1976
596 LISBOA, Heraldio	O Livro da senha		Presença	1975
597 LISBOA, João Francisco	Crônica do Brasil Colonial.....		Vozes	1976
598 LISPECTOR, Clarice	A Cidade sitiada		Sabá	1971
599 LISPECTOR, Clarice	A Maçã no escuro	3ª	José Álvaro	1970
600 LISPECTOR, Clarice	Seleta		José Olympio	1975
601 LISPECTOR, Elisa	No exílio: romance	2ª	EBRASA	1971
602 LITRENTON, Oliveiros	Apresentação da literatura brasileira		Forense Universitária	1978
603 LITRENTON, Oliveiros	Orfeu e a ninfa		Artenova	1973
604 LOBATO, Monteiro	Caçadas de Pedrinho	19ª	Brasiliense	1971
605 LOBATO, Monteiro	A Chave do tamanho	16ª	Brasiliense	1971
606 LOBATO, Monteiro	Emília no país da gramática	16ª	Brasiliense	1971
607 LOBATO, Monteiro	Fábulas	24ª	Brasiliense	1972
608 LOBATO, Monteiro	Hans Staden	16ª	Brasiliense	1971
609 LOBATO, Monteiro	Memórias de Emília	14ª	Brasiliense	1971
610 LOBATO, Monteiro	Peter Pan	16ª	Brasiliense	1971
611 LOBATO, Monteiro	O Pica-pau amarelo	15ª	Brasiliense	1972
612 LOBATO, Monteiro	A Reforma da natureza	10ª	Brasiliense	1971
613 LOBATO, Monteiro	Reinações de Narizinho	24ª	Brasiliense	1971
614 LOBATO, Monteiro	O Saci	23ª	Brasiliense	1971
615 LOBATO, Monteiro	Viagem ao céu	18ª	Brasiliense	1970
616 LÖBL, Evgen	Afinal a verdade	2ª	Laudes	1971
617 LOPES, José Leme	A Psiquiatria de Machado de Assis		Agir	1974
618 LOPES, Moacir C.	Belona, latitude noite: romance	2ª	Cátedra	1975
619 LOPES, Moacir C.	Cais, saudade em pedra: romance	2ª	Cátedra	1973
620 LOPES, Moacir C.	Maria de cada porto: romance	3ª	Cátedra	1970
621 LOPES, Moacir C.	Por aqui não passaram rebanhos	2ª	Cátedra	1977
622 LOPES NETO, João Simões	Casos de Romualdo: contos gauchescos		Globo	1973
623 LOPES NETO, João Simões	Contos gauchescos e lendas do Sul	4ª	Globo	1973
624 LUCAS, Fábio	Fronteiras imaginárias: crítica		Cátedra	1971
625 LUNA, Luis	O Negro na luta contra a escravidão	2ª	Cátedra	1976
626 LUSTOSA, Maria Rita de Lima	Quarta-feira do ano passado: memórias		Presença	1977
627 LUZ, Clemente	Aventuras da bicharada	2ª	Ed. do Brasil	1974
628 LUZ, Clemente	Bilino e Jaca	2ª	Ed. do Brasil	1974
629 MACEDO, Joaquim Manuel de	O Moço loiro		Cultrix	1971

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
630	MACEDO, Nertan Capitão Virgílio Ferreira: Lampião, seguido do cancionista de Lampião	4ª	Artenova	1972
631	MACEDO, Nertan Memorial de Vilanova	2ª	Renes	1983
632	MACEDO, Nertan O Padre e a beata	2ª	Renes	1981
633	MACEDO, Nertan Sinhô Pereira: o comandante de Lampião	2ª	Renes	1980
634	MACHADO, Ana Maria Camilão, o comilão e outras histórias		Abril Cultural	1977
635	MACHADO, Ana Maria Curupaco, papaco e outras histórias		Abril Cultural	1977
636	MACHADO, Ana Maria Severino faz chover e outras histórias		Abril Cultural	1977
637	MACHADO, Ana Maria A morte da porta-estandarte e outras histórias	3ª	José Olympio	1971
638	MACHADO, Ana Maria Selela em prosa e verso		José Olympio	1974
639	MACHADO, Edgard Mata A obra poética de Edgard Mata		Tempo Brasileiro	1978
640	MACHADO, Gilka Poesias completas		Cátedra	1978
641	MACHADO, José de Alcantara Vida e morte do Bandeirante		Martins	1972
642	MAGALHÃES, Basílio de Expansão geográfica do Brasil Colonial	4ª	Nacional	1978
643	MAGALHÃES, Couto de Viagens ao Araguaia	2ª	Nacional	1975
644	MAGALHÃES FILHO, José Cezar & OLIVEIRA, Marcos Raul Barros de As áreas geoeconômicas		Bloch	1972
645	MAGALHÃES JÚNIOR, R. O Fabuloso Patrocínio Filho	2ª	LISA	1972
646	MAGALHÃES JÚNIOR, R. José de Alencar e sua época	2ª	Civilização Brasileira	1977
647	MAGALHÃES JÚNIOR, R. Martins Pena e sua época	2ª	LISA	1972
648	MAGALHÃES JÚNIOR, R. Poesia e vida de Augusto dos Anjos		Civilização Brasileira	1977
649	MAGALHÃES JÚNIOR, R. Poesia e vida de Augusto dos Anjos	2ª	Civilização Brasileira	1978
650	MAGALHÃES JÚNIOR, R. Poesia e vida de Casimiro de Abreu	2ª	LISA	1972
651	MAGALHÃES JÚNIOR, R. Poesia e vida de Cruz e Souza	2ª	LISA	1972
652	MAGALHÃES JÚNIOR, R. Poesia e vida de Cruz e Souza	3ª	Civilização Brasileira	1975
653	MAGALHÃES JÚNIOR, R. A vida turbulenta de José do Patrocínio	2ª	LISA	1972
654	MAGALHÃES JÚNIOR, R. A vida vertiginosa de João do Rio		Civilização Brasileira	1978
655	MAGUI Pilm, a gotinha e outras histórias		Abril Cultural	1977
656	MAIA, João do Prado A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica	2ª	Cátedra	1975
657	MALFERRARI, Lilia de Barros Camilinha no país da beleza		Melhoramentos	1974
658	MALHEIRO, Perdigão A Escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social	3ª	Vozes	1976
659	MALLEA, Eduardo Todo verdor perecerá	2ª	Globo	1973
660	MARANHÃO, Heloisa dos Reis Castelo interior & Moradas		Quiron	1978
661	MARTINS, Francisco A Aldeia sagrada	13ª	Melhoramentos	1973
662	MARTINS, Francisco O bugre-do-chapéu-de-anta	6ª	Melhoramentos	1972

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
663	MARTINS, Francisco	O Coleira Preta	11ª	Melhoramentos 1973
664	MARTINS, Francisco	Expedição aos Martirios	11ª	Melhoramentos 1972
665	MARTINS, Francisco	Expedição aos Martirios	14ª	Melhoramentos 1977
666	MARTINS, Francisco	Gafanhotos em Taquara-Poca	10ª	Melhoramentos 1973
667	MARTINS, Francisco	Nas terras do Rei Café		Melhoramentos 1973
668	MARTINS, Francisco	Nas terras do Rei Café	18ª	Melhoramentos 1975
669	MARTINS, Francisco	Os Segredos de Taquara-Poca	13ª	Melhoramentos 1972
670	MARTINS, Francisco	Os Segredos de Taquara-Poca	17ª	Melhoramentos 1975
671	MARTINS, Francisco	Território de bravos	11ª	Melhoramentos 1973
672	MARTINS, Francisco	Território de bravos	12ª	Melhoramentos 1974
673	MARTINS, Francisco	Viagem ao mundo desconhecido	15ª	Melhoramentos 1973
674	MARTINS, Francisco	Volta a serra misteriosa	8ª	Melhoramentos 1972
675	MARTINS, Francisco	Volta a serra misteriosa	11ª	Melhoramentos 1977
676	MARIZ, Vasco	A canção brasileira: erudita, folclórica, popular	3ª	Civilização Brasileira 1977
677	MARQUES, Osvaldino	A Dançarina e o horizonte		Civilização Brasileira 1977
678	MARQUES, Osvaldino	O Laboratório poético de Cassiano Ricardo	2ª	Civilização Brasileira 1976
679	MARQUES, Xavier	Ensaio histórico sobre a independência	2ª	IBRASA 1977
680	MARQUES, Xavier	O Feiticeiro	3ª	GRD 1975
681	MARQUES, Xavier	Jana e Joel	6ª	GRD 1975
682	MARQUES, Xavier	O Sargento Pedro: tradições da independência	3ª	GRD 1976
683	MARRYAT, Frederick	Os Naufragos da Ilha Perdida: aventuras do Marinheiro Rustig		Melhoramentos 1977
684	MARTINS, Anna Maria	A Trilogia do emparedado e outros contos		Martins 1973
685	MARTINS, Luis	João do Rio: uma antologia		Sabiá 1971
686	MARTINS, Marta Maria de Rezende	Papitoco procura um amigo		Ed. do Brasil 1975
687	MATOS, Vera Maria de Castro	Venta, vento, venta		Melhoramentos 1976
688	MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de	Correspondência política de Mauá no rio de Prata		Nacional 1977
689	MAZZETI, Maria	A Baleia que fala feito gente grande		Record 1974
690	MAZZETI, Maria	Compadre Pipa. Polichinelo mora na torta do caramelo. Carrapicho. Sereiazinha Cristal.		Presença 1977
691	MAZZETI, Maria	Entrou por uma porta e saiu pela outra		Cadernos Didáticos 1971
692	MAZUR, Diane	Começo, meio e fim		Ed. de Orientação Cultural 1978
693	MEDAUAR, Jorge	O incêndio	2ª	Antares 1978
694	MEDAUAR, Jorge	Jorge Medauar conta histórias de Água Preta		GRD 1975
695	MEIRELES, Cecília	Canções. Metal Rosicler. Solombra		Civilização Brasileira 1973

AUTOR		TÍTULO		Edição	EDITORIA	ANO
696	MEIRELES, Cecília	Doze noturnos da Holanda. O Aeronauta. Poemas escritos na Índia. Amor em Leonoreta. Pequeno oratório de Santa Clara. Romance de Santa Cecília. Pistóia, cemitério militar brasileiro. Flor de Poemas			Civilização Brasileira	1973
697	MEIRELES, Cecília	Mar absoluto e outros poemas. Retrato natural.			José Aguilar	1972
698	MEIRELES, Cecília	Morena, pena de amor. Nunca mais... Poema dos poemas. Baladas para El-Rei			Civilização Brasileira	1973
699	MEIRELES, Cecília	Eu-Rei			Civilização Brasileira	1973
700	MEIRELES, Cecília	Ou isto ou aquilo e inéditos: poesias		2ª	Melhoramentos	1972
701	MEIRELES, Cecília	Ou isto ou aquilo		2ª	Civilização Brasileira	1977
702	MEIRELES, Cecília	Poemas da viagem (1940-1960). Poemas italianos (1953-1956). O Estudante empírico (1959-1964).			Civilização Brasileira	1974
703	MEIRELES, Cecília	Poemas I (1942-1949). Poemas II (1950-1959).			Civilização Brasileira	1973
704	MEIRELES, Cecília	Poemas III (1960-1964). Sonhos (1950-1963).			Civilização Brasileira	1974
705	MEIRELES, Cecília	Romanceiro da Inconfidência. Crônica trovada da Cidade do Rio de Janeiro.			Civilização Brasileira	1974
706	MEIRELES, Cecília	Viagem. Vaga mágica.			Civilização Brasileira	1973
707	MELATTI, Julio Cezar	Índios do Brasil.			Coordenada	1970
708	MELO, Manoel Caetano Bandeira de	Da humana promessa			Imago	1976
709	MELO, Manoel Caetano Bandeira de	Durante o canto			Cátedra	1978
710	MELO, Virgínius da Gama e	A Víctima geral: romance			José Olympio	1975
711	MELO, Virgínius da Gama e	Geórgicas: estórias da terra: contos			Mundo Musical	1976
712	MELO FILHO, Júlio de	Concepções psicossomáticas: visão atual		2ª	LISA	1978
713	MELO FILHO, Murilo	A Transamazônica			Bloch	1971
714	MELVILLE, Herman	Moby Dick, a Fera do Mar			Melhoramentos	1977
715	MEMMLER, Gertrudes et al	Bibliotecas: como organizar; pesquisas: como orientar; leituras: como selecionar; manual para uso eficiente de livros e bibliotecas			Lidador	1970
716	MEMMLER, Gertrudes et al	Vida Pré-histórica: evolução dos animais e vegetais no Brasil no decorrer do tempo geológico.			Melhoramentos	1977
717	MENDES, Murilo	Antologia poética			Fontana	1976
718	MENDONÇA, Renato	A influência africana no português do Brasil		4ª	Civilização Brasileira	1972
719	MENEZES, Cláudia	A Mudança: análise de ideologi de um grupo de migrantes			Imago	1976
720	MENEZES, Djacir	A Juridicidade em Tomás de Aquino e em Karl Marx			Cátedra	1982
721	MENEZES, Djacir	Motivos alemães			Cátedra	1977
722	MENEZES, Djacir	O Problema da realidade objetiva		2ª	Tempo Brasileiro	1971
723	MENEZES, Raimundo de	Emílio de Menezes, o último boêmio		5ª	Martins	1974
724	MENOTTI Del Picchia	Cummunká. a Guerra da Paz		3ª	Martins	1977

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
725	MENOTTI Del Picchia		José Olympio	1974
726	MEYER, Augusto	2ª	Presença/Instituto Estadual do Livro	1975
727	MEYER, Augusto	2ª	Grifo	1971
728	MEYER, Augusto	3ª	Presença	1975
729	MEYER, Augusto	2ª	Grifo	1971
730	MEYER, Augusto		José Olympio	1973
731	MILANO, Dante	3ª	Sabiá	1971
732	MIRANDA, Ana Maria		José Olympio	1978
733	MIRANDA, Macedo		Civilização Brasileira	1976
734	MIRANDA, Nair da Rocha	4ª	EBAL	1974
735	MIRANDA, Nair da Rocha	4ª	EBAL	1974
736	MIRANDA, Nair da Rocha	7ª	EBAL	1974
737	MIRANDA, Nair da Rocha	4ª	EBAL	1974
738	MIRANDA, Nair da Rocha	6ª	EBAL	1974
739	MOLIÉRE, Tartufo		Civilização Brasileira	1975
740	MONTEIRO, Tobias	2ª		1972
741	MONTELO, Josué		José Olympio	1975
742	MONTELO, Josué	2ª	Martins	1973
743	MONTELO, Josué	3ª	Martins	1974
744	MONTELO, Josué	3ª	Martins	1974
745	MONTELO, Josué	3ª	Martins	1973
746	MONTELO, Josué	4ª	José Olympio	1978
747	MONTELO, Josué		José Olympio	1978
748	MONTELO, Josué		DIFEL	1978
749	MONTELO, Josué		José Olympio	1975
750	MOOG, Viana	10ª	Globo	1973
751	MOOG, Viana	8ª	Globo	1973
752	MORAIS, Antonio dos Santos		Expressão e Cultura	1971
753	MORAIS, José Xavier Pessoa de	2ª	Civilização Brasileira	1973
754	MORAIS, Mário de		Cátedra	1977
755	MORAIS, Santos	2ª	Cátedra	1975
756	MORAIS, Víncius de	4ª	Sabiá	1971
757	MORAIS FILHO, Evaristo de		DIFEL	1978

AUTOR		TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
758	MOREIRA, Hilton Berutti Augusto	O Mar		Bloch	1971
759	MOREIRA, Maria de Nazaré Pinheiro & SARAIVA, Antônia Nadu	Observações sobre a cultura, vida social,e conômica e relações ecológicas no Município de Caravari, Estado do Amazonas, Brasil		Prefeitura de Wilson Choeri	1972
760	MORLEY, Helena	Minha vida de menina: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX	11ª	José Olympio	1971
761	MORSE, Antônio de Pádua	Minha vida nos garimpos	4ª	Melhoramentos	1977
762	MOTA, Leonardo	Cantadores: poesia e linguagem do sertão cearense	4ª	Cátedra	1976
763	MOTA, Leonardo	No tempo de Lampião	3ª	Cátedra	1976
764	MOTA, Leonardo	Sertão alegre: poesia e linguagem do sertão nordestino	3ª	Cátedra	1976
765	MOTA, Leonardo	Viroleiros do Norte: poesia e linguagem do sertão nordestino	4ª	Cátedra	1976
766	MOTA, Mauro	Os Bichos na fala da gente	2ª	Tempo Brasileiro	1978
767	MOTA, Mauro	Igarassu vista pelas crianças		Presença	1974
768	MOTA, Mauro	Itinerário: poesia		José Olympio	1975
769	MOTA FILHO, Cândido	Dias Lidos e Vividos: memórias		José Olympio	1977
770	MOTT, Odete de Barros	Aventuras do Escoteiro Bila	5ª	Brasiliense	1973
771	MOTT, Odete de Barros	Justino, o retirante	4ª	Brasiliense	1973
772	MOTT, Odete de Barros	O Mistério do escudo de ouro	4ª	Brasiliense	1973
773	MOURA, Emílio	Antologia poética		Leitura	1971
774	MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas	Da Terra às galáxias		Melhoramentos	1977
775	MOURÃO, Rui	Estruturas: ensaios sobre o romance de Graciliano	2ª	Arquivo	1971
776	MURILO, Cláudio	A Musa alienada: uma poesia de retaguarda		Bonde	1971
777	MYCIELSKY, Wanda	Zuzuquinho: um elefante de pano conta sua história	2ª	Melhoramentos	1971
778	NABUCO, Joaquim	O Abolicionismo	4ª	Vozes	1977
779	NABUCO, Joaquim	Minha formação	9ª	José Olympio	1976
780	NASCIMENTO, Estela	Mulungu	2ª	Rocco	1978
781	NEIVA, Juci	Conheço o petróleo	3ª	Ao Livro Técnico	1974
782	NEJAR, Carlos	Árvore do mundo		Nova Aguilar	1977
783	NEJAR, Carlos	Casa dos arreios		Globo	1973
784	NEJAR, Carlos	De Sélesis a Danações		Quiron	1975
785	NEJAR, Carlos	Ordenações		Globo	1971
786	NEJAR, Carlos	A Prefeitura é nossa		Pioneira	1977
787	NISKIER, Arnaldo	Ciência e tecnologia para o desenvolvimento	2ª	Bruguera	1971
788	NOGUEIRA, Adalicio Coelho	Caminhos de uma magistrado: memórias		José Olympio	1978
789	NOGUEIRA, Hamilton	Dostoevski	2ª	José Olympio	1974

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
790	NORMANO, João Frederico			
791	NOVAIS, Glorinha de Moura	2ª	Nacional	1975
792	NUNES, Benedito	4ª	Melhoramentos	1971
	João Cabral de Melo Neto: nota biográfica, introdução crítica, antologia, bibliografia		Vozes	1971
793	NUNES, Lígia Bojunga		AGIR	1975
794	NUNES, Lígia Bojunga		Sabiá	1972
795	NUNES, Maria Eugênia		EBRASA	1972
796	NUNES, Maria Eugênia		EBRASA	1972
797	NUNES, Maria Tétis		Cátedra	1978
798	OLÍMPIO, Domingos		Ática	1972
799	OLÍMPIO, Domingos			
800	OLINTO, Antônio	6ª	Melhoramentos	1977
801	OLINTO, Antônio	3ª	DIFEL	1978
802	OLIVEIRA, Alberto de	2ª	Nórdica	1972
803	OLIVEIRA, D. Martins de	7ª	Freitas Bastos	1971
804	OLIVEIRA, D. Martins de		Cátedra	1976
805	OLIVEIRA, Franklin de	2ª	Conquista	1973
806	OLIVEIRA, Hilda Gouveia de		DIFEL	1978
807	OMEGNA, Nelson		Cátedra	1976
808	ORICO, Osvaldo	2ª	EBRASA	1971
809	ORICO, Osvaldo	2ª	Civilização Brasileira	1977
810	ORICO, Osvaldo		Civilização Brasileira	1975
811	ORNELAS, Manoelito de	3ª	Civilização Brasileira	1977
	Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul		José Olympio	1976
812	ORWELL, George	2ª	Globo	1971
813	OTAVIANO, Francisco		Civilização Brasileira	1977
814	OTÁVIO, Rodrigo	3ª	Civilização Brasileira	1978
815	OTTONI, Margarida		Conquista	1973
816	OTTONI, Margarida		Conquista	1973
817	OTTONI, Margarida		Conquista	1974
818	PACHECO, Renato	2ª	Expressão e Cultura	1973
819	PADILLA, Gilda Figueiredo		Bloch	1976
820	PADILLA, Gilda Figueiredo		Bloch	1976
821	PADILLA, Gilda Figueiredo		Bloch	1976
822	PADILLA, Pedro Magalhães		Bloch	1972
823	PAIVA, Mário Garcia de		Expressão e Cultura	1971
	Esse menino Francisco: romance			

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
824	PAIXÃO E DORES, Manuel Moreira da Diário da Armada da Independência	2ª	1972	
825	PALMÉRIO, Mário Chapadão do bugre: romance	5ª	José Olympio	1974
826	PALMÉRIO, Mário Seleta		José Olympio	1974
827	PANDOLFO, Maria do Carmo Ser ou não ser Antígona		Imago	1978
828	PANNUZIO, Marta Azevedo Veludinho		José Olympio	1978
829	PANORAMA do conto catarinesense	2ª	Movimento	1974
830	PASCAL, Blaise Pensamentos		Globo	1973
831	PEIXOTO, Afrânio Bugrinha: romance	10ª	Conquista	1972
832	PEIXOTO, Afrânio Castro Alves: o poeta e o poema	5ª	Nacional	1976
833	PEIXOTO, Afrânio Clima e saúde: introdução à civilização brasileira	2ª	Nacional	1975
834	PEIXOTO, Afrânio A Esfinge		Nova Aguilar	1976
835	PEIXOTO, Afrânio Maria Bonita, fruta do mato		Nova Aguilar	1976
836	PEIXOTO, Afrânio Miçangas: fama (folclore) e história	4ª	Cátedra	1977
837	PEIXOTO, Afrânio As razões do coração. Uma mulher como as outras		Nova Aguilar	1976
838	PEIXOTO, Afrânio Sinhazinha	6ª	Civilização Brasileira	1975
839	PEIXOTO, Afrânio Tristão & Iseu	5ª	GRD	1976
840	PENA, Cornélio A menina morta: romance	2ª	José Olympio	1970
841	Em berço esplêndido: ensaio de psicologia coletiva brasileira		José Olympio	1974
842	PENNAFORT, Onestaldo de O Festim, a dança & a degolação. Fagundes Varela & Gustave Flaubert	2ª	Civilização Brasileira	1975
843	PENTEADO, Maria Heloisa A menina que o vento roubou		Pioneira	1977
844	PEREGRINO JÚNIOR Doença e constituição de Machado de Assis	2ª	José Olympio	1976
845	PEREGRINO JÚNIOR Seleta		José Olympio	1971
846	PEREIRA, Abel Poesia até ontem		Tempo Brasileiro	1977
847	PEREIRA, Antônio Olavo Contramão: novela	2ª	José Olympio	1975
848	PEREIRA, Antônio Olavo Fio de prumo	2ª	José Olympio	1973
849	PEREIRA, Antônio Olavo Marcoré: romance	5ª	José Olympio	1971
850	Julgamento de valores: a esfera iluminada II - Aproximações, referências, interpretações e julgamentos: crítica e ensaio		Cátedra	1977
851	PEREIRA, Batista Figuras do Império e outros ensaios	3ª	Nacional	1975
852	PEREIRA, Lúcia Miguel Prosa e ficção: de 1870-1920	3ª	José Olympio	1973
853	PEREIRA FILHO, Emmanuel Rimas de Camões		José Aguilar	1974
854	PERET, João Américo População indígena do Brasil		Civilização Brasileira	1975
855	PESSOA, Fernando Seleção Poética		José Aguilar	1971
856	PETRONE, Maria Teresa Schorer O Barão de Iguaçu: um empresário da época da Independência		Nacional	1976

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
857	PIMENTEL, Altmar de Alencar		Cátedra	1977
858	PINHEIRO, Fernandes Cônego	3ª	Cátedra	1978
859	PINHEIRO, José Feliciano	4ª	Vozes	1978
860	PINHEIRO, Maria do Carmo Marques		Conquista	1973
861	PINHEIRO, Maria do Carmo Marques		Conquista	1973
862	PINHEIRO, Maria do Carmo Marques		Conquista	1974
863	POE, Edgar Allan		ORDIBRA	1972
864	POLLIS, Waldir	2ª	Melhoramentos	
865	PÓLVORA, Hélio		Bloch	1972
866	PÓLVORA, Hélio	2ª	Francisco Alves	1977
867	PÓLVORA, Hélio	2ª	Antares	1978
868	POMPÉIA, Raul		Cultrix	1976
869	PONTES, Carlos	2ª	Nacional	1975
870	PORTELA, Eduardo	3ª	Tempo Brasileiro	1977
871	PORTELA, Eduardo	2ª	Tempo Brasileiro	1971
872	PRADO, Antônio Arnoni		Cátedra	1976
873	PRADO, J. F. de Almeida	5ª	Nacional	1976
874	PROENÇA, Ivan Cavalcanti		Imago	1976
875	PROENÇA, Ivan Cavalcanti		Cátedra	1975
876	PROENÇA, M. Cavalcanti	2ª	Grifo	1973
877	PROENÇA, M. Cavalcanti	2ª	José Olympio	1974
878	PROENÇA, M. Cavalcanti	3ª	Civilização Brasileira	1974
879	PROENÇA, M. Cavalcanti	4ª	Civilização Brasileira	1977
880	PROENÇA, M. Cavalcanti		José Olympio	1976
881	PROJETO RONDON		Bloch	1972
882	PUCCINELLI, Lamberto		Quíron	1975
883	QUEIRÓS, Diná Silveira de		Laudes	1971
884	QUEIRÓS, Diná Silveira de	4ª	Laudes	1971
885	QUEIRÓS, Diná Silveira de	4ª	José Olympio	1977
886	QUEIRÓS, Diná Silveira de	7ª	EBRASA	1971
887	QUEIRÓS, Diná Silveira de		Brasil-América	1970

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
888	QUEIRÓS, Diná Silveira de		José Olympio	1974
889	QUEIRÓS, Diná Silveira de	2ª	José Olympio	1971
890	QUEIRÓS, Eça de		José Aguiar	1971
891	QUEIRÓS, Maria José de		Civilização Brasileira	1978
892	QUEIRÓS, Raquel de	2ª	José Olympio	1970
893	QUEIRÓS, Raquel de		José Olympio	1975
894	QUEIRÓS, Raquel de	3ª	José Olympio	1976
895	QUEIRÓS, Raquel de		José Olympio	1973
896	QUEIRÓS, Sueli Robles Reis de		José Olympio	1977
897	QUENTAL, Antero de		José Aguiar	1974
898	QUINTANA, Mário Poesias	2ª	Globo	1972
899	QUINTELLA, Ary		Bonde	1971
900	RAMOS, Graciliano	16ª	Martins	1973
901	RAMOS, Graciliano	11ª	Martins	1973
902	RAMOS, Graciliano		Martins	1973
903	RAMOS, Graciliano		Martins	1973
904	RAMOS, Maria Lúcia	2ª	Garatuja	1975
905	RAWET, Samuel		Melhoramentos	1976
906	REBELO, Marques	2ª	Arquivo	1971
907	REBELO, Marques		José Olympio	1977
908	RECTOR, Mônica		José Olympio	1974
909	REGO, José Lins do		Comunicação	1977
910	REGO, José Lins do	7ª	José Olympio	1974
911	REGO, José Lins do		Coordenada	1971
912	REGO, José Lins do	4ª	José Olympio	1970
913	REGO, José Lins do	4ª	Melhoramentos	1971
914	REIS, Arthur César Ferreira	11ª	José Olympio	1972
915	REIS, Marcos Konder		Paralelo	1972
916	REIS, Marcos Konder		Lunardeli	1978
917	RENAULT, Delso		Martins	1976
918	RENAULT, Delso		Civilização Brasileira	1976
919	RIBEIRO, Jannart Moutinho	2ª	Civilização Brasileira	1978
920	RIBEIRO, Jannart Moutinho	3ª	Melhoramentos	1977
			Melhoramentos	1971

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
921	RIBEIRO, Joaquim		Pallas	1977
922	RIBEYROLLES, Charles	2ª	Martins	1976
923	RICARDO, Cassiano		José Olympio	1972
924	RICARDO, Cassiano	12ª	José Olympio	1972
925	RICHSHOFFER, Ambrósio	2ª	IBRASA	1978
926	RIESS, Curt		Renes	1970
927	RIO APA, Wilson do	3ª	Brasiliense	1977
928	RIPOLO, Lila		Leitura	1970
929	ROCHA, Hildon		O Cruzeiro	1971
930	ROCHA, Levi		Revista Contínente	1978
931	ROCHA, Levi		EBRASA	1972
932	ROCHA, Rute	2ª	Abril	1977
933	ROCHA, Rute		Abril	1977
934	ROCHA, Rute		Abril	1977
935	ROCHA, Rute		Abril	1977
936	RODRIGUES, Agostinho José		Edameris	1976
937	RODRIGUES, José Honorário	3ª	Nacional	1978
938	RODRIGUES, José Honorário	5ª	Nacional	1978
939	RODRIGUES, Nina	4ª	Nacional	1976
940	RONALD, Carlos		Livros do Mundo Inteiro	1971
941	ROQUETTE-PINTO, E.	2ª	Nacional	1978
942	ROQUETTE-PINTO, E.	6ª	Nacional	1975
943	ROSA, Guimarães	6ª	José Olympio	1972
944	ROSA, Guimarães	13ª	José Olympio	1971
945	ROSENFELD, Anatol	2ª	Perspectiva	1973
946	RUGENDAS, João Maurício	7ª	Martins	1976
947	RUI, Afonso	2ª	Nacional	1978
948	RUPERTI, Salvatore		Laudes	1972
949	RUSSOMANO, Rosah		José Olympio	1977
950	SÁ, Irene Tavares de		AGIR	1971
951	SÁ, Irene Tavares de		Renes	1972
952	SAID ALI, M		Grifo	1975
953	SALDANHA, Ione		Record	1974

AUTOR		TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
954	SALES, David	O Ficcionista Xavier Marques: um estudo da "transição" ornamental		Civilização Brasileira	1977
955	SALES, Franklin de	A volta do coelho sabido		Melhoramentos	1971
956	SALES, Herberto	Transcontos	2ª	Civilização Brasileira	1974
957	SALGADO, Plínio	Como nasceram as cidades do Brasil	5ª	Voz do Oeste	1978
958	SALGADO, Plínio	O ritmo da história	3ª	Voz do Oeste	1978
959	SALGADO, Plínio	Vida de Jesus	20ª	Voz do Oeste	1977
960	SALGADO, Plínio	A Voz do Oeste: romance-poema da época das bandeiras	5ª	Voz do Oeste	1978
961	SALVADOR, José Gonçalves	Os cristãos novos e o comércio do Atlântico Meridional: com enfoque nas Capitâneas do Sul, 1530-1680		Pioneira	1978
962	SALVI, Nina	Ana Lúcia no país das fadas	11ª	Melhoramentos	1971
963	SALVI, Nina	O Milho de Ouro	9ª	Melhoramentos	1971
964	SAMPAIO, Juvenil	O Estranho vizinho		AGIR	1971
965	SANTANA, Afonso Romano de	Drumond, o gaúcho no tempo		Lia	1972
966	SANTOS, Joaquim Felício dos	memórias do Distrito Diamantino		Vozes	1978
967	SANTOS, Joel Rufino dos	Aventuras no país do Pinta-aparece e outras histórias	5ª	Abril	1977
968	SANTOS, Joel Rufino dos	Marinho, o marinheiro e outras histórias		Abril	1977
969	SANDENBERG, Maria Percinia E.	O segredo da ilha		Ed. do Brasil	1974
970	SAROLDI, Luis Carlos	Margarida jardineira ou o adubo musical		Bloch	1974
971	SCHMIDT, Augusto Frederico	Eu te direi as grandes palavras: poemas escolhidos e versos inéditos		José Aguiar	1975
972	SCHMIDT, Augusto Frederico	Seleção em prosa e verso		José Olympio	1975
973	SCHMIDT, C. Ronald	Dias da terra		Quiron	1978
974	SEIDLER, Carl.	Dez anos no Brasil	3ª	Martins	1976
975	SELJAM, Zora	Contos do amanhã		Cátedra	1978
976	SELJAM, Zora	3 mulheres de Xangô e outras peças afro-brasileiras	2ª	IBRASA	1978
977	SEREBRENICK, Salomão	O petróleo		Bloch	1971
978	SERENO, Eugênia	O Pássaro da escuridão: romance antigo de uma cidadezinha brasileira	3ª	José Olympio	1973
979	SETTINERI, Luis	Alimentação do atleta		Movimento	1974
980	SETÚBAL, Paulo	A bandeira de Fernão Dias: romance e histórico		Saraiva	1971
981	SETÚBAL, Paulo	As Maluquices do Imperador: contos históricos		Saraiva	1974
982	SEVERIANA, Cândida	Pau-de-arara no céu		Comunicação	1977
983	SILVA, Alberto da Costa e	As linhas da mão		DIFEL	1978
984	SILVA, Da Costa e	Poesias completas	2ª	Cátedra	1976
985	SILVA, Da Costa e	Vida prática		Imago	1976
986	SILVA, Ernesto	Histórias de Brasília		Coordenada	1971

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
987 SILVA, Francisco Pereira da	O desejado. Romance do Vilela		AGIR	1973
988 SILVA, Luís Martins da	Rua de mim		Tempo Brasileiro	1977
989 SILVA, Luís Roberto Nascimento	O Segredo da lua quem sabe é o clarão do sol		Cátedra	1975
990 SILVA, MARIA Beatriz Nizza da	Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821		Nacional	1977
991 SILVA, MARIA Beatriz Nizza da	A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil		Cultrix	1978
992 SILVA NETO, Serafim da			Presença	1976
993 SILVA NETO, Serafim da	Manual de filologia portuguesa: história, problemas, métodos	3ª	Presença	1977
994 SILVEIRA, Homero	Aspectos do romance brasileiro contemporâneo		Convívio	1977
995 SILVEIRA, Miroel	A contribuição italiana ao teatro brasileiro: 1895-1964		Quiron	1976
996 SILVEIRA, Nise da	Jung, vida e obra		José Álvaro	1971
997 SILVEIRA, Tasso da	Diálogo com as raízes: jornal de fim de caminhada		G. R. Dórea	1971
998 SILVEIRA, Valdomiro	Os caboclos: contos	4ª	Civilização Brasileira	1975
999 SILVEIRA, Valdomiro	Leréias: histórias contadas por eles mesmos: contos	2ª	Civilização Brasileira	1975
1000 SILVEIRA, Valdomiro	Mixuângos: contos	2ª	Civilização Brasileira	1975
1001 SILVEIRA, Valdomiro	O mundo caboclo de Valdomiro Silveira		José Olympio	1974
1002 SILVEIRA, Valdomiro	Nas serras e nas furnas: contos	2ª	Civilização Brasileira	1975
1003 SILVERMAN, Malcolm	Moderna ficção brasileira: ensaios		Civilização Brasileira	1978
1004 SIMONSEN, Roberto Cochrane	História econômica do Brasil: 1500-1820	7ª	Nacional	1977
1005 SIQUEIRA, Batista	Origem do termo samba		IBRASA	1978
1006 SOARES, Angélica Maria Santos	O Poema, construção às avessas: uma leitura de João Cabral de Melo Neto		Tempo Brasileiro	1978
1007 SOLZJENITZYN, Alexandre	O primeiro círculo	3ª	Brugüera	1972
1008 SOUSA, Afonso Félix de	Chão Básico & itinerário leste		Quiron	1978
1009 SOUSA, Afonso Félix de	Prétérito Imperfeito: 25 anos de poesia		Civilização Brasileira	1976
1010 SOUSA, Bernardino José de	Heroínas baianas: Joana Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery	2ª	Paralelo	1972
1011 SOUSA, Bernardino José de	O Pau-brasil na história nacional	2ª	Nacional	1978
1012 SOUSA, Sebastião de	Discografia da literatura brasileira		Cátedra	1977
1013 SOUSA, Teixeira e	O filho do pescador: romance brasileiro original		Melhoramentos	1977
1014 SOUTHEY, Robert	História do Brasil	4ª	Melhoramentos	1977
1015 SOUTO MAIOR, Armando	Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império		Nacional	1978
1016 SOUTO MAIOR, Mário	Nordeste: a inventiva popular		Cátedra	1978
1017 SPALDING, Tassilo Orpheu	Deuses e heróis da antiguidade clássica		Cultrix	1974
1018 SPALDING, Tassilo Orpheu	Dicionário brasileiro de gramática		Cultrix	1971
1019 SPALDING, Tassilo Orpheu	Dicionário da mitologia latina		Cultrix	1972
1020 SPALDING, Tassilo Orpheu	Dicionário das mitologias européias e orientais		Cultrix	1973

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
1021 SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Karl Friedrich von	Viagem pelo Brasil: 1817-1820	3ª	Melhoramentos	1976
1022 STEVENSON, Robert Louis	A Ilha do tesouro	11ª	Melhoramentos	1977
1023 SUAIDEN, Emir José	O Intercâmbio em bibliotecas e centros de documentação	3ª	Pallas	1978
1024 SUASSUNA, Ariano	Auto da compadecida	8ª	AGIR	1971
1025 SUASSUNA, Ariano	A Pena e a Lei		AGIR	1971
1026 SUASSUNA, Ariano	Seleta em prosa e verso		José Olympio	1974
1027 SVANASCINI, OSWALDO	Três mestres do Haikai: Bashô, Buson e Issa		Cátedra	1974
1028 TAHIM, Jacirema da Cunha	Poema		Tempo Brasileiro	1977
1029 TASSO, Oswaldo	Ponta de faca		EBRASA	1971
1030 TASSO, Oswaldo	Rio dos afogados: romance	3ª	José Olympio	1975
1031 TAUNAY, Afonso d'E.	A Grande vida de Fernão Dias Pais	3ª	Melhoramentos	1977
1032 TAUNAY, Afonso d'E.	História das bandeiras paulistas	3ª	Melhoramentos	1975
1033 TAUNAY, Alfredo d'E.	Inocência	39	Melhoramentos	1974
1034 TAUNAY, Alfredo d'E.	A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai	5ª	Melhoramentos	1975
1035 TAVARES, Denise Fernandes	A Biblioteca escolar: conceituação, organização e funcionamento, orientação do leitor e do professor		LISA	1973
1036 TAVARES, Idáσιο	O Canto do homem cotidiano		Tempo Brasileiro	1977
1037 TAVARES, Luis Henrique Dias	História da sedição tentada na Bahia em 1798: "A conspiração dos alfaiates"		Pioneira	1975
1038 TAVARES, Luis Henrique Dias	A Independência do Brasil na Bahia		Civilização Brasileira	1977
1039 TAVARES, Valdemar	Anchieta escoteiro do Brasil	3ª	Comunicação	1976
1040 TAVORA, Araken	Pedro II através da caricatura		Bloch	1975
1041 TAVORA, Franklin	Lourenço: crônica pernambucana		Martins	1972
1042 TEIXEIRA, Bento	Prosopopeia		Melhoramentos	1977
1043 TEIXEIRA, Maria de Lourdes	Gregório de Matos: estudo e antologia		Melhoramentos	1977
1044 TELES, Gilberto Mendonça	Camões e a poesia brasileira	2ª	Quiron	1976
1045 TELES, Gilberto Mendonça	Poemas reunidos		José Olympio	1978
1046 TELES, Gilberto Mendonça	A raiz da fala		Gernasa	1972
1047 TELES, Gilberto Mendonça	Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje	3ª	Vozes	1976
1048 TELES, Ligia Fagundes	Antes do baile verde: contos	2ª	José Olympio	1971
1049 TELES, Ligia Fagundes	Seleta em prosa e verso		José Olympio	1971
1050 TEÓFILO, Rodolfo	Os brilhantes	3ª		1972
1051 TIGRE, Bastos	Recitália			1972
1052 TOCANTINS, Leandro	Euclides da Cunha e o paraíso perdido: tentativa de interpretação...	3ª	Civilização Brasileira	1978

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORIA	ANO
1053	TOCANTINS, Leandro Santa Maria de Belém do Grão-Pará: instantes e evocações da cidade	2ª	Civilização Brasileira	1976
1054	TOCANTINS, Leandro Os silêncios do canto		Artenova	1975
1055	TOLMAN, Jon M. Augusto Frederico Schmidt: estudo crítico		Quiron	1976
1056	TONUSSI, Agenor Fui estudante em Moscow	2ª	Laudes	1971
1057	TORRES, Alberto O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional	3ª	Nacional	1978
1058	TORRES, Alberto Interpretação da realidade brasileira: introdução à história das idéias políticas no Brasil	2ª	José Olympio	1973
1059	TOSTES, Celeda Moraes Esmaltação em metal		Pedagógico	1974
1060	TREVISAN, Armino O abajur de Pindaro & A Fabricação do real		Quiron	1975
1061	TREVISAN, Armino Em pele e osso		Movimento	1977
1062	TREVISAN, Armino Escultura dos sete povos		Movimento	1978
1063	TREVISAN, Armino Funilaria no ar		Movimento	1973
1064	TRINDADE, Maria Zélia Damásio O Circo		Lemi	1977
1065	TRINDADE, Maria Zélia Damásio A Corrida		Lemi	1977
1066	TRINDADE, Maria Zélia Damásio Ouro Preto também para crianças	2ª	Lemi	1975
1067	TUBINO, Manoel José Gomes Em busca de uma tecnologia educacional para as escolas de educação física		Cultrix	1976
1068	VALE, Álvaro Estruturas políticas brasileiras		Laudes	1970
1069	VALE, Álvaro As novas estruturas políticas brasileiras	2ª	Nórdica	1978
1070	VALE, Flausino Rodrigues Elementos de folclore musical brasileiro	3ª	Nacional	1978
1071	VALENTE, Waldemar Sincretismo religioso afro-brasileiro	2ª	Nacional	1976
1072	VALLA, Víctor V. A Penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928: sempre de acordo ou nobre emulação?		Ao Livro Técnico	1978
1073	VARELA, FAGUNDES Poemas reunidos		Cultrix	1971
1074	VARGAS, Túlio Senhor Senador, Senhor Ministro		Grafipar	1976
1075	VARGAS LLOSA, Mario A Casa Verde		Sabia	1971
1076	VARNHAGEN, Francisco Adolfo de História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal	8ª	Melhoramentos	1975
1077	VARNHAGEN, Francisco Adolfo de História da independência	6ª		1972
1078	VASCONCELOS, Ary Raízes da música popular brasileira: 1500-1889		Martins	1977
1079	VASCONCELOS, Diogo História Antiga das Minas Gerais	3ª	Itatiaia	1974
1080	VASCONCELOS, Diogo História Média de Minas Gerais	3ª	Itatiaia	1974
1081	VASCONCELOS, Ivan Ninguém sabe o dia: romance		Eldorado	1971

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORA	ANO
1082 VASCONCELOS, Simão de	Crônica da Companhia de Jesus	2ª	Vozes	1977
1083 VEIGA, José J.	Sombras de reis barbudos: romance	2ª	Civilização Brasileira	1973
1084 VERDE, Cesário	O livro de Cesário Verde		Nova Aguilar	1976
1085 VERÍSSIMO, Érico	Ana Terra		Globo	1971
1086 VERÍSSIMO, Érico	Olhai os lírios do campo	5ª	Globo	1972
1087 VERÍSSIMO, Érico	Rosa Maria no castelo encantado	2ª	Globo	1973
1088 VERÍSSIMO, Érico	Os três porquinhos pobres	2ª	Globo	1973
1089 VERNE, Júlio	Cinco semanas em balão		Educacional	1971
1090 VERNE, Júlio	Viagem ao centro da terra		Educacional	1971
1091 VERNE, Júlio	Viagem ao redor da terra		Educacional	1971
1092 VERNE, Júlio	Vinte mil léguas submarinas		Educacional	1971
1093 VERNE, Júlio	A volta ao mundo em 80 dias		Educacional	1971
1094 VIANA, Fernando Mendes	Embarcado em seco: poemas		Civilização Brasileira	1978
1095 VIANA, Fernando Mendes	O Silfo-hipogrifo		José Olympio	1972
1096 VIANA FILHO, Luís	A inteligência multiforme de José Bonifácio		Paralelo	1972
1097 VIANA FILHO, Luís	O negro na Bahia	2ª	Martins	1976
1098 VIANA FILHO, Luís	A vida de Joaquim Nabuco	2ª	Martins	1973
1099 VIANA FILHO, Luís	A vida de Machado de Assis	2ª	Martins	1974
1100 VIANA FILHO, Luís	A vida de Rui Barbosa	8ª	José Olympio	1977
1101 VICENTE, Gil	Antologia do teatro de Gil Vicente		Globo	1971
1102 VIDOSSICH, Edoardo	Sincretismo na música afro-americana		Quiron	1975
1103 VIEIRA, Antônio	Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil		Cultrix	1975
1104 VIEIRA, José Geraldo	Território humano: romance	2ª	Martins	1974
1105 VIGGIANO, Alan	O Exilado		Comunicação	1976
1106 VIGGIANO, Alan	Itinerário de Riobaldo Tatarana		Comunicação	1974
1107 VIGGIANO, Alan	Itinerário de Riobaldo Tatarana	2ª	José Olympio	1978
1108 VIGNA, Elvira	A Breve história de Asdrubal, o terrível		Bonde	1971
1109 VITOR, Leo	O macaco inventor	2ª	LISA	1974
1110 VOVÔ FELÍCIO, pseud. De Vicente Guimarães	As aves e suas histórias	2ª	Comunicação	1975
1111 VOVÔ FELÍCIO, pseud. De Vicente Guimarães	15 minutos de poder	2ª	Comunicação	1975
1112 VOVÔ FELÍCIO, pseud. De Vicente Guimarães	O Tesouro da montanha	2ª	Comunicação	1975
1113 WAGLEY, Charles	Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos	2ª	Nacional	1977
1114 WASHINGTON, Luís	Na Capitania de São Vicente	2ª	Martins	1976

AUTOR	TÍTULO	Edição	EDITORA	ANO
1115 WEISSMANN, Anais Lobo	Estórias de amor para crianças	2ª	Veja	1972
1116 WERNET, Augustin	Sociedades políticas: 1831-1832		Cultrix	1978
1117 WILLIAMS, Edwin B.		2ª	Tempo Brasileiro	1973
1118 WRIGHT, Fernanda Pacca de Almeida	Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850		Nacional	1978
1119 XAVIER, Raul	Vocabulário de poesias		Imago	1978
1120 YOLANDA, Regina	O livro infantil e juvenil brasileiro: bibliografia de ilustradores		Melhoramentos	1977

* Esta lista exclui os livros de caráter estritamente didático

Fontes: Lista elaborada a partir de cinco fontes básicas geradas e publicadas pelo Instituto Nacional do Livro: INL, 1937-1987; 50 Anos de Publicações, Brasília, 1987; ____ Catálogo Comentado das Publicações do INL, Brasília, 1981; ____ Catálogo de Publicações do INL, 1939-1973, Brasília, 1973; ____ Catálogo do INL, 1974-1978, Brasília, 1978; Relatório de Atividades, 1974-1984, Brasília, 1984.

ANEXOS

ANEXO A

MINSITÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 11-B – DE 6 DE FEVEREIRO DE 1970

O Ministro de Estado da Justiça, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 2º do Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, resolve:

Art. 1.º A divulgação de livros ou periódicos no Território Nacional fica subordinada à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.

Art. 2.º Compete aos Delegados Regionais do Departamento de Polícia Federal proceder ao exame dos livros e periódicos, para o fim do artigo anterior.

Art. 3.º O autor, editor, distribuidor ou responsável não divulgará a publicação, enquanto a autoridade competente não a houver liberado.

Art. 4.º O autor, editor, distribuidor ou responsável, antes da divulgação do livro ou periódico, apresentará ao Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, 3 (três) exemplares da publicação ou 3 (três) cópias autênticas dos seus originais.

Art. 5.º O exame, por parte do Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, será concluído através de despacho, do qual dará conhecimento ao interessado no prazo de 20 (vinte) dias para livros e 48 (quarenta e oito) horas para periódicos, a contar da apresentação dos originais ou exemplares, contra recibo, no Protocolo da repartição competente.

Parágrafo único. O Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal no exame de livros e periódicos, poderá utilizar a colaboração de pessoas por ele designadas, inclusive estranhos aos quadros do serviço público, desde que moral e intelectualmente habilitadas a realizá-lo.

Art. 6.º Se o Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal verificar a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, comunicará, de imediato, o teor do seu despacho, acompanhado de exemplar da publicação de cópia do respectivo original, ao Ministro de Estado da Justiça, para o fim previsto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

Parágrafo único. Se o exame concluir pela inexistência de matéria contrária à moral e aos bons costumes, a divulgação da publicação será liberada.

Art. 7.º As prescrições constantes desta Portaria aplicam-se aos livros e periódicos que, publicados no estrangeiro, se destinarem à venda ou distribuição no Brasil.

Parágrafo único. A apresentação dos livros e periódicos provenientes do exterior far-se-á ao Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal com jurisdição na área onde se realizar o desembarque, qualquer que seja o meio usado em seu transporte.

Art. 8.º O Ministro de Estado da Justiça e o Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal poderão, a qualquer tempo, avocar a competência para a prática dos atos atribuídos por esta Portaria aos Delegados Regionais.

Art. 9.º A competência dos Delegados Regionais do Departamento de Polícia Federal, para as providências referidas nos arts. 5.º e 6.º, desta Portaria, poderá ser delegada aos Subdelegados Regionais do Departamento de Polícia Federal, quando assim o exigir a conveniência do serviço.

Art. 10.º Os editores, distribuidores, importadores ou responsáveis pela divulgação de livros ou periódicos poderão requerer, em petição devidamente fundamentada e instruída, a dispensa da verificação prévia a que se refere esta Portaria.

Parágrafo único. Caberá ao Ministro de Estado da Justiça decidir a respeito dos requerimentos apresentados com base neste artigo.

Art. 11.º Para melhor execução das prescrições contidas nesta Portaria, as Delegacias Regionais do Departamento de Polícia Federal promoverão, na área de suas atribuições, o levantamento e o registro dos editores de livros ou periódicos, assim como das pessoas físicas ou jurídicas que os importem com o fim de comércio ou distribuição.

Art. 12.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO B

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº 427 DE 25 DE MAIO DE 1977

O **Ministro de Estado** da Justiça, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 2º do Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, resolve:

Art. 1º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, na forma estabelecida no artigo 2º do Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970.

§ Único – Proceder-se à verificação das publicações, de que trata este artigo, no local de seu desembarque no Brasil, por ocasiões ou após a abertura dos respectivos volumes pelas autoridades competentes.

Art. 2º - Compete ao Departamento de Polícia Federal proceder à verificação de livros e periódicos, através de funcionários que prestarão serviços nos Centros de Triagem – Setor de Impressos – da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Campinas, Porto Alegre, Recife, Belém e Manaus, por onde chegam as remessas postais precedentes do estrangeiro.

§ 1º - A designação dos funcionários encarregados da verificação de livros e periódicos, para cada setor de atividades, deve atender às necessidades locais, que poderão exigir a presença constante dos mesmos nos postos de serviço ou escala de atendimento em determinados dias.

Art. 3º - Procedida a verificação dos livros e periódicos, será emitido parecer, no qual serão indicados os dispositivos legais infringidos e assinaladas as passagens com as exteriorizações que justifiquem o pedido de proibição. O parecer, acompanhado de um exemplar da publicação examinada, será remetido à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, que o encaminhará à consideração do Ministério do Estado da Justiça.

§ 1º Para o fim previsto no parágrafo 1º do artigo 60 da Lei nº 5250, de 9 de fevereiro de 1967, os funcionários encarregados da verificação de livros e periódicos emitirão também parecer sobre as publicações vindas do estrangeiro que contiverem matéria contrária à ordem pública.

§ 2º - Se o exame concluir pela inexistência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes ou contrária à ordem pública, a publicação será liberada e somente o parecer deverá ser enviado à Direção-Geral do departamento de Polícia Federal.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Armando Falcão

(Publicada no Diário Oficial da União de 26/05/1977, p. 6423)

ANEXO C

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Federal
PORTARIA Nº 209 – DE 16 DE ABRIL DE 1973

O Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º As publicações periódicas que circulam no País, do gênero revista, nacionais ou estrangeiras, ficam sujeitas a registro da Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, mediante requerimento do editor, importador ou responsável, para verificação da existência de matéria infringente da proibição enunciada no art. 1º do Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

Parágrafo Único. O requerimento solicitando o registro de que trata este artigo deverá ser dirigido ao Diretor da DCDP/DPF e estar acompanhado de 3 (três) exemplares da publicação.

Art. 2º No ato da concessão do registro deverá constar a dispensa ou a obrigatoriedade da apresentação de exemplares de todos os números a serem editados, para a verificação prevista no art. 1º desta Portaria.

Parágrafo Único. A dispensa de que cogita o presente artigo prevalecerá até que sobrevenham motivos justificados pelo interesse da moralidade pública, quando então o Diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas poderá cancelar a isenção e passar a exigir que, de cada número a ser posto em circulação, devam ser remetidos 3 (três) exemplares ao referido órgão, antes de sua distribuição aos postos de venda ou a seus assinantes.

Art. 3º. Embora sujeitas a registro, estão isentas da verificação prévia de que trata o art. 2º do Decreto-lei nº 1.077, de 1970, as publicações periódicas de caráter estritamente filosófica, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas de sexo, moralidade pública e bons costumes.

Parágrafo Único. Os editores, importadores ou responsáveis pelas publicações indicadas neste artigo ficam dispensados da apresentação dos exemplares à DCDP, sendo apenas necessário que indiquem, no pedido de registro, o título, natureza da matéria a ser divulgada e os períodos das edições (semanais, mensais, semestrais, etc.), respondendo cada um pelos abusos que cometer, na forma do art. 5º do Decreto-lei nº 1.077 de 1970.

Art. 4º. Não serão toleradas as publicações que contenham matéria contrária à moral e aos bons costumes e o registro, nesse caso, não será concedido.

Art. 5º. Compete ao Diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal:

I – conceder o registro das publicações periódicas e fornecer os cartões respectivos, conforme modelo aprovado pela Direção Geral do DPF;

II – organizar o cadastro de todos os títulos das publicações periódicas, nacionais e estrangeiras, que circulam no território nacional, bem como o do seus editores e importadores;

III – determinar a verificação prévia dos exemplares recebidos, quando for o caso, e sugerir à Direção Geral do DPF as providências que considerar necessárias.

Art. 6º. Fica abolido o uso da embalagem em material opaco, resistente e hermeticamente fechado, que se destinava a evitar o acesso de menores às publicações a eles proibidas.

Art. 7º. Para fiel observância das prescrições contidas nesta Portaria, a Divisão de Censura de Diversões Públicas reexaminará todas as publicações periódicas portadoras de registro no referido órgão, com a finalidade de verificar a existência de matéria potencialmente ofensiva à moral e aos bons costumes e que não devam ser expostas à venda ou distribuídas a seus assinantes.

§ 1º. O Diretor da DCDP/DPF baixará ato cancelando os registros das publicações que não atendam as exigências previstas na presente Portaria.

§ 2º. Os órgãos descentralizados do Departamento de Polícia Federal deverão recolher as publicações que forem encontradas circulando sem registro e enviar à DCDP um exemplar de cada número arrecadado, para verificação da matéria nele contida.

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 219, de 27 de março de 1970, da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal.

Gen. Nilo Caneppe Silva
Diretor-geral

ANEXO D

MEC / INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

PORTARIA Nº 764-BSB, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, e considerando ser o Instituto Nacional do Livro o órgão designado para comandar no País, a política do livro;

Considerando ser a biblioteca o núcleo-base da referida política; considerando a importância de um levantamento do acervo bibliográfico no País para se conhecer o seu montante real.

Considerando que o Instituto Nacional do Livro mantém um serviço permanente de assistência técnica "as bibliotecas e tem como compromisso a implantação de novas unidades nos municípios brasileiros carentes deste benefício cultural resolve:

Art. 1º - Todas as bibliotecas oficiais, semi-oficiais, públicas, franqueadas, escolares ou especializadas, existentes no País, deverão solicitar seu registro no Instituto Nacional do Livro, para efeito de cadastramento e controle do acervo bibliográfico.

Art. 2º - O registro a ser feito no Instituto Nacional do Livro nos termos desta Portaria não implica a obrigatoriedade de assistência bibliográfica ou técnica, que apenas será prestada à Bibliotecas e salas-de-Leitura convenientes com o Órgão.

Art. 3º - As Bibliotecas a que se refere o artigo 1º dessa Portaria se obrigam a fornecer, anualmente, ao INL, os dados referentes ao seu acervo, novas aquisições, ampliação ou criação de Departamentos ou Setores especializados, assim como horário de funcionamento de acordo com o modelo adotado pelo Instituto Nacional do Livro.

Art. 4º - O Instituto Nacional do Livro, de posse do questionário para registro dos dados referentes a cada Biblioteca ou Salas-de-Leitura promoverá o competente registro expedindo o certificado.

Art. 5º - As bibliotecas fornecerão os dados estatísticos necessários ao levantamento bibliográfico do País a ser feito sob a orientação do Instituto Nacional do Livro.

Art. 6º - Esta Portaria estará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Jarbas Gonçalves Passarinho

(Publicada no Diário Oficial da União de 21/12/1971, p. 10547).

ANEXO E

CRITÉRIOS DA CENSURA DURANTE O REGIME MILITAR

I – Atente Contra a Segurança Nacional:

a) Represente incitamento contra o regime vigente

Sirva de veículo para pregação doutrinária contra o regime adotado no país; apregoe o emprego da força para consecução, individual ou coletiva, de objetivos sociais; incentive a adoção de guerrilhas ou guerras civis, como meio de assunção do poder; insufle movimento de greve ilegal, com vistas na paralisação de setor vital para a economia nacional ou para a segurança do Estado; provoque convulsão social, instigada por agitadores infiltrados em determinada coletividade, como no meio estudantil; sugira sabotagem a serviços, relevantes para a tranquilidade pública, como aos meios de comunicação, de distribuição de combustíveis, de gêneros de primeira necessidade, de energia elétrica, etc.;

b) Ofenda a dignidade e ao interesse nacional

Ridiculariza a imagem da autoridade constituída, de heróis nacionais; deturpe fatos históricos, procurando empanar os efeitos louváveis de vultos do passado pátrio; tente levar ao descrédito a política e as diretrizes dos governantes do Estado; trate com desrespeito as comemorações cívicas e datas nacionais; divulgue doutrina política alienígena, incompatível com as tradições históricas e políticas da nacionalidade; divulgue informações de instalações ou disponibilidades militares, etc.;

c) Induza ao desprestígio as forças armadas:

Deturpação da imagem do militar, no mundo civil; do desencorajamento das vocações dos jovens interessados em carreira militar; do desvirtuamento da atuação da classe, ao longo da vida política brasileira; do fomento a preconceito tendente a deteriorar o bom relacionamento civil-militar; da instigação contra a prestação obrigatória do serviço militar; do estímulo ao desrespeito a princípios de hierarquia, básicos da organização militar, etc.;

d) Instigue contra a autoridade

Utilizando insinuações desrespeitosas e infamantes contra representantes categorizados das instituições; dos desvirtuamentos de fatos, de maneira a despertar revoltas contra decisões de dirigentes executivos, judiciários ou militares; da inspiração de atentados contra a incolumidade física de dignitários brasileiros; da provocação de revolta contra a ação de agente da lei, tanto civil como judiciário ou militar; da veiculação de notícia falsa ou adulterada, envolvendo autoridade.

e) Estimule a luta de classe

O que pode ser tentado com enfoque desvirtuado das possibilidades de melhoras sociais para os diversos setores produtivos do país.

A ordenação de valores no regime democrático-capitalista caracteriza-se pela situação do indivíduo em razão da qualificação e do mérito pessoais. Somos uma sociedade aberta, em que há possibilidades de movimentação vertical, nos dois sentidos, para qualquer cidadão. O meio lícito de melhora no *status* social do indivíduo não pode, tanto pela ordem

como pelo bem-estar coletivo, processar-se por meio da hostilidade ou do entrechoque das classes. Tampouco é lícito às diversões dar enfoque exagerado às diferenças entre as classes, de maneira a provocar animosidades e lançá-las umas contra as outras.

f) Atente contra a ordem pública

Procurando provocar convulsões sociais; agitações estudantis ou de operários; a sublevação das massas, paralisando ou obstruindo setor de produção, de transporte ou de distribuição de bens; a subversão dos valores na hierarquia das leis, nas organizações civis, judiciárias ou militares; criar dificuldades à prestação de serviços públicos, como de transportes coletivos, táxis, telefone, água, força e luz, etc.;

g) Incite preconceitos étnicos

Procurando despertar animosidades entre o homem branco e o de cor ou de um destes contra qualquer colônia de imigrantes, ou vice-versa. Que não tragam para cá o que é alheio a nossa tradição. O preconceito de raça existe, muito mais acirrado nos Estados Unidos, na Europa e mesmo no resto da América Latina, do que no Brasil. Seria imensamente contrário aos interesses nacionais a utilização das diversões públicas como instrumento de instigação dessa chaga social. Não há por que procurar aculturar em nosso meio conduta coletiva exótica e prejudicial, de segregação entre brasileiros;

h) Prejudique as boas relações diplomáticas

Veiculando informações tendenciosas sobre política interna de país amigo; provocando atitude hostil contra visitante diplomático ou estadista; tratando irreverentemente os dignitários em visita ao país; deturpando informações, ou apresentando-as facciosamente, a respeito de fato ou feito histórico, de modo a ferir os brios de povo de nação amiga; manifestando-se partidário a um país, dentre dois beligerantes, ambos de boas relações com o nosso; sendo veículo de campanha de desmoralização para determinada colônia de estrangeiros radicada no Brasil, etc.

II – Fira Princípios Éticos

a) Ofensa ao decoro público

O *decoro* público compreende aquilo que, na conceituação da sociedade, se coaduna com os princípios de decência, de honra, de beleza moral, de honestidade, de propriedade de conduta. Embora certos procedimentos, como o amor livre, sejam aceitos pelas camadas mentalmente mais arejadas da sociedade, ou por determinado grupo social, desde que não tolerada pela grande coletividade, não pode se constituir em objeto de doutrinação das massas, através da diversão pública. Embora os padrões morais coletivamente aceitos no país sofram variações superficiais nas diversas regiões culturais do território pátrio, pode-se falar, honestamente, de uma unidade de ponto de vista da família brasileira, neste setor. Há certas condutas morais que são aberrações, para o povo de qualquer ponto do país. Assim, pela nossa formação, são nacionalmente repelidas práticas como de dissolução da família, de aborto para controle da natalidade, de amor incestuoso, de adultério, de anomalias sexuais, etc. O espetáculo que assuma aspecto de

doutrinação, ou divulgador de tais atos sem sanção, não nos convém do ponto de vista de interesse coletivo.

b) Divulgação ou indução aos maus costumes

A definição de *bons costumes* está intimamente ligada à acepção de moral. Se se refere ao costume, diz respeito àquilo que é usual, habitual, cotidiano, trivial na conduta de um membro de determinada sociedade. Se são bons, são moralmente sadios, válidos, louváveis dentro daquele mesmo contexto social. Seriam eles, então, as condutas consagradas pela tradição e que, impondo-se aos indivíduos de uma sociedade, se transmitem através das gerações, como modelos de atitudes ideais. São bons costumes os hábitos de relevo dentro da escala social de valores morais, dentre os quais, para exemplificar, citaríamos a prática da honestidade, da lealdade, da gratidão, do amor ao próximo, do altruísmo, da abnegação, do desprendimento, do patriotismo, da caridade, da aversão ao vício, à corrupção, às intemperanças sexuais, à lascívia.

c) Sugestão, ainda que velada, ao uso de entorpecentes

Suscitar interesse pelo uso de entorpecentes, ainda que veladamente, através de espetáculo público, está taxativamente proibido pelo artigo 20 do Decreto nº 69845/71. Nem a título de desestimular-se o uso de psicotrópicos pode o assunto ser abordado nas diversões públicas. Ao que parece, o legislador entendeu que, quanto mais se debate o problema publicamente, mais se desperta curiosidade para o uso de alucinógenos. Por este motivo a proibição definitiva e extrema.

d) Fator capaz de gerar angústia por retratar a prática de ferocidade

Até que se atinja a ferocidade de que fala a legislação, há inúmeros matizes de violência, de acordo com a maior ou menor intensidade dramática e clareza descritiva da cena, sem que se justifique o corte ou a interdição. É preciso que o ato praticado pelo personagem toque às raias da crueldade, da perversidade, da desumanidade, enfim, assuma características de ação praticada por agente cuja índole o faz assemelhar-se a uma fera. Assim, espetáculo que faça a apologia da crueldade, de brutalidade, de sadismo, de violência excessiva contra seres humanos e animais, impunemente, atingindo a ferocidade, deve ser condenado;

e) Sugestivo à prática de crime

Sugere a prática de crime o espetáculo que enalteça a execução de ilícitos penais, mostrando a vitória de seus agentes, impunemente, sobre a ação da justiça. Por exemplo, a novela que defende a ação criminosa como vantajosa para aquele que a pratica. Que apresente marginais com evidente vantagens sobre os cidadãos honestos, psicológica e socialmente ajustados. Conseqüentemente, também não pode ser liberado o ensinamento de práticas criminosas, encorajando o espectador a experimentá-las, em desafio aos agentes da lei.